

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025



MENSAGEM DA PRESIDENTE

É com enorme sentido de responsabilidade e profunda satisfação que apresento o Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2025. Este documento reflete um ano de atividade intensa, marcado por desafios significativos no contexto económico, mas também por conquistas importantes que reforçam a capacidade da DECO para cumprir a sua missão: informar, empoderar e defender todos os consumidores em Portugal.

O exercício de 2025 destacou-se como um marco no reforço da sustentabilidade financeira da DECO. A gestão criteriosa implementada pela nova Direção permitiu corrigir a tendência negativa dos anos anteriores, com uma execução orçamental marcada pela contenção de custos e otimização de recursos. Graças a esta gestão, o exercício apresentaria um resultado líquido positivo de 4.375,68 €, demonstrando a eficácia das medidas adotadas. Contudo, foi necessário reconhecer uma imparidade no valor de 100.000 € relativa a uma dívida da Euroconsumers AISBL que, embora devida desde 2023, não foi paga, facto que penalizou de forma direta e extraordinária o resultado do exercício.

Assim, o resultado líquido final de 2025 é de -95.624,32 €, o qual não reflete a verdadeira performance operacional da DECO, mas sim este evento singular e externo à sua atividade corrente. Importa sublinhar que, não fosse esta perda extraordinária, 2025 encerraria já com resultado positivo, sinal evidente da eficácia das medidas de recuperação financeira seguidas ao longo do ano.

Na verdade, a gestão adotada em 2025 permitiu reduzir de forma expressiva e estrutural os principais agregados de despesa, contribuindo para uma trajetória financeira mais sustentável. Destacam-se reduções significativas em rubricas como rendas, alugueres e condomínios; despesas de representação; licenças de software e comunicação digital; e taxas e impostos.

Em conjunto, estas medidas permitiram reduzir os Fornecimentos e Serviços Externos relevantes de 738.729,72 € para 566.932,38 €, evidenciando a implementação de uma gestão consistente de controlo de custos.

Em paralelo, 2025 foi também um ano de forte aposta na diversificação das fontes de financiamento, reduzindo a dependência das quotas dos associados, que voltaram a registar ligeiro decréscimo. Entre os avanços mais relevantes, merecem destaque: o reforço dos protocolos com Câmaras Municipais; o aumento das receitas decorrentes de serviços e atendimentos; a consolidação de projetos estruturantes nacionais e europeus; e, de forma muito expressiva, a criação de uma nova fonte de receita através do arrendamento parcial das instalações da sede, no valor de 89.250 €. Graças a estes esforços, as outras receitas cresceram de 834.938,71 € para 931.532,38 €, contribuindo de forma decisiva para mitigar o impacto da quebra das quotas e reforçar a resiliência financeira da DECO.

Apesar da exigência financeira, a Associação não diminuiu a sua capacidade de intervenção, mantendo uma atividade intensa em todas as frentes da sua missão: informação, apoio individual, proteção financeira, formação, educação, representação institucional, enforcement e ação regulatória. Os indicadores alcançados, desde os mais de 315 mil contactos de apoio ao consumidor, às poupanças obtidas nos conflitos mediados, ao impacto mediático, às iniciativas de formação e literacia, ao trabalho regulatório e aos resultados dos projetos europeus, demonstram bem a vitalidade e relevância pública da DECO.

A evolução financeira de 2025, mesmo com o impacto do evento extraordinário acima exposto, que penaliza as contas, confirma que a DECO está no caminho certo: mais sólida, mais eficiente, mais diversificada nas fontes de receita e mais preparada para enfrentar os desafios crescentes que se colocam aos consumidores.

A estabilidade financeira agora alcançada permite-nos olhar para o futuro com renovada confiança. A DECO continuará a trabalhar no sentido de diversificar fontes de financiamento, aprofundar parcerias e assegurar que permanece uma voz firme e independente na defesa dos direitos e interesses legítimos dos consumidores, enfrentando os desafios digitais, sociais, económicos, ambientais e bélicos que marcam a atualidade.

A todos os colaboradores, parceiros institucionais, entidades públicas e privadas, municípios, freguesias e organizações que caminham connosco, deixo o meu profundo agradecimento. Mas, sobretudo, agradeço aos consumidores que continuam a confiar na DECO, reforçando diariamente a razão de ser da nossa missão.

A Presidente da Direção,
Joana Jerónimo

A VOZ DO CONSUMIDOR

ASSOCIADOS

Consumidores, a razão de ser da DECO

Atualmente, a Associação conta com **254 121 associados**.

A DECO é uma associação privada de utilidade pública sem fins lucrativos que tem a sua sede em Lisboa e está representada em todo o território nacional por sete estruturas regionais: Minho, Norte, Centro, Ribatejo e Oeste, Alentejo, Algarve e Madeira.

OS NOSSOS VALORES

Independência

O sucesso da DECO decorre da sua total independência face aos poderes políticos e económicos. Para tal, as nossas ações e posições públicas assentam integralmente em análises e estudos rigorosos, realizados por nós ou por entidades externas idóneas. A nível financeiro, a totalidade das receitas que obtemos é utilizada em benefício de todos os consumidores, associados ou não, e na ampliação dos nossos serviços e capacidade de resposta.

Rigor e Qualidade

As nossas ações e intervenções caracterizam-se pelo máximo rigor e qualidade, garantia da credibilidade do nosso trabalho, merecendo a confiança dos parceiros e stakeholders com que trabalhamos. Para isso, contamos com uma boa capacidade de gestão e planeamento estratégico, com o profissionalismo das nossas equipas e com a adoção sistemática de métodos eficazes e eficientes, permanentemente testados e avaliados. Assumimos uma ética de exigência, transparência e abertura.

Proximidade

Os consumidores são a nossa razão de ser. Toda a intervenção da DECO é orientada para responder às suas necessidades, preocupações e expectativas. Para lhes podermos dar respostas adequadas e eficazes, interagimos com todos os nossos interlocutores de forma direta, dinâmica e assertiva. É assim com os media, com o poder político e com as organizações públicas e privadas, com quem cooperamos e dialogamos de forma permanente. É assim com os consumidores, de quem procuramos estar sempre perto, com novas delegações, novos protocolos locais e novos serviços, para um apoio e um atendimento personalizados.

As delegações e estruturas regionais aproximam os consumidores e os serviços da DECO, assegurando a informação, educação, formação e representação daqueles a nível regional, estimulando a mobilização das populações, potenciando o diálogo e a colaboração com os agentes locais.

Cooperação

A atuação da DECO privilegia a cooperação e colaboração com outras entidades de natureza diversa, designadamente com a Administração Pública e o Governo, Entidades Reguladoras nacionais e estrangeiras, bem como com instituições internacionais.

Contexto Internacional

No contexto europeu, a DECO integra o BEUC, o que demonstra o reconhecimento do trabalho da Associação.

A DECO participa também em várias reuniões de peritos e diferentes fóruns, sobre os temas prementes na política europeia dos consumidores, designadamente direitos dos consumidores, sustentabilidade, enforcement, mecanismos de resolução alternativa de litígios, serviços financeiros, sustentabilidade, segurança alimentar, mobilidade e energia. A DECO integra também a CONSUMERS INTERNATIONAL, a EUROCONSUMERS e a CONSUMARE.



Missão

Defender os direitos e os legítimos interesses dos consumidores, garantindo o respeito pelo cumprimento dos mesmos e contribuir para a resolução dos seus problemas enquanto consumidores. Somos a voz dos consumidores!

A DECO trabalha diariamente para garantir que os consumidores têm acesso à informação adequada para tomarem decisões livres e conscientes, para poderem adquirir bens e serviços de qualidade que não coloquem em risco a sua saúde e segurança e para terem acesso a uma justiça célere, eficaz e acessível.

Visão

Defender e empoderar os consumidores na transição para uma economia circular e digital, na valorização do ambiente e na promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Propósito

Apoiar e acompanhar todos os consumidores em todos os seus problemas, garantindo que todos os modelos e práticas não colocam em causa os seus direitos e legítimos interesses.

No ano 2025, a DECO teve 81 pontos de contacto nacional, dos quais 57 municípios, 16 freguesias e oito entidades institucionais, abrangendo **3 831 976 consumidores**.

A DECO é composta por uma equipa dinâmica de **73 colaboradores**.



SEMPRE CONSIGO
NA INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO COLETIVA



242 000 exemplares



221 000 exemplares



206 000 exemplares



20 000 exemplares



7 000 exemplares

RESULTADOS MEDIÁTICOS

As comunicações principais da Associação responderam à atualidade nacional. O número de recortes atingido deve-se, em grande escala, à capacidade de reação imediata aos pedidos dos meios e à total entrega, disponibilidade, competência e profissionalismo de toda equipa, regional e nacional. Destaca-se neste particular a intervenção rápida no caso APAGÃO.

Este foi um ano caracterizado pela proliferação de resultados acima da média (120 notícias recolhidos) de várias comunicações e não pelo destaque de um tema central.

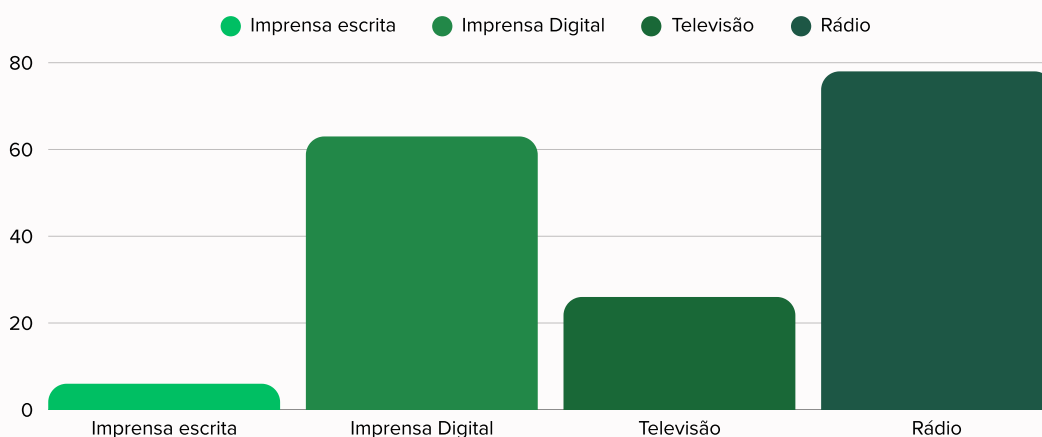
Contribuiu ainda para o sucesso mediático, o envio de teasers a meios e jornalistas especializados com conteúdos retirados dos dossiês temáticos desenvolvidos publicados como artigos e relatórios no site da Associação.

Nota ainda para as comunicações conjuntas DECO + BEUC que alcançaram bons resultados mediáticos.

TEMAS MAIS MEDIÁTICOS

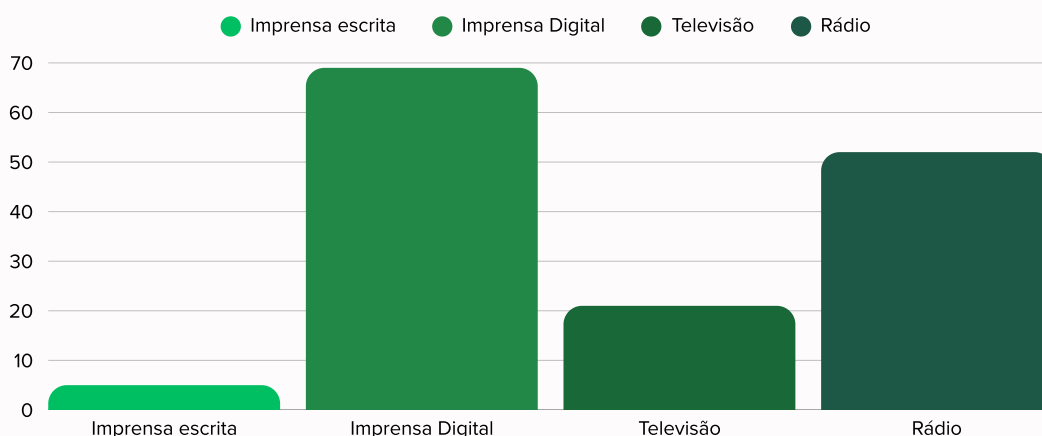
Dia Mundial dos Direitos do Consumidor: Por uma Inteligência artificial fiável e de confiança

173 notícias recolhidas, incluindo banners de jornais digitais. A comunicação, que incluiu o ROTEIRO POR UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FIÁVEL E DE CONFIANÇA, foi publicada, com destaque em todos os jornais nacionais impressos e apresentado em todas as estações de televisão. Salientamos o facto de muitos jornais digitais e sites de estações radiofónicas e televisivas publicarem os podcast e vídeos das entrevistas com Paulo Fonseca, porta-voz da ação.



DECO vence Ação Judicial contra operadoras de telecomunicações

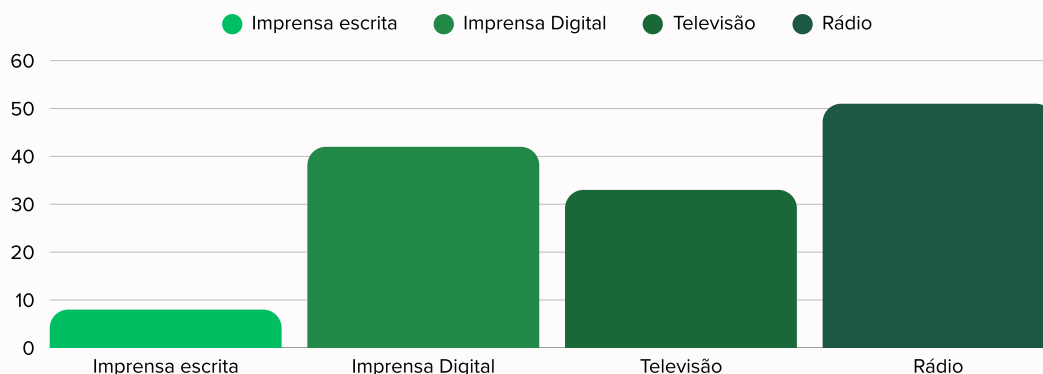
147 notícias recolhidas após comunicação personalizada com a mainstream media, nomeadamente com os jornalistas que trabalharam a entrega da referida ação judicial. Conseguiu-se com esta comunicação 3 primeiras páginas na imprensa escrita e banner (destaque) na SIC Notícias, CNN, RTP, RR e MSN – MICROSOFT NEWS. Paulo Fonseca foi o porta-voz desta comunicação.



Os direitos dos consumidores não podem ficar às escuras

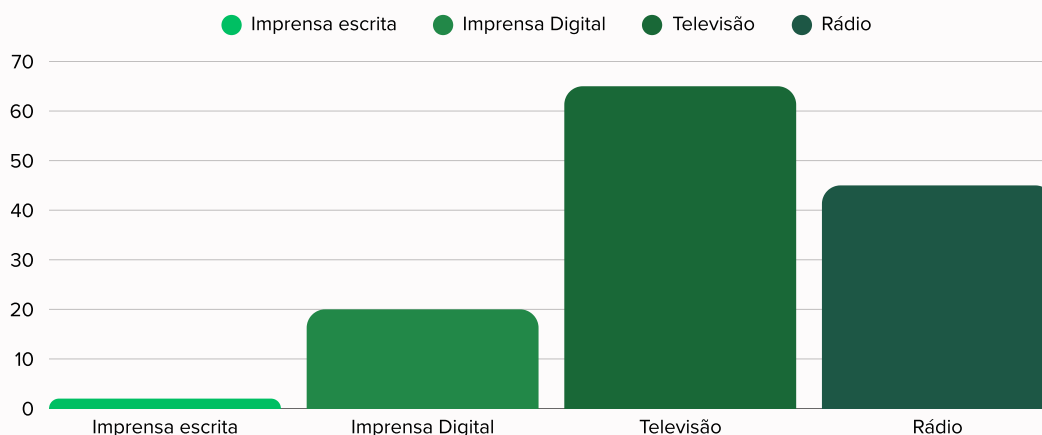
134 notícias recolhidas após contacto direto com o Gabinete de Comunicação para se prestar informação rápida, fidedigna e competente aos consumidores, sobretudo aos lesados pelo corte de fornecimento de energia elétrica na Península Ibérica, 28 de abril, que deixou os consumidores sem eletricidade e telecomunicações quase 24 horas. Ana Sofia Ferreira, Ingride Pereira, Paulo Fonseca e Rosário Tereso foram porta-vozes desta comunicação.

Destaca-se a participação de Paulo Fonseca no podcast do Observador e impacto na imprensa escrita regional. Após a publicação da notícia no site da DECO, enviou-se teaser para a LUSA e para meios especializados em economia.

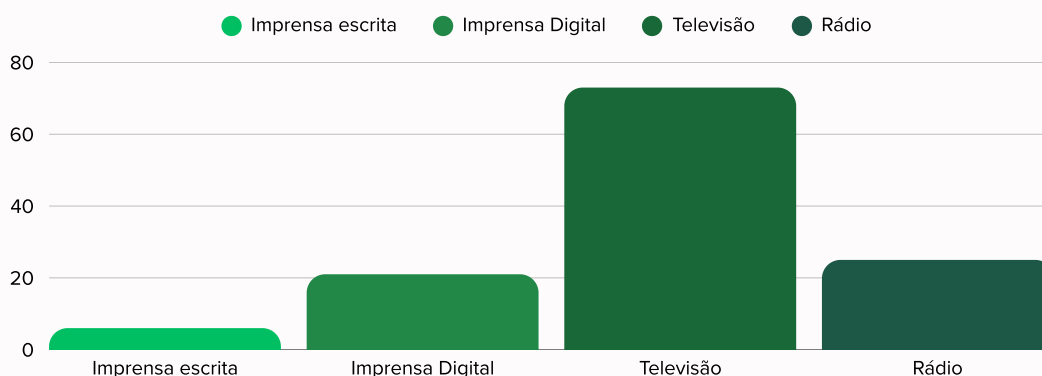


Dificuldades das famílias e a proteção financeira

132 notícias recolhidas sobre as condições financeiras e de endividamentos dos consumidores seniores, marcando o Dia Nacional dos Avós. O tema foi 1ª página em dois jornais diários. Exclusivo Grupo Media Livre (Correio A portavoz desta comunicação foi Natália Nunes.



125 notícias recolhidas sobre a comunicação da semana da Poupança (27 a 31 outubro) Reformar a Reforma, que partiu de antecipação à LUSA e envio de teaser aos meios. As declarações foram assumidas por Natália Nunes.



Ano marcado por práticas enganosas, burlas e fraudes

112 Notícias recolhidas a partir de teaser informativo e promocional da campanha **SEGUE OS TEUS DIREITOS DIGITAIS**. Tal como aconteceu com a maioria das comunicações, o tema foi antecipado à LUSA. Fernanda Santos assumiu as declarações da comunicação.

68 Notícias recolhidas sobre **BURLAS TELEFÓNICAS** a partir de entrevista à LUSA por porta-voz da DECO. O entrevistado foi Luís Pisco. **REAÇÃO À ATUALIDADE**.

21 Notícias recolhidas ao longo do ano sobre práticas comerciais agressivas. A porta-voz foi Ana Sofia Ferreira. **REAÇÃO À ATUALIDADE**.

OPERADORAS CONDENADAS A DEVOLVER 40 MILHÕES A CONSUMIDORES



Meo, NOS e Nowo condenadas a indemnizar 1,6 milhões de clientes
TELECOMUNICAÇÕES Decisão de primeira instância obriga as três operadoras a pagar uma indemnização de até 40 milhões de euros, por alterações de tarifário ilegais, feitas em 2016 e 2017. Há sete anos na justiça, o processo foi agora alvo de decisão a favor dos consumidores. Mas ainda pode haver recursos.



Meo, Nos e Nowo condenadas a devolver 40 milhões aos clientes por cobrança ilegal
ECONOMIA
22 set, 2025 - 07:00 • Fátima Casanova
Justiça dá razão à DECO em ação contra operadoras de telecomunicações.

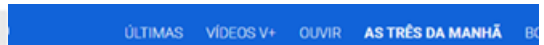


DIA MUNDIAL DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES

Deco encontra falhas na informação prestada aos consumidores por assistentes virtuais

Associação analisou quatro motores de busca, durante um mês, e diz ter encontrado "incorecções ou inconformidades". Mas nem tudo é negativo.

Rosa Soares
13 de Março de 2025, 6:01



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Assistentes virtuais falham na informação ao consumidor, alerta DECO

13 mar, 2025 - 06:00 • Fátima Casanova

ChatGPT, Copilot, Gemini e Deepseek prestam informações incompletas, por vezes, com "incorecções ou inconformidades face à legislação atual", diz a Associação para a Defesa do Consumidor.



ECONOMIA

DECO avança com ação judicial contra Apple por sobretaxas de 'streaming'

A associação exige compensação para os consumidores afetados, que podem ser elegíveis para receber cerca de 2,60 euros por cada mês em que pagaram preços inflacionados.

11.2025 Guardar Partilhar



COMUNICAÇÕES CONJUNTAS

101 notícias recolhidas a partir de teaser para a LUSA. Plataforma SHEIN desrespeita o regulamento serviços digitais que protege os consumidores. Declarações de Susana Correia, porta-voz da DECO.
DECO + BEUC

75 notícias recolhidas a partir de teaser enviado para todo os meios com antecipação à LUSA. As declarações da DECO pertenceram a Rosário Tereso e Paulo Fonseca. Denúncia à Comissão Europeia e Rede CPC, exigindo uma investigação ao setor da aviação pela cobrança de taxas adicionais pela bagagem de mão.
DECO + BEUC



Deco apresenta queixa contra Shein a Bruxelas por práticas enganosas

Em causa está o uso de técnicas enganosas, como "promoções relâmpago", que levam os consumidores a comprar mais e agravam problemas ambientais e sociais associados à fast fashion.

Agências

5 de Junho de 2025, 7:33 (atualizado a 5 de Junho de 2025, 9:15)



CORREIO
22-05-2025
Meio: Imprensa
País: Portugal
Área: 119,7cm²
Âmbito: Informação Geral
Períod.: Diária
Pág: 23

Taxas variam consoante a rota ou a data de viagem
DECO E CONGÉNERES QUEREM INVESTIGAÇÃO

Consumidores pedem fim das taxas sobre bagagem de mão

A Deco, em conjunto com a Organização Europeia de Consumidores (BEUC) e associações de 12 países, apresentou uma denúncia a Bruxelas, exigindo uma investigação ao setor da aviação pela cobrança de taxas adicionais pela bagagem de mão. No centro da denúncia estão a EasyJet, Norwegian Airlines, Ryanair, Volotea, Vueling, Transavia e Wizz Air. As taxas variam consoante a rota, a procura ou a data. Quando são aplicadas no aeroporto podem atingir 75 €.

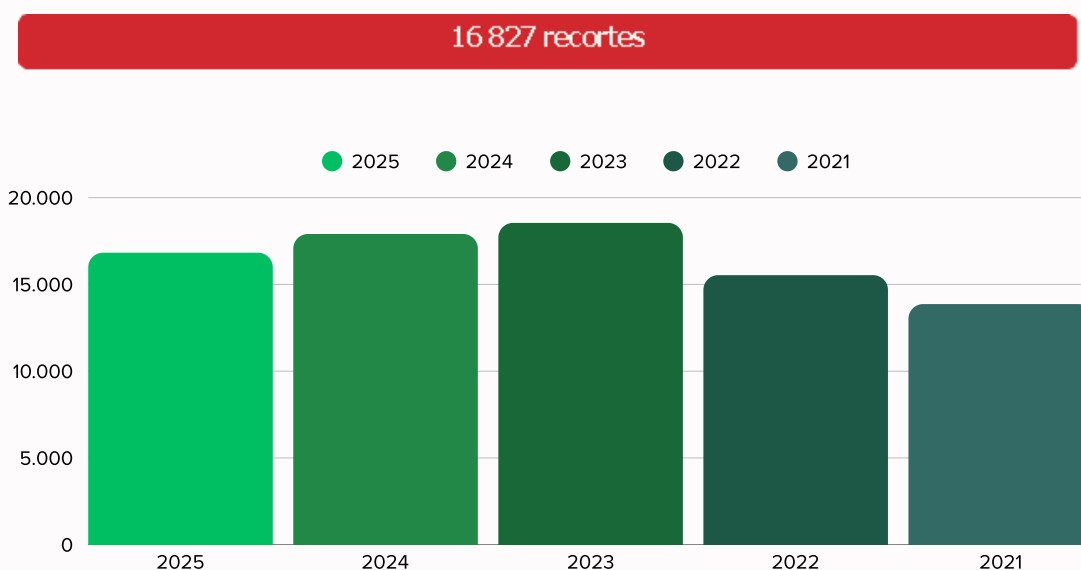
ÚLTIMOS CINCO ANOS

Evolução dos resultados mediáticos

A cobertura mediática de 2025 foi de 16 827 recortes de imprensa (resultados globais), o que se traduz num decréscimo de 6,02% face ao ano transato.

Comparando os totais parciais, verificou-se uma ligeira descida nas intervenções televisivas, merecendo, no entanto, destaque o aumento da presença da DECO na imprensa escrita e digital.

No que respeita aos jornais impressos, foram conseguidas 10 primeiras páginas.



Colaborações mediáticas regulares

Em 2025, o número de colaborações regulares diminuiu 13,29%. Esta quebra ficou a dever-se, sobretudo, ao encerramento de meios locais e regionais, nomeadamente estações de rádio. Este ano registou-se, também, o fim da parceria com o Porto Canal. Assim, a DECO terminou o ano com **150 colaborações**.

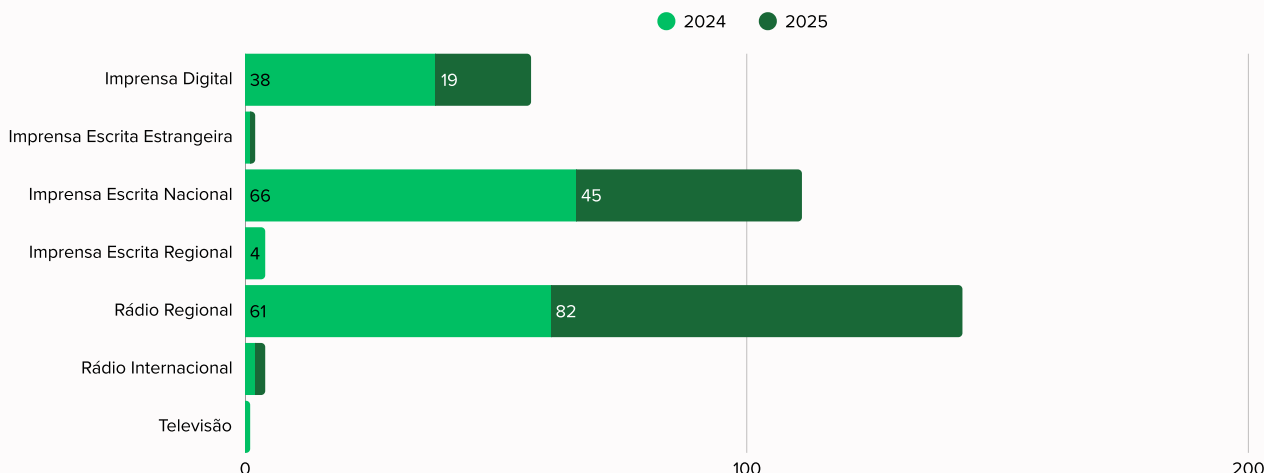
Destacamos a colaboração estabelecida com a plataforma TEK Sapo, que se traduz na publicação de artigo de opinião sobre o mundo digital e os direitos dos consumidores.



Opinião - 14 nov 2025 19:18

Quando o algoritmo decide quanto vale cada um de nós

A personalização pode trazer benefícios reais, se usada de forma justa e transparente, mas quando a personalização deixa de servir o consumidor e passa a explorá-lo, o progresso tecnológico transforma-se em discriminação digital, alerta Paulo Fonseca, neste artigo de opinião.



COMUNICAÇÃO DIGITAL

No ano de 2025, a DECO continuou a sua estratégia de proximidade com os consumidores no digital. O ano foi marcado pela aposta na publicação de conteúdos que respondessem às questões da actualidade e às dúvidas recorrentes dos consumidores. Procurou-se, também, reforçar o papel da Associação enquanto representante dos consumidores e agente de pressão, sobretudo na rede LinkedIn. Neste particular, destaca-se a rubrica DECO Defende e DECO ao seu lado.

Encerrada a conta na rede X, a DECO aderiu à rede social BlueSky, seguindo, aliás, a estratégia da BEUC e de diversas organizações de consumidores da Europa.

Deu-se continuidade à estratégia de manter várias campanhas de media e anúncios na META (FB + Instagram) para fidelizar o interesse dos públicos-alvo da Associação.

Facebook

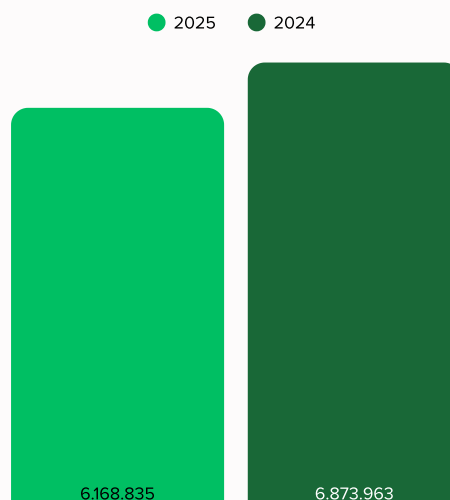
As métricas do ano demonstram que a página está numa fase de maturação da sua base de seguidores e não de crescimento, como se havia verificado em 2024. O crescimento foi de 2%, traduzindo-se em 622 novos seguidores, valor dentro da média para páginas com mais de 35 mil seguidores.

Já o alcance registou uma quebra de 10,3%, reflexo da quebra de investimento em paid media.

Alcance: 6 168 835 utilizadores

Novos Seguidores: 712

Total Seguidores em dezembro de 2025: 36 013

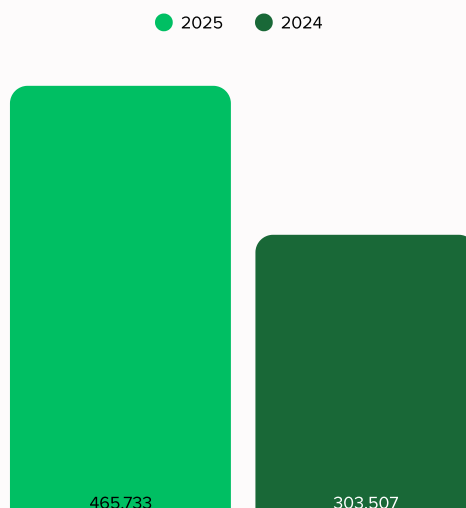


Instagram

Em 2025 o número absoluto de utilizadores alcançados manteve o aumento significativo, indicando a consolidação da estratégia adotada. O aumento de 53,3% no alcance, que se traduz em mais 162 226 pessoas alcançadas, indica relevância do conteúdo publicado, alguma adaptação aos formatos da plataforma e capacidade de gerar descoberta orgânica, apesar da elevada concorrência e saturação do Instagram.

Por outro lado, esta rede social conquistou mais 427 seguidores, que se traduz num aumento de 22,1% - um crescimento orgânico consistente, adequado à dimensão da base de seguidores. A redução percentual face a 2024 é esperada e resulta do aumento da base de seguidores.

Alcance: 465 733 utilizadores
Novos Seguidores: 427
Total em dezembro de 2025: 2 360



LinkedIn

2025 foi o ano de consolidação do LinkedIn. Após se ter encontrado nesta rede social, nos dois anos transatos, um potencial espaço de expansão para a DECO, em 2025 consolidou-se a aposta nesta oportunidade.

A equipa apostou em conteúdos dedicados a esta rede social, privilegiando encontros e reuniões institucionais, documentos e participações da equipa em reuniões internacionais, projetos e eventos.

A consolidação desta estratégia traduziu-se nos números: um crescimento de 26,6% da base de seguidores e mais 114.702 pessoas alcançadas.

O LinkedIn destacou-se como a rede social com melhor desempenho, tanto em crescimento absoluto como percentual, evidenciando uma forte adequação do conteúdo ao público profissional.

O alcance registou um aumento de 73,9% relativamente ao ano transato.

Alcance: 121 722 pessoas
Novos Seguidores: 1096
Total em dezembro de 2025: 5 218



Bluesky

A DECO integrou esta rede social em maio de 2025, fazendo com que a sua presença seja relativamente recente. Este é, no presente, um canal de teste e posicionamento, com uma base de seguidores restrita, mas com um engagement saudável.

O alcance é ainda limitado, sobretudo por se trata de uma rede social ainda pouco massificada em território nacional.

A taxa de interação por seguidor é de 4.5%, com 229 interações em 112 posts.

Novos Seguidores: 510

PODCASTS

DECOPODe

O DECOPODe regressou, em agosto de 2025, com uma imagem renovada, em formato áudio, num esquema quinzenal, com convidados especialistas em áreas diversas e de interesse para o consumidor.

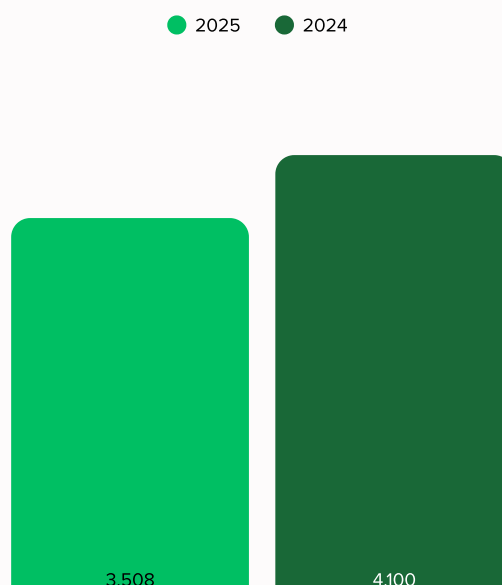
Foram **gravados e partilhados 10 episódios, atingindo-se 1428 visualizações / audições**. As audições caíram 65%, face ao ano anterior, no entanto, é necessário ter em consideração que este ano houve apenas cinco meses de conteúdo por oposição a 11 em 2024.

POD & Deve

Em 2025 estreou um novo formato de Podcast, o Pod & Deve, dedicado exclusivamente ao tema finanças pessoais, incluído no projecto SOBREVIVER À CRISE, atualmente PROTEÇÃO FINANCEIRA.

Foram divulgados 10 episódios, lançados entre janeiro e julho, tendo o POD & Deve atingido 2080 audições.

É importante ressaltar que o episódio 2 do Pod & Deve (Apoio extraordinário ao pagamento da renda) gerou 1 013 audições apenas no YouTube, representando quase metade das audições do podcast.



DECOJOVEM

Em 2025, o site da DECOJovem registou 12 mil visitantes e com 61 mil visualização de 91 mil páginas.

Facebook: 10 594 seguidores

Youtube: 688 subscritores

Instagram: 2 159 seguidores



ACESSO AO SITE

deco.pt

Em 2025, 177.690 utilizadores acederam ao site deco.pt. Este número representa uma quebra de 13,97%, que se traduzem em 28.868 utilizadores.

Apesar da alimentação do website com artigos e documentos, a quebra justifica-se sobretudo pela ausência de investimento em paid media, já que as publicações patrocinadas impulsionam largamente as visitas ao site.

ÁREAS MAIS VISITADAS:

Separador DECO Consigo: 18 006 sessões

Separador Onde Estamos: 14 046 sessões

Separador Proteção Financeira: 9 864 sessões

Separador Formulário de Contacto: 6 811 sessões

PROMOÇÃO DOS INTERESSES COLETIVOS

Apagão em Portugal

A 28 de Abril, verificou-se a interrupção generalizada, em todo o território, do fornecimento de eletricidade, o que afetou comunicações eletrónicas, transportes, mobilidade, meios de pagamento, agendamento de consultas e outras intervenções médicas e gerou muitos prejuízos aos consumidores.

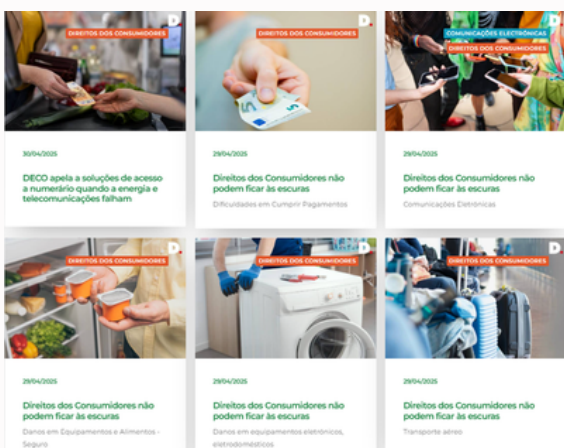
A DECO apoiou os consumidores na participação às seguradoras para cobrir os danos sofridos, nas reclamações perante o operador de rede de eletricidade por danos nos equipamentos e produtos alimentares deteriorados, nas denúncias aos operadores de comunicações eletrónicas pela demora na reposição dos serviços e devido crédito pelo período de indisponibilidade dos mesmos, na remarcação ou reembolso de transporte aéreo, não pagamento de qualquer custo por atrasos nos pagamentos que os consumidores não conseguiram fazer em prazo.

Esta situação reforçou a reivindicação da DECO acerca da necessidade de criação de um quadro sancionatório que penalize a recusa do numerário, sendo a sua aceitação obrigatória.

Após o apagão, a DECO enviou carta à Secretaria de Estado Adjunto e da Energia com um conjunto de preocupações relativas à resiliência da Rede Nacional Elétrica e a necessidade de reforçar os direitos dos cidadãos perante situações de interrupção do serviço elétrico. Em resposta à carta enviada pela DECO, a Secretaria de Estado Adjunto e da Energia agradeceu os contributos apresentados e reconheceu a relevância das preocupações manifestadas.

O Governo apresentou, no final de julho, um pacote de medidas destinado a reforçar a segurança e a resiliência do Sistema Elétrico Nacional, com o qual a DECO se congratulou.

Ainda a propósito do apagão, a Presidente da Direção, Joana Jerónimo Soares Correia, participou no debate **“Resiliência do Consumo de Energia: lições do apagão de 28 de abril”**, uma organização da Associação Portuguesa da Energia, com o apoio da Ordem dos Engenheiros. A intervenção teve lugar no painel **“Perspetiva dos Consumidores”**.



E-Lar

O Programa E-LAR, promovido pelo Fundo Ambiental, é um passo significativo na transição energética em Portugal, apoiando as famílias na melhoria do conforto, da eficiência e da sustentabilidade das suas habitações.

A **DECO, através dos seus Balcões de Habitação e Energia, prestou apoio técnico e informativo a todos os consumidores** sobre o processo de candidatura, pedidos de elementos adicionais por parte do Fundo Ambiental, recusas de candidaturas e os motivos dessas rejeições ou dificuldades na utilização dos vouchers junto dos fornecedores, como a instalação ou recolha de equipamentos.

A associação registou centenas de pedidos de apoio, o que demonstra o interesse e a relevância do programa, mas também a necessidade de orientação clara e de proximidade para garantir que nenhum consumidor fica de fora. A essencialidade dos programas de apoio e a necessidade de proximidade aos consumidores para que os mesmos consigam usufruir das medidas criadas, manteve a DECO no terreno a informar e prestar apoio a todos os consumidores, para uma transição energética justa e inclusiva.



16/09/2025

Programa E-LAR: Tudo o que precisa de saber



23/10/2025

DECO apoia consumidores na candidatura e utilização dos vouchers do Programa E-LAR



PROJETOS

PSLifestyle

Concluiu-se este ano o projeto europeu PSLifestyle – Positive and Sustainable Lifestyle. Realizaram-se, em Portugal, mais de **14 200 testes** com o LifestyleTest, uma ferramenta digital que mede a pegada de carbono individual e sugere até 100 ações personalizadas para uma vida mais sustentáveis. A nível europeu, o PSLifestyle envolveu mais de **570 mil cidadãos europeus** e lançou o LifestyleData, uma das maiores bases públicas de dados sobre pegada de carbono e comportamentos sustentáveis.

A pegada de carbono dos portugueses

A pegada média nacional registada foi de 8695 kgCO₂e/pessoa/ano, valor semelhante ao dos restantes países participantes no projeto, mas muito acima da meta climática de 2500 kgCO₂e/pessoa/ano necessária para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Envolvimento em co-criação e co-desenvolvimento

Os Laboratórios Vivos (Living Labs) foram um pilar central do PSLifestyle. Estes espaços colaborativos reuniram cidadãos em torno de uma missão comum: compreender, testar e melhorar o LifestyleTest, adaptando-o às realidades locais, contando, para tal, com o envolvimento de cidadãos com diferentes perfis e experiências de vida.

Realizaram-se **seis laboratórios vivos** em cada país, envolvendo mais de mil cidadãos no total e **115 participantes** em Portugal. Para além destes, a DECO organizou um laboratório interno adicional com os seus colaboradores, centrado nas estratégias de comunicação mais eficazes para os consumidores.

O feedback recolhido nestes encontros permitiu melhorar significativamente a ferramenta, ajustando o tom da comunicação, o design visual e a clareza das perguntas, das opções de resposta e das ações recomendadas.

O que foi feito:

- 30+ workshops escolares (**1500 estudantes**)
- **12 workshops** para adultos
- 255 publicações nas redes sociais - **250 000 impressões**
- Um **e-book** com os resultados do projeto
- Um **Roteiro para a Sustentabilidade**, no qual apresentou o projeto, os seus principais resultados e um conjunto de reivindicações junto de decisores políticos, em cada uma das áreas presentes no teste, elaboradas com base nas principais barreiras identificadas pelos cidadãos
- **Dois vídeos informativos** sobre o projeto e a ferramenta
- A comunicação institucional somou **221 peças mediáticas**
- Parcerias com **31 entidades**, permitindo recolher dados personalizados de comunidades locais, municípios, empresas e universidades.

Série “A inspirar vidas sustentáveis”

A DECO elaborou uma série de **quatro vídeos**, denominada “A Inspirar Vidas Sustentáveis”, para divulgar histórias de diversos cidadãos portugueses que ousaram dar um passo em frente, tornando-se mais sustentáveis em diversas áreas, provando que a sustentabilidade é um conceito acessível a todos e para a qual todos podem contribuir sem esforço.



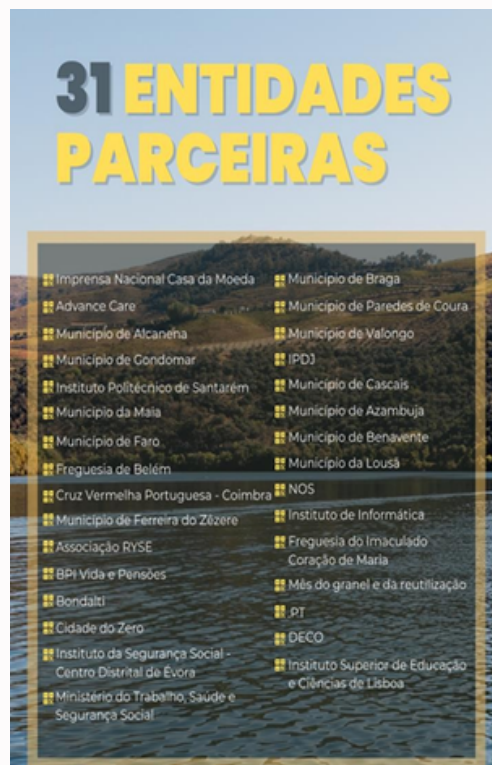
A série contou com a participação de:

- Eunice Maia, fundadora da Maria Granel
- Cristina Veloso, fundadora da Dona Ajuda
- Ricardo Oliveira, que deixou de viver em Lisboa e se mudou para o campo
- Diogo Trabelo, que se tornou vegetariano

A DECO participou em **16 eventos nacionais**, incluindo o destaque na Cidade do Zero, onde foram realizados mais de **1000 testes** num único fim de semana.

Através de uma **funcionalidade do LifestyleTest** que permite a criação de links exclusivos para conhecer a pegada de carbono de grupos específicos e cidadãos, a **DECO criou parcerias com 31 entidades**, apoiando-as neste processo de conhecer a pegada de carbono dos seus público-alvo e incentivá-las a criar medidas que permitam melhorar o desempenho ambiental dos mesmos.

Cada entidade recebeu um ou mais relatórios (dependendo do objetivo e da duração da campanha) com informações agregadas e anónimas sobre a pegada de carbono e as escolhas do seu público-alvo.



PSL no município de Cascais

A parceria com o Município de Cascais alcançou resultados muito interessantes. A autarquia apostou numa estratégia que combinou a divulgação online, através da plataforma DATA Cascais, com uma elevada participação em eventos, conseguindo-se, assim, captar a atenção de um público mais jovem e com elevado interesse em temas relacionados com a sustentabilidade e a tecnologia.



Braga ultrapassou a meta dos 1200 testes realizados

Outra parceria relevante foi a com o Município de Braga. Este foi o primeiro município a obter um URL personalizado do LifestyleTest e um dos mais empenhados em divulgar a ferramenta junto dos seus cidadãos. Prova disso foi que, em 2025, o município ultrapassou a barreira dos **1200 testes realizados**, o que demonstra o seu empenho e interesse nesta iniciativa.

Parceria DECO e Instituto Politécnico de Santarém

Em 2025, destaca-se a parceria estabelecida entre a DECO Ribatejo e Oeste, e o Instituto Politécnico de Santarém, que permitiu a implementação e dinamização do Projeto PSL com um URL personalizado. Com esta parceria, introduziu-se o projeto em contexto académico, tendo sido realizada uma sessão de apresentação com a presença de Diretores e docentes de Escolas Superiores, o que contribuiu para o aumento do reconhecimento do projeto e do trabalho desenvolvido pela DECO no concelho de Santarém. Executaram-se diversas atividades envolvendo estudantes, docentes e restante comunidade académica nas Escolas Superiores de Educação, Agrária, de Gestão e de Desporto, com a participação ativa dos respetivos Diretores e da Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Santarém.

EVA - Energy Virtual Assistance

Em 2025, o projeto EVA (Energy Virtual Assistance) consolidou-se como uma referência nacional na promoção da literacia e eficiência energética, combinando formação, eventos interativos, ações comunitárias e estratégias digitais, contribuindo de forma significativa para uma transição energética inclusiva e justa.

Para consolidar os resultados, foi elaborado o **E-book EVA 2025 distribuído a 110 parceiros, 5.187 membros da Academia EVA, 594 subscritores da newsletter e mais de 900 participantes de formações e webinares.**



A Plataforma EVA contou com 21 581 visitantes e 1 186 registos na comunidade.

A Academia EVA ofereceu quatro cursos – Energia Sustentável, Casas Confortáveis, Gestão de Consumos e Autoconsumo Individual, com um total de **5 187 participantes.**

Realizaram-se **21 living labs** e ações de sensibilização em **13 municípios** e diversas associações, destacando atividades como Boa Energia em Casa, Mês da Energia e Casas com Boa Energia, envolvendo escolas, juntas de freguesia, bibliotecas e associações. Participaram um total de **497 participantes**, na sua larga maioria, consumidores vulneráveis.

O Webinar Final EVA, realizado a 10 de julho de 2025, reuniu **30 participantes e 3 oradores**, permitindo a partilha de resultados e reflexão sobre os desafios da transição energética justa. O ciclo de webinares “Conversas com Boa Energia” realizou **3 sessões com 206 inscritos**, abordando temas como comunidades de energia, conforto, bem-estar e escolhas energéticas do dia a dia.

Comunicação e disseminação

Foram divulgadas com **35 newsletters**, contabilizaram-se **656 recortes**, alcançando mais de **79 milhões de pessoas** em imprensa digital, rádio, televisão e imprensa escrita, registaram-se **238 publicações nas redes sociais da DECO**, com um alcance total de **1 211 287 utilizadores e de 797 467 impressões.**

RAISE-PT

O projeto RAISE-PT, iniciativa cofinanciada pela União Europeia, tem como objetivo promover o investimento na transição energética em Portugal, através da criação de um espaço permanente de diálogo e cooperação entre entidades públicas e privadas, empresas, municípios, academia, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e cidadãos. Para tal, dinamiza uma Comunidade Colaborativa multicanal, organiza Mesas Redondas nacionais e regionais, desenvolve Grupos de Trabalho setoriais (dedicados concretamente à transição energética na Indústria, no Setor Público, no Turismo, na Habitação, no Mercado das Renováveis e no Terceiro Setor). Estes Grupos produzem documentos de referência (como policy briefs e policy notes) para incentivar decisores políticos e outras entidades a criar estratégias que eliminem barreiras e promovam o investimento na transição energética.

O evento anual de 2025, denominado **RAISE TALKS: Caminhos para a Transição Energética**, foi organizado pela DECO e decorreu, no dia 23 de janeiro, no ISEG Lisboa, tendo sido um espaço de debate com a comunidade colaborativa RAISE-PT e um compromisso para a ação coletiva necessária para impulsionar a transição energética em Portugal. Neste evento, para além de ouvir especialistas, foi possível conhecer projetos inovadores e diferentes instrumentos financeiros – públicos e privados – e dialogar diretamente com os reguladores e financiadores. Estiveram presentes **130 participantes, 14 oradores e 13 projetos**, todos envolvidos e a construir a comunidade colaborativa RAISE-PT.

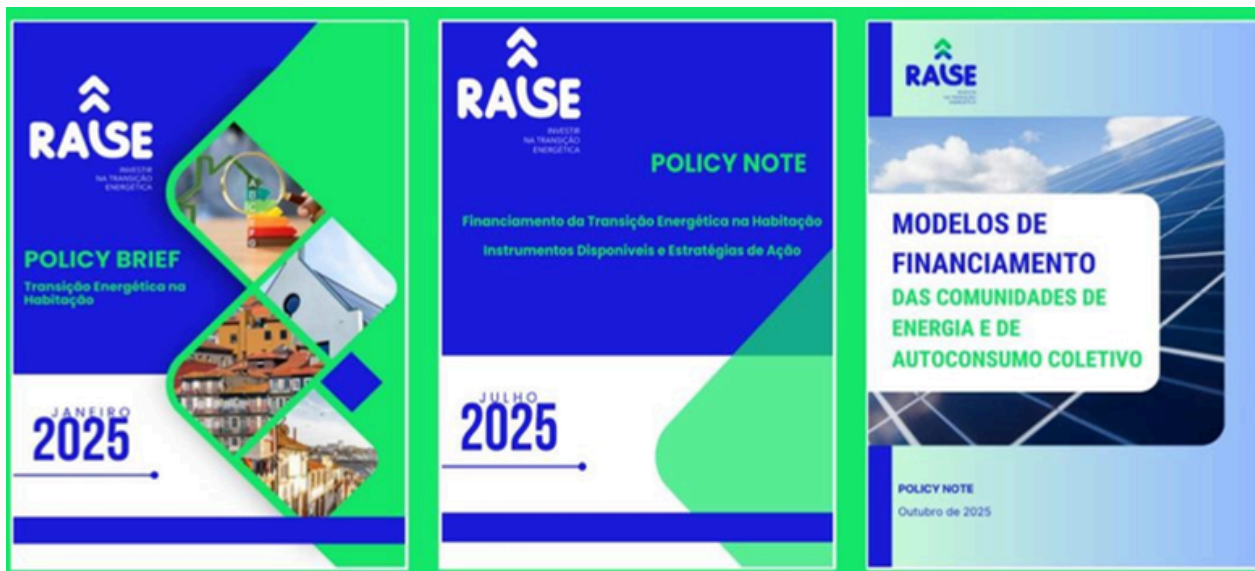


Ao longo do projeto, a DECO realizou as seguintes atividades:

- Criação e dinamização de uma página no Sharepoint, envolvendo 167 membros institucionais.
- Gestão do Website do RAISE-PT, que atingiu mais de 4,3 mil utilizadores e se consolidou como principal montra pública do projeto.
- Criação e envio da Newsletter mensal, com crescimento de subscritores de 122 para 181 e taxas de abertura elevadas, entre 37% e 67%, revelando um elevado interesse pelos conteúdos produzidos e um forte envolvimento dos destinatários.
- Criação e gestão da página de LinkedIn, com mais de 840 seguidores e forte alcance público, aumentando a visibilidade do projeto.
- Organização do evento anual, que decorreu no dia 23 de janeiro de 2025, no ISEG (Lisboa) e contou com a participação de cerca de 150 pessoas.
- Promoção e comunicação dos eventos do projeto, que mobilizaram centenas de participantes e reforçaram o diálogo entre os diferentes atores da transição energética.

A DECO é igualmente responsável pelo Grupo de Trabalho 4 – Transição energética na habitação, tendo realizado diversas reuniões com os seus membros e elaborado 3 outputs:

- Policy Brief: Transição energética na habitação
- Policy Note: Financiamento da transição energética na habitação – Instrumentos disponíveis e estratégias de ação
- Policy Note: Modelos de financiamento das comunidades de energia e do autoconsumo coletivo



RAISE ROADSHOW: Caminhos para a Transição Energética Sustentável

Série de encontros regionais – mesas redondas - que levaram o debate sobre a transição energética a diferentes regiões do país, reunindo representantes locais, decisores políticos, empresas e cidadãos para discutir questões críticas da transição energética e partilhar práticas inspiradoras. Estas mesas redondas foram organizadas pela RNAE, em estreita colaboração com a DECO, que participou em todas:

- 15 de abril de 2025, no Instituto Politécnico da Guarda, com a participação de cerca de **40 pessoas**
- 26 de maio de 2025, no Porto Innovation Hub, com a participação de **25 pessoas**
- 16 de outubro de 2025, na Incubadora de Empresas Gavião, com **32 participantes**
- 20 de novembro de 2025, na Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, Barreiro, com **70 pessoas presentes**



ICCO

O ICCO é um projeto que pretende modernizar e tornar mais competitivo o comércio tradicional transfronteiriço em Portugal (Bragança e Vila Real) e Espanha (Valladolid e Zamora) em municípios que estão em risco de despovoamento, adaptando-o às novas exigências do mercado e às mais atuais tendências do consumo.

São já **80 os estabelecimentos de comércio tradicional** em fase de consolidação e expansão nos diferentes territórios parceiros.

Em 2025 foram realizados **3 workshops em Bragança** com o objetivo de sensibilizar, capacitar e captar comerciantes locais, promovendo o seu envolvimento ativo na rede transfronteiriça de inovação e competitividade. Participaram nestes workshops 25 consumidores, o que permitiu não só identificar necessidades concretas do comércio tradicional, como também reforçar o interesse dos comerciantes em participar nas atividades do projeto e adotar práticas mais inovadoras e ajustadas às novas exigências do mercado.

A DECO, como responsável pelas atividades de comunicação e disseminação, criou e atualizou o site do projeto www.iccoredcomercio.eu, que contabiliza mais de **2 900 mil visualizações**, e geriu a rede social LinkedIn, que conta com **198 seguidores**, **5 056 impressões** e **83 Reações**.

No âmbito deste projeto, realizaram-se **12 Focus Groups**, envolvendo **120 consumidores**, comerciantes e agentes locais num diálogo aberto sobre os desafios e oportunidades do comércio de proximidade, procurando soluções mais sustentáveis, informadas e adaptadas ao território.

Os focus groups realizaram-se nos seguintes locais:

- Distrito de Vila Real: Alijó, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua;
- Distrito de Bragança: Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro;
- Província de Zamora.: Benavente, Toro y Puebla de Sanabria;
- Província de Valladolid: Medina de Rioseco, Tordesillas y Tudela de Duero

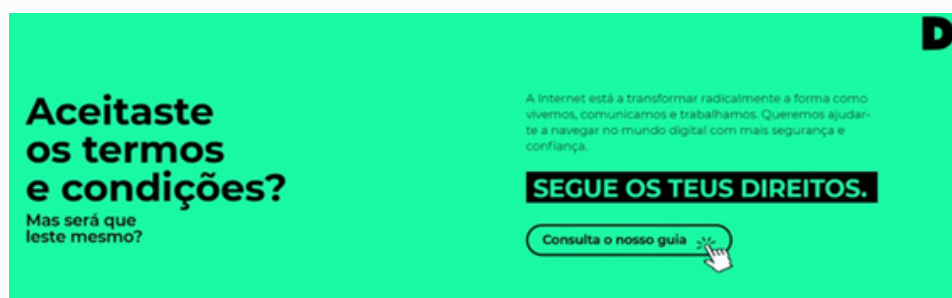


Segue os Teus Direitos

O projeto Segue os teus Direitos tem como principal objetivo informar os consumidores sobre o **Regulamento Europeu dos Serviços Digitais e os seus direitos no contexto digital**. O projeto visa capacitar e motivar os consumidores para a adoção de comportamentos digitais informados e seguros, permitindo-lhes identificar e reagir perante práticas abusivas ou lesivas dos seus direitos.

Foi criada uma **landing page no site da DECO** que funciona como plataforma de apoio e comunicação do projeto. Este espaço permite o alojamento e a partilha de informação desenvolvida especificamente para os consumidores.

Os principais conteúdos são: atos digitais; **marketplace**; **padrões obscuros**; **sistemas de recomendação e publicidade em linha**. Abriu-se uma área de denúncias em que os consumidores podem apresentar as suas queixas.



Lançou-se, ainda, um canal de divulgação na rede social Instagram, onde se publica informação sobre esta matéria, divulgando também os contactos da DECO para apoio e esclarecimento.

Foram produzidos **cinco reels** com a participação das **Pão de Law**. Estes vídeos pretendem alertar para a importância do conhecimento digital, capacitar os consumidores para a identificação de burlas digitais e incentivar a sua denúncia.

Desenvolveu-se uma campanha de comunicação, com forte presença nas redes sociais, destinada a reforçar a divulgação do projeto e a maximizar o seu alcance junto dos consumidores. A campanha já alcançou 223 243 consumidores.



Watson

O Projeto WATSON, **consórcio interdisciplinar composto por 47 entidades de 20 países**, tem uma abordagem inovadora e integrada para o reforço da rastreabilidade alimentar, recorrendo à utilização de serviços baseados em dados, ferramentas de inteligência artificial e metodologias avançadas de análise de risco.

Enquanto parceira ativa do projeto, a DECO acolheu em dezembro de 2025, em Lisboa, um focus group. O grupo de discussão, composto por **11 consumidores recrutados** através de um convite enviado aos nossos membros associados, foi conduzido por Fernanda Santos Paredes, líder de projeto que trabalhou com o Consórcio Watson.

De um modo geral, os consumidores manifestaram apreço pela sua participação no focus group, reconhecendo que as suas opiniões foram devidamente consideradas nos resultados dos projetos. Adicionalmente, consideraram as soluções apresentadas muito interessantes, tendo ficado muito agradados com o conteúdo do projeto e demonstraram interesse em experimentar as soluções.

Foram também evidenciadas algumas dificuldades de compreensão do conteúdo do projecto, maioritariamente inerentes ao seu carácter experimental, nomeadamente no que respeita à utilização ou ao descarregamento de determinadas soluções.



INFORMAÇÃO INDIVIDUAL

APOIO AO CONSUMIDOR

A DECO presta **informação jurídica presencial, telefónica, escrita** e através de meios telemáticos sobre questões relativas aos direitos dos consumidores, encontrando-se a mesma disponível na sua **sede em Lisboa e nas sete estruturas regionais e nas 81 entidades parceiras da DECO.**

Para um apoio mais personalizado e eficaz, a **DECO dispõe de um sistema de gestão de pedidos de informação e de reclamações que permite o seu tratamento rápido, responsável e direcionado**, tendo uma equipa composta por técnicos, especialistas em diversas áreas do consumo que, diariamente, informam o consumidor sobre os seus direitos, apoiam na elaboração de reclamações junto das entidades reclamadas e prestam aconselhamento sobre escolhas de consumo baseadas no seu perfil e efetivas necessidades e possibilidades de cada consumidor.

A Associação prestou **aconselhamento personalizado** e detalhado aos consumidores sobre diversas questões de consumo, destacando-se os seguintes setores:

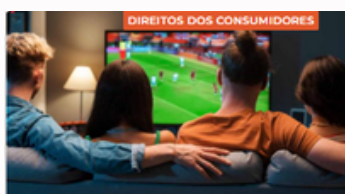


Através do contacto com os consumidores, a **Associação denuncia, regularmente, práticas ilegais e abusivas** junto das entidades de regulação e supervisão, tendo em vista a proteção dos direitos dos consumidores, em geral e em concreto, bem como interpela as empresas para a adoção de melhores práticas de mercado, prevenindo, assim, futuros conflitos.



22/10/2025

DECO exige sanções exemplares à Viagogo por lesar milhões de consumidores



15/10/2025

Plataforma de streaming de desporto (DAZN) tem sido alvo de inúmeras reclamações



05/11/2025

Ryanair impõe cartões de embarque digitais. DECO pede travão

Em 2025 a DECO recebeu **315 940 contactos** no Gabinete de Apoio ao Consumidor, nos quais os consumidores solicitaram informação sobre os seus direitos, denunciaram situações lesivas dos seus legítimos interesses e requereram a intervenção da DECO para a resolução do seu conflito de consumo. Estes contactos foram fundamentais para conhecer os reais problemas e preocupações dos consumidores.

A DECO procede ao tratamento estatístico dos pedidos de informação e reclamações apresentadas pelos consumidores, permitindo a intervenção junto dos organismos públicos e entidades competentes, tendo em vista a implementação de legislação e medidas que reforcem os seus direitos.

Em 2025, a DECO através da sua linha WhatsApp, criada em 2021 para responder de forma rápida, direta, simples e eficaz aos consumidores sobre diversas questões de consumo que se colocam no quotidiano dos consumidores recebeu **10 779 contactos, o que representa um aumento significativo ao longo dos anos.**

Anos	Número de contactos
2021	778
2022	5.346
2023	8.625
2024	9.280
2025	10.779

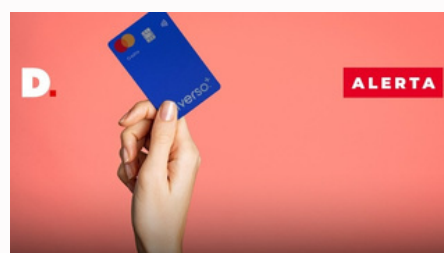


Executive

ATUALIDADE ▾ EDIÇÃO IMPRESSA ▾ CADERNOS ESPECIAIS ▾ CEO TALKS ▾ BARÓMETRO ▾ CONFERÊNCIAS ▾

Dia Mundial da Energia: Um mês após apagão, DECO já recebeu mais de uma centena de reclamações

Um mês após apagão nacional, associação de consumidores denuncia mais de uma centena de queixas e alerta para faturas incompreensíveis e famílias vulneráveis



DIREITOS DO CONSUMIDOR

CARTÃO UNIVERSO

Tribunal dá razão à DECO e declara nula cláusula abusiva do Cartão Universo.

DECOMUNICA.

ACONSELHAMENTO FINANCEIRO

Sistema de apoio ao sobre-endividamento

A DECO está, desde o ano de 2009, reconhecida como um sistema de apoio ao sobre endividado pelo Ministério da Justiça. A lista de entidades reconhecidas como sistemas de Apoio ao sobre endividado está disponível no site da Direção Geral da Política da Justiça.

No âmbito deste reconhecimento, a DECO recebe e trata pedidos para elaboração e negociação de planos de pagamento entre pessoas sobre-endividadadas e os seus credores, procurando evitar a inclusão dessas pessoas na lista pública de execuções.

SISPACSE: Sistema Público de apoio à conciliação no sobre-endividamento



A DECO presta, ainda, **informação individualizada e aconselhamento financeiro ao consumidor e famílias**, apoiando-os na gestão de situações de dificuldade económica e na orientação da sua estabilidade financeira. O site da DECO - deco.pt - para além de divulgar informação, alertas e orientação, é também uma porta de entrada de pedidos de apoio ou esclarecimento de consumidores.

Este serviço, sigiloso e acessível a todos, está disponível na sede em Lisboa, bem como nas delegações e estruturas regionais e nas parcerias nacionais da Associação.

Em 2025, manteve-se um elevado número de famílias em situação de pressão financeira, refletido nos **30 000 contactos** recebidos pela DECO ao longo do ano. As principais dificuldades identificadas relacionaram-se com o peso crescente das despesas com habitação e alimentação no orçamento familiar, evidenciando uma realidade de fragilidade económica persistente, mesmo em agregados familiares com rendimentos do trabalho.

O apoio centrou-se na organização do orçamento familiar, na gestão e renegociação de créditos, na definição de prioridades de pagamento e na prevenção do sobre-endividamento, através de soluções práticas ajustadas à realidade financeira de cada agregado.

Anos	Número de contactos
2021	30.000
2022	31.500
2023	30.089
2024	30.000
2025	30.000

Estes são alguns dos assuntos levantados pelos consumidores nos contactos desenvolvidos com a equipa da proteção financeira:

Área	Tema	%
Apoios Sociais	Apoios Sociais	7,4
Proteção Financeira (Atuação do Gabinete)	Aconselhamento e Atuação do Gabinete	16,7
Habitação e Arrendamento	Arrendamento e Habitação	4,7
Depósitos e Poupança	Depósitos Bancários (Conta à Ordem)	0,8
	Investimentos Financeiros	0,1
Crédito e Garantias	Crédito ao Consumo	28,1
	Crédito à Habitação	4,7
	Intermediação de Crédito	1,8
	Fiadores e Garantias Pessoais	0,5
Endividamento e Incumprimento	Dívidas a Entidades Privadas	1
	Dívidas ao Estado e à Segurança Social	3
	Incumprimento e Atrasos de Pagamento	5,9
	Insolvência Pessoal	3,9
	Cobrança Judicial e Processos Executivos	13,1
Fiscalidade e Obrigações	Impostos e Obrigações Fiscais	0,7
Gestão Financeira Familiar	Orçamento e Gestão Financeira Familiar	0,7
Seguros	Seguros	1,2
Outros / Informações Gerais	Informações Gerais e Esclarecimentos	5,4
	Lista de Incumpridores das Telecomunicações	0,4

Aconselhamentos Financeiros

Até 2025 não era efetuada distinção formal entre disponibilização de informação (contactos) e intervenções de aconselhamento financeiro. A partir deste ano, adoptu-se uma abordagem diferenciada, permitindo clarificar o nível de profundidade e personalização do apoio prestado aos consumidores.

O aconselhamento financeiro passou a ser definido como um conjunto de intervenções profundas e personalizadas, que incluem a análise detalhada do orçamento familiar, a negociação de dívidas e a elaboração de planos de ação ajustados à realidade de cada consumidor. Quando realizado de forma preventiva, este acompanhamento permite organizar as finanças pessoais, promover comportamentos financeiramente responsáveis e gerar um impacto direto e significativo na estabilidade económica dos consumidores.

Este enquadramento reforçou a missão da DECO na Proteção Financeira, centrada na promoção da literacia financeira, na prevenção de riscos orçamentais e no apoio à gestão quotidiana das finanças pessoais, particularmente em contextos económicos exigentes.

10 130 aconselhamentos

Em 2025, o aconselhamento a reestruturação de crédito manteve-se como o principal motivo de contacto, representando 25,8% dos pedidos. Contudo, verifica-se uma redução face a 2024 (33,43%), o que sugere uma alteração no tipo de situações acompanhadas.

Em paralelo, observou-se em 2025 um peso expressivo dos pedidos de aconselhamento sobre a formal gestão do incumprimento, nomeadamente PARI e PERSI (11,9%), bem como dos processos de execução (7,2%) e da insolvência (2,1%).

Outros aspetos relevantes deste ano foram o crescimento de pedidos de aconselhamento sobre a gestão do orçamento, 15,7% dos pedidos, e sobre habitação, tanto crédito à habitação (4,9%) como o arrendamento (5,1%)

Por fim, os apoios sociais (5,2%) e o apoio judiciário (5,8%) mantêm um peso significativo, evidenciando a estreita relação entre dificuldades financeiras, fragilidade social e necessidade de acesso à justiça.

SEMPRE CONSIGO
**NA FORMAÇÃO
E EDUCAÇÃO**

EDUCAÇÃO

Jovem Consumidor

DECOJovem

A DECOJovem, o programa de educação do consumidor na escola reúne atualmente **3 586 escolas e 3 543 professores** a colaborarem ativamente no projeto.

No total das atividades desenvolvidas, envolveram-se diretamente **26 831 alunos** dos diferentes níveis de ensino e **1 039 professores** de todas as áreas disciplinares.

Consumers Talks

Realizaram-se, em 2025, **157 sessões informativas** - Consumer TALKS que envolveram **6 168 alunos e 384 professores**.

A literacia financeira foi o tema mais solicitado pelas escolas, seguido pelos temas da sustentabilidade, como descrito no quadro TOP Consumer Talks.

De referir que em 2025, as sessões foram dinamizadas sobretudo com **os municípios e entidades parceiras, tendo a DECOJovem apostado na realização das Digital Labs, aulas abertas, sendo que toda a rede de escolas do projeto foi convidada a participar.**

TOP Consumers Talks

Tema da Ação	N.º de Ações	N.º Alunos	N.º Professores
Literacia Financeira	67	2545	132
Sustentabilidade	33	1347	70
Direitos do Consumidor	22	760	42
Literacia digital	19	813	44
Alimentação	9	373	75
Energia	5	190	15
Desperdício Alimentar	2	140	6
TOTAL	157	6 168	384

Consumer Talks nas Regiões

Delegação	N.º de Ações	N.º Alunos	N.º Professores
Alentejo	32	1264	76
Centro	27	1076	61
Norte	25	859	35
Ribatejo e Oeste	21	937	49
Madeira	17	701	52
Algarve	16	867	90
Sede	13	344	16
Minho	6	120	5
TOTAL	157		

SITESTAR.PT | 12

A DECO e o .PT realizaram a 12ª edição SITESTAR.PT que contou com **226 equipas inscritas, num total de 678 alunos e 226 professores. Nesta edição foram construídos 119 sites originais em .pt.**

Todas as escolas DECOJovem foram convidadas a participar num ciclo de 5 WORKSHOPS em formato online sobre como construir sites atrativos, respeitando os direitos de autor, a segurança online e o marketing de influência. Estes workshops caracterizaram-se por uma abordagem muito dinâmica, privilegiando a interatividade entre os jovens. Participaram **1908 alunos e 76 professores de 75 escolas diferentes.**

A Cerimónia da Entrega de Prémios SITESTAR.PT 12, realizada a 6 de Junho, na Fundação Portuguesa para as Comunicações, em Lisboa, repetiu o modelo híbrido, permitindo, assim, a participação de todos os parceiros.

O evento contou com a presença total de **47 alunos de 10 escolas.** A apresentação esteve a cargo de Catarina Rochinha e contou com a participação do Youtuber Miguel Pinto, Paulo Fonseca, da DECO e ainda com um momento de dança.



DECO Algarve e os direitos dos consumidores

A DECO Algarve promoveu com três municípios, com os quais tem protocolo, atividades para assinalar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.

Ao longo da semana de 10 a 15 de março:

- **CIAC TAVIRA VAI AO MERCADO** - ação de sensibilização junto dos vendedores para garantir que todos estavam informados sobre a lei de defesa do consumidor e as regras de funcionamento desse mercado.
- **MURAL DO CONSUMIDOR – SMDC LOULÉ** - sessão informativa sobre vendas agressivas e direitos dos consumidores, lançando, no final, um desafio aos participantes: apresentação de ideias para uma vida mais sustentável e elenco dos maiores desafios para um comércio mais justo no concelho. Esta informação foi recolhida e exposta num mural, no dia 15 de março, no espaço do Mercado Municipal de Loulé.

- **O CONSUMIDOR DO FUTURO** com a Escola de 1º Ciclo da Ria Formosa, Faro - sessão de informação sobre o futuro nos direitos dos consumidores. Nesta atividade as crianças foram desafiadas a descrever como será o consumidor do Futuro. Com a ajuda da equipa docente, foi feito um mural gigante, onde todas as crianças da escola deram o seu contributo. Esta atividade foi inaugurada pela Vereadora responsável pelo pelouro da Educação da Câmara Municipal de Faro e contou com a presença do Diretor da escola.



DECO CENTRO no Dia da Internet Segura

CNCS, realizado em Aveiro, com a oficina “Influência- te QB”, dinamizada pela DECO Centro.

Nesta sessão, os 50 jovens participantes exploraram os desafios do mundo digital, aprendendo a reconhecer os seus direitos digitais, os custos ocultos das plataformas “gratuitas” e as estratégias de marketing digital dirigidas aos mais novos — desde a publicidade disfarçada de influenciadores até aos anúncios integrados em jogos online — reforçando o seu pensamento crítico e a sua capacidade para identificarem práticas comerciais condicionantes das suas escolhas.



A Brigada Dos Lanches para Pais

Para comemorar o Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, a DECOJovem, em parceria com o curso de Dietética e Nutrição da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, promoveu o workshop “Brigada dos Lanches para pais” que contou com a participação de **457 pais e encarregados de educação**.



Digital Lab | Dia Mundial da Alimentação

Ainda no âmbito das comemorações dessa efeméride, as duas entidades parceiras promoveram o digital lab para alunos do 3º ciclo do ensino básico, secundário e profissional. Este encontro teve a participação de **1 907 alunos e 41 professores de 41 escolas**.

Semana Mundial do Investidor #SMI2025

Finfluencers e Criptoativos foi o tema da #SMI2025 que se propôs a ajudar os mais novos a pensar o seu próprio futuro ao tomar decisões financeiras.

A DECOJovem realizou três workshops digitais abertos, entre 08 e 10 de outubro, para todas as escolas DECOJovem interessadas. Esta iniciativa foi uma parceria com a CMVM. Contámos com a participação de **2978 alunos e 61 professores de 54 escolas** de todo o país.

Digital LAB | Dia Mundial da Poupança

Poupar hoje, conquistar o amanhã foi o tema do Dia Mundial da Poupança, 31 de outubro. A DECOJovem dinamizou uma aula aberta digital para todas as escolas aderentes interessadas em participar neste debate e contou com a participação de **6 345 alunos e 88 professores de 80 escolas** de todo o país. Salienta-se que esta foi a sessão mais participada de sempre.

Global Money Week 2025

Durante a GlobalMoney Week, a DECOJovem realizou duas aulas abertas digitais nos dias 20 e 21 de março de 2025 subordinada ao tema “**Quem controla o TEU Dinheiro? Os Finfluencers, a IA ou Tu?**”. Participaram **1544 alunos e 44 professores de 40 escolas**.



DECO Alentejo e o Banco de Portugal

Em 2025, a DECO Alentejo e o Banco de Portugal continuaram a desenvolver um trabalho articulado e consistente na promoção da educação financeira em contexto escolar, dirigido a crianças e jovens de escolas da região.

Realizaram-se **17 ConsumerTalks** intituladas “O ABC da poupança e os canais digitais” que chegaram a **740 alunos** como objetivo de os capacitar, desde cedo, com conhecimentos e competências fundamentais para uma gestão financeira responsável, contribuindo para a prevenção de comportamentos de risco e de futuras situações de vulnerabilidade económica.

Entre os temas destacam-se: a importância da poupança e da gestão do orçamento familiar, o recurso ao crédito de forma consciente e a prevenção do endividamento e as potencialidades e riscos associados aos canais digitais. São ainda abordados os meios de pagamento e o processo de abertura de conta bancária, promovendo-se uma relação informada, segura e responsável com o sistema financeiro.



SEPR25: Dá valor ao teu resíduo

No âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR), no dia 26 de novembro, a DECOJovem, em parceria com a Electrão, preparou uma Digital LAB subordinado ao tema: Dá Valor aos TEUS resíduos! Estiveram presentes **2113 alunos e 44 professores de 44 escolas de todo o país.**

Para além da sessão, a DECOJovem elaborou uma campanha de sensibilização sobre o tema nas redes sociais.



Green Chef 9

O Green Chef 9 convidou alunos e professores a produzirem receitas culinárias que, com a participação de toda a família, permitam combater o desperdício alimentar e adotar comportamentos alimentares mais sustentáveis. O Desafio contou com **90 equipas** inscritas, num total de **240 alunos e 35 professores de 31 escolas**, tendo se conseguido **80 vídeos** culinários sobre aproveitamento de sobras de refeições.

As equipas vencedoras foram:

Escalão 1 (1.º Ciclo do Ensino Básico)

- 1.º Lugar: Equipa Guardiãs da Aldeia, da EB1 Aldeia de Joanes, com uma receita de Queques de coelho e legumes.
- 2.º Lugar: Equipa Meninas de Outono, da EB1 Aldeia de Joanes, com uma receita de torradas de abóbora com creme de castanha.
- 3.º Lugar: Equipa Cookies Brasil (B.B.B.), do Colégio São Francisco de Assis, Luanda Sul, com uma receita de pão recheado com legumes da época.

Escalão 2 (2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico)

- 1.º Lugar: Equipa Os três mini Chefs, da Escola Básica EB 2/3 da Abelheira, com uma receita de wraps de legumes e frango com puré.
- 2.º Lugar: Equipa Sabor em Grupo, da Escola Básica 2,3 de António Feijó, com uma receita de hambúrguer de bacalhau feito com sobras.
- 3.º Lugar: Equipa as Veggys, da Escola Secundária Dr. António C. F., com uma receita de sushi with veggie's.

Escalão 3 (Ensino Secundário)

- 1.º Lugar: Equipa Ti-Arcozelo, da Escola Básica e Secundária de Arcozelo, com uma refeição saudável e económica!
- 2.º Lugar: Equipa FFLGREEN, da Escola Secundária Dr. Francisco FernandesLopes, que com uma receita de Risotto de Abóbora e Cogumelos com Salicórnia acompanhado com Rolinhos de Courgete.
- 3.º Lugar: Equipa As Barbies e o Ken, da Escola Secundária de Gondomar, que fizeram uma receita de Bolo de cascas de banana.

Escalão 4 (Ensino Profissional)

- 1.º Lugar: Equipa Os Trilobites, do Agrupamento de Escola de Arouca, que criou uma receita de Troupas de farrapo velho.
- 2.º Lugar: Equipa RodoCook, da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo – Peso da Régua, que criou uma receita de Empadão vegetal.
- 3.º Lugar: Equipa Pimentões Vermelhos, do Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar, que criou uma receita de Pimentos recheados.

Entrega de prémios

A DECO Minho participou na entrega de três prémios do desafio Green Chef 9. As sessões incluíram a dinamização da atividade “Sobras não são lixo”, e a apresentação dos vídeos vencedores.



Semana do Jovem Consumidor

Na Semana do Jovem Consumidor 2025 convidaram-se jovens alunos para debaterem temas que impactam o seu dia a dia: saúde, consumo consciente e os seus direitos enquanto jovens.

A iniciativa teve a colaboração do Núcleo de Estudantes de Medicina da Universidade do Minho que desenvolveram os temas para **2113 alunos e 40 professores de 38 escolas** de todo o país:

- Dia 10 de março | Fast-food ou Fast-life? Como as tuas escolhas alimentares moldam o teu futuro! - 476 alunos
- Dia 11 de março | Vives ou postas? O impacto invisível do consumo digital - 705 alunos
- Dia 12 de março | Nuvens tóxicas: Não sopres o futuro para longe! - 449 alunos
- Dia 13 de março | Copo meio cheio ou vida meio vazia - 483 alunos

Formação para docentes da Madeira

No âmbito da Semana do Ambiente, organizada pela Câmara Municipal de Santa Cruz, a DECO Madeira conduziu uma ação sobre Consumo Sustentável destinada a 12 docentes deste concelho, em que foram promovidas e debatidas atividades a concretizar em contexto escolar acerca da adoção de comportamentos mais conscientes e responsáveis.

FORMAÇÃO

Consumidor

DECO FORMA

Num contexto de profundas transformações nos padrões de consumo, marcado pela aceleração digital, pela urgência climática e pela necessidade de uma maior prudência financeira, a **DECO FORMA consolidou-se em 2025 como parceiro estratégico das organizações que procuram adaptar-se às novas realidades do mercado, respeitando e promovendo os direitos dos consumidores.**

A página oficial da DECO Forma no site DECO e no LinkedIn são ferramentas estratégicas para partilhar conhecimento, divulgar formações, fomentar uma rede de contactos profissionais e comunicar com empresas, profissionais e consumidores interessados em desenvolver competências, em áreas essenciais como direitos do consumidor, sustentabilidade, literacia digital e financeira.

LinkedIn

Durante o ano de 2025, a página do LinkedIn contou com **1286 seguidores**, registando-se um aumento consistente no número de pedidos de contacto recebidos desta rede.



DECO (IN)FORMAL Capacitação dos consumidores

Realizaram-se, em todo o país, **118 sessões informativas**, envolvendo um total de **2 109 consumidores**. Grande parte destas ações foram realizadas com a REDE de Parceiros DECO, contando com o envolvimento de 49 entidades que apoiaram na concretização destas iniciativas junto da sua comunidade.

O tema mais relevante, ao longo deste ano, foi “Finanças Pessoais”. Desenvolveram-se com **42 ações**, num total de **779 participantes**, confirmando a tendência dos últimos anos em que a situação de crise económica é uma realidade.

TOP Temas Ações DECO (IN)Forma

Tema da Ação	N.º de Ações	N.º Participantes
Finanças Pessoais	42	779
Direitos dos consumidores	32	578
Energia	18	287
Sustentabilidade	11	187
Desperdício alimentar	8	189
Apoio ao Consumidor	4	58
Habitação	3	31
TOTAL	118	2109

DECO (IN)Forma nas Delegações e Estruturas Regionais

Tema da Ação	N.º de Ações	N.º Participantes
Sede	25	453
Algarve	23	478
Alentejo	19	282
Centro	18	316
Norte	14	200
Madeira	10	178
Ribatejo e Oeste	9	202
TOTAL	118	2109

Workshops

Em 2025, a DECO realizou diversos workshops dirigidos, em especial, aos profissionais de empresas dos vários setores da economia e de organismos públicos. A forte procura por estes workshops demonstra o interesse crescente das organizações em promover o desenvolvimento das soft skills dos seus colaboradores

No total realizaram-se **28 workshops com 12 parceiros**, com a participação de **788 colaboradores**, reforçando o papel da DECO como parceiro estratégico das organizações que valorizam o bem-estar e a capacitação das suas equipas.

Também neste particular se destaca o tema das **Finanças Pessoais** como o principal assunto solicitado pelas organizações.

Paralelamente, os **Direitos dos Consumidores** consolidaram-se como como área prioritária.

Estes workshops, com duração média de 2 horas, decorreram em horário laboral, tendo sido realizadas mais de 50h de capacitação

Workshops realizados em 2025

Entidade	N.º de ações	Total de horas	Temas	N.º Participantes
Fagar	8	16h	Direitos dos consumidores	200
Base Capital	2	3h	Finanças Pessoais	15
Ikea	4	5h	Finanças Pessoais	142
Viação alvorada	3	6h	Finanças Pessoais	71
Fidelidade	3	5h	Direitos dos consumidores / Finanças Pessoais	48
Ascendi	2	4h	Finanças Pessoais / Direitos dos consumidores	213
It sector	1	2h	Sustentabilidade	15
Advance Care	1	2h	Sustentabilidade	13
Município Lagoa	1	2h	Apoio ao Consumidor	10
Guerin	1	3h	Finanças Pessoais	47
Município Montijo	1	1h	Finanças Pessoais	34
RTP	1	2h	Direitos dos consumidores	13
Total	28	51 h		821

Ciclo de Literacia Financeira



Inseridos numa parceria já com 2 anos, promoveram-se 4 workshops dedicados a Finanças Pessoais para os colaboradores da empresa IKEA. As sessões abordaram temas essenciais como "Poupar para a Reforma", "Crédito Descomplicado" e "Como Poupar e Investir". O ciclo contou com a participação de 142 colaboradores, contribuindo para uma maior consciencialização e capacitação financeira.

Dia Nacional da Sustentabilidade



No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Sustentabilidade, 25 de setembro, realizou-se, em parceria com a Advance Care, um workshop interativo sobre Sustentabilidade, subordinado ao tema Consumo mais Responsável e Sustentável para os colaboradores da empresa. Salienta-se a excelência da avaliação do formador de 4,85/5 e global de 4,88/5.

Ciclo de Literacia Financeira



Durante a BlackFriday e época natalícia, realizou-se o 1º workshop do ciclo sobre literacia financeira, em parceria com a RTP. "Compras Mais Inteligentes" foi o tema dessa sessão, em que se debateram os direitos fundamentais dos consumidores, os cuidados a ter nos momentos de compra, compra online, as práticas comerciais desleais, a garantidos produtos, os direitos nas devoluções e reembolsos e a resolução de conflitos.

Direitos dos Consumidores



Em 2025, foram realizados 3 workshops dedicados aos Direitos dos Consumidores e Finanças Pessoais, com os temas "Compras mais inteligentes", "IRS: saber Mais e Pagar Menos" e "Crédito Responsável", respetivamente, com uma das parceiras mais antigas da DECO nesta área: a Fidelidade. As sessões totalizaram 5h de formação e envolveram 48 participantes.

Ações de Formação Certificadas

Em 2025, a DECO FORMA reforçou o seu papel como entidade formadora de referência, promovendo a qualificação e atualização de competências em áreas estratégicas do consumo. Neste sentido, realizaram-se **36 ações de formação certificadas**, totalizando **273,30 horas, contando com 400 participantes e um volume de formação de 37 566.**

Ações de Formação realizadas em 2025

Entidade	N.º de Ações	Total de horas	Temas	N.º Participantes
Base Capital	19	152h	Finanças Pessoais	200
CM Porto	9	67h30	Finanças Pessoais	84
NOS Comunicações	2	16	Finanças Pessoais	39
Ministério da Defesa	2	6	Finanças Pessoais	36
Homa	2	16	Direitos dos consumidores	23
La Redoute	2	16	Direitos dos consumidores	18
Total	36	273h30		400
Volume de Formação	37.566			

Formação com a Base Capital

O projeto Finanças Pessoais para Tod@s, desenvolvido para os colaboradores da Base Capital, no âmbito do programa MAISBASE, consolidou-se como uma aposta estratégica na promoção da literacia financeira interna desta empresa, contabilizando em 2025 19 ações de formação, num total de 200 colaboradores, abrangendo de forma transversal diferentes áreas da empresa, desde equipas operacionais até quadros de direção.

Esta abrangência permitiu adequar os conteúdos às necessidades específicas de cada público, promovendo uma aprendizagem inclusiva e alinhada com os diversos níveis de responsabilidade.

Ciclo de "Finanças Pessoais"

Em parceria com diversas empresas e no âmbito da promoção da literacia financeira e do bem-estar dos colaboradores, concretizaram-se ciclos de formação em Literacia Financeira, que envolveram colaboradores de diferentes áreas e setores. As ações centraram-se no desenvolvimento de competências práticas em gestão do orçamento pessoal e familiar, planeamento financeiro, poupança e tomada de decisões financeiras informadas.

Direitos dos Consumidores nas Empresas

No âmbito dos Direitos dos Consumidores, realizaram-se 4 ações para as empresas Homa e La Redoute, capacitando 32 profissionais para a prestação de um serviço de qualidade fundamentado no conhecimento da legislação aplicável. Estas ações certificadas tiveram a duração de 8 horas cada, permitindo uma ampla exploração dos temas mais relevantes, como os pré-requisitos de informação aos consumidores, até às Garantias e práticas comerciais desleais.

Contas à VIDA – Literacia Financeira +55

O Projeto Contas à Vida, iniciativa de literacia financeira desenvolvida em parceria com o Município do Porto, no âmbito de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), financiada pela União Europeia, através do NextGenerationEU, permitiu fortalecer as competências financeiras e digitais da população sénior (maiores de 55 anos), proporcionando ferramentas práticas para uma gestão mais informada e autónoma do orçamento familiar, a compreensão de produtos financeiros, a prevenção de fraudes e a utilização segura de meios digitais no dia-a-dia.

Realizaram-se **nove ações de formação** para a Câmara Municipal do Porto, com **84 participantes** com mais de 55 anos, abrangendo domínios essenciais, como planeamento e gestão do orçamento, poupança, investimento, crédito e endividamento, direitos e deveres dos consumidores, fraude e seguros.

Através de uma abordagem prática, o projeto procurou capacitar os participantes com ferramentas concretas que contribuam para uma gestão financeira mais consciente, sustentável e responsável.

No âmbito do projeto, foi desenvolvido um conjunto abrangente e diversificado de recursos formativos com o objetivo de facilitar a aprendizagem, aumentar a interação e, assim, potenciar o desenvolvimento de competências financeiras dos cidadãos envolvidos.



Workshops, Eventos e Sessões de Esclarecimento

Dicas ao Vivo: Literacia Financeira juvenil

No âmbito da literacia financeira juvenil, destaca-se a participação da DECO na sessão de esclarecimento “**Parlamento dos Jovens – DICAS ao VIVO: Literacia Financeira: os jovens CONTAM!**”, realizada no contexto do programa Parlamento dos Jovens promovido pela Assembleia da República.

Esta sessão de esclarecimento, em formato webinar/online, dirigiu-se a escolas de todo o país inscritas no Parlamento dos Jovens, e integrou um conjunto de intervenções por especialistas em literacia financeira. O evento incluiu temas diretamente relacionados com o **planeamento financeiro pessoal, orçamento, poupança, inflação, taxas de juro e segurança online**, proporcionando aos jovens a oportunidade de colocar questões e interagir com os oradores durante os períodos de perguntas.

A sessão **DICAS ao VIVO** contou com contributos de representantes do Banco de Portugal (sobre o impacto da inflação e das taxas de juro na vida financeira dos jovens), da Associação Portuguesa de Bancos (sobre segurança financeira e prevenção de riscos), e de jovens dinamizadores da DECO Jovem (com um segmento dedicado a Budget Your Life: constrói o teu caminho), o que enriqueceu o debate com perspetivas diversas e adaptadas à realidade dos estudantes.



Gabinete Finanças Saudáveis

Workshops

O protocolo da DECO com a Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Finanças Saudáveis, em 2025, realizou, também, um conjunto abrangente de ações de capacitação e sensibilização em literacia financeira, dirigidas a diferentes segmentos da população, visando o reforço da autonomia financeira e a prevenção do sobre-endividamento.

Realizaram-se **seis Sessões Informativas “Gabinete Finanças Saudáveis”**, dirigidas a colaboradores da Loja de Cidadão, com o objetivo de reforçar a identificação e encaminhamento de cidadãos em situação de vulnerabilidade financeira. Foram ainda dinamizadas ações específicas dirigidas à população sénior e sessões de capacitação para colaboradores da Câmara Municipal de Lisboa, focadas no planeamento e gestão financeira, bem como na preparação para a reforma.

Em contexto escolar, e no quadro do projeto-piloto SEED, foram realizadas **17 ações de formação**, que abrangeram **929 alunos** do 3.º ciclo e do ensino secundário. As sessões centraram-se em competências essenciais de gestão financeira pessoal, com particular enfoque na poupança, no planeamento financeiro e na adoção de comportamentos de consumo responsáveis.

Salienta-se ainda a sessão realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrada na Semana da Saúde Mental e do Bem-Estar, evidenciando a relevância do equilíbrio financeiro para o bem-estar individual.



Dia Aberto do Gabinete Finanças Saudáveis

Data	Tema	Local	Público
14/janeiro, das 14 às 15h	sessões/apresentações destinadas ao público interno	LL Baixa	colaboradores das LL e das entidades da LCS
21/janeiro, das 13h30m às 15h	sessões/apresentações destinadas ao público interno	LL Marvila	colaboradores das LL e das entidades da LCS
14/janeiro, das 14 às 15h	sessões/apresentações destinadas ao público interno	LC Saldanha	colaboradores das LL e das entidades da LCS
28/janeiro, das 11h às 12h	sessões/apresentações destinadas ao público interno	LC Saldanha	colaboradores das LL e das entidades da LCS

Formadores DECO

Os formadores da DECO Forma são profissionais qualificados, com vasta experiência em diversas áreas relacionadas, como os direitos do consumidor, literacia financeira e sustentabilidade. Com uma abordagem dinâmica e interativa, partilham conhecimento prático e teórico, promovendo a participação ativa dos formandos.

A excelência e o rigor na transmissão de conteúdos são valores que distinguem a equipa de formadores da DECO. Em 2025, os formadores da DECO obtiveram uma **avaliação global superior 4.8**, confirmando o reconhecimento pela clareza na exposição, domínio dos temas abordados e capacidade de criar ambientes formativos motivadores e participativos.

SEMPRE CONSIGO
NA REPRESENTAÇÃO

REPRESENTAÇÃO INDIVIDUAL

APOIO AO CONSUMIDOR

O apoio ao consumidor tem como função principal assegurar um acompanhamento eficaz e próximo de todos os consumidores no âmbito da conflitualidade, intermediando junto das empresas e prestadores de serviços, tendo em vista a resolução dos seus conflitos de forma extremamente célere e a promoção de melhores práticas pelas empresas.

Com este serviço, a DECO:

- Analisa as reclamações recebidas;
- Promove o contacto direto com as entidades visadas;
- Cria soluções consensuais, célere e justas que garantam a proteção dos direitos dos consumidores.

Além da **resolução individual de conflitos**, este serviço desempenha um **papel estratégico no diálogo com as empresas e setores económicos**, promovendo-se reuniões e iniciativas que visam a melhoria contínua das práticas comerciais das empresas. Com uma rede de proximidade com **mais de 100 empresas**, e uma postura construtiva e baseada em dados, a DECO fomenta uma cultura de responsabilidade, transparência e respeito pelos direitos dos consumidores, contribuindo para o reforço da confiança nos mercados.

Sempre que são identificadas práticas que indiciem infrações à legislação, situações de risco ou comportamentos lesivos dos direitos dos consumidores, o serviço de apoio ao consumidor assegura a sua comunicação junto das autoridades de mercado, permitindo que estas possam atuar no quadro do interesse público.

Da mesma forma, sempre que não seja possível alcançar uma solução por via da intervenção prévia da DECO, esta assegura o encaminhamento das reclamações para os Centros de Arbitragem de Consumo, prestando aos consumidores uma assistência adequada que inclui o esclarecimento sobre os direitos em causa, a preparação da participação no procedimento arbitral e a representação em sede de arbitragem, garantindo que os consumidores têm um acesso efetivo a mecanismos extrajudiciais de resolução de litígios, com celeridade, responsabilidade e proximidade.



Em 2025, **39 735 consumidores** solicitaram o apoio e a intervenção da DECO para a resolução dos conflitos de consumo. Com a intervenção da DECO, os consumidores conseguiram uma **poupança de mais de três milhões de euros**.

Principais setores reclamados

BANCA

As reclamações relacionadas com fraudes e burlas dispararam em 2025, confirmando uma tendência já crescente, representando um número significativo de consumidores lesados em muitos milhares de euros.

A Associação continuou a receber muitos contactos relacionados com crédito à habitação e crédito ao consumo - dificuldade em exercer direitos no crédito ao consumo por vicissitudes no contrato de compra e venda ou prestação de serviços.

SEGUROS

Falta de informação sobre exclusões, franquias, limites indemnizatórios e prazos. Seguros multirriscos habitação, seguros de proteção ao crédito e seguros de saúde foram os que suscitaram o maior número de contactos por parte dos consumidores. Dificuldades na participação do sinistro, exclusões invocadas pelas companhias de seguro, morosidade na resposta e regularização dos sinistros foram das principais causas de reclamação.

PLANOS DE SAÚDE

Práticas comerciais desleais na contratação, falta de informação contratual e pré-contratual, entraves ao cancelamento dos contratos, impossibilidade de utilização dos descontos por ausência de prestadores de cuidados de saúde convencionados na zona de residência do consumidor.

ENERGIA

Destacam-se os pedidos de indemnização por danos nos equipamentos resultantes de falhas na rede de energia. Mantiveram-se os principais temas que geram reclamação por parte dos consumidores: faturação excessiva e prescrição, tarifários, serviços adicionais, mudança de comercializador, verificação de tarifário e ofertas adequadas ao perfil de consumo e apresentação de candidaturas para programas de apoio.

ÁGUA

Qualidade de serviço, falta de informação sobre as faturas, tarifários, prescrição e recurso à execução fiscal para pagamento das faturas, dificuldades na obtenção de esclarecimentos por parte do apoio ao cliente das entidades gestoras. As entidades gestoras continuam a ter regulamentos, muitas vezes, desatualizados e com regras que não são admissíveis, sendo muito difícil obter informação clara e adequada ao consumidor, isto num setor essencial, mas com tarifários e faturas complexas.

BENS DE CONSUMO/ COMPRA E VENDA

Garantias, incumprimento dos prazos de entrega, falta de informação e práticas desleais nas promoções.

COMÉRCIO ELETRÓNICO

Dificuldades no exercício do direito de livre resolução e reembolso; falta de entrega do bem/ incumprimento do prazo de entrega, falta de conformidade do bem, aquisições no Marketplace. Burlas e fraudes.

HABITAÇÃO

Arrendamento

Atualização de rendas, dificuldades na obtenção do apoio extraordinário ao pagamento de rendas, não renovação e denúncia dos contratos, assédio no arrendamento, obstáculos à celebração de novos contratos e necessidade de realização de obras no locado.

Condomínio

Pagamento de quotas ordinárias e extraordinárias, regras para assembleias de condomínios, necessidade de obras nas partes comuns, incumprimento por parte de prestadores de serviços, regras dos regulamentos dos condomínios, seguros de condomínio.

Realizaram-se, ao longo do ano, **91 reuniões** que permitiram estabelecer e aprofundar os contactos privilegiados com as empresas, melhorando-se assim a qualidade da sua relação com os consumidores, eliminar cláusulas abusivas e práticas desleais, permitindo também uma resolução satisfatória e célere dos conflitos de consumo.

Este ano, o período decorrido entre o início do processo de mediação e o seu arquivamento manteve-se inferior a 30 dias, com uma **percentagem de sucesso de 91% e uma avaliação NPS de 96%**.

A DECO assistiu os consumidores em **542 audiências de julgamento** nos diferentes mecanismos de resolução alternativa de litígios, **Centros de Arbitragem e Comissões Arbitrais do Turismo de Portugal**, garantindo uma adequada representação dos seus interesses.

PROTEÇÃO FINANCEIRA

Apoio

A DECO presta também apoio **aos consumidores economicamente vulneráveis e a famílias em situação de endividamento excessivo ou sobre-endividamento**, ajudando-os na otimização dos seus orçamentos, na resolução dessas dificuldades, sobretudo através do contacto direto com os credores.

Este apoio inclui a recepção e tratamento de pedidos de **elaboração e negociação de planos de pagamento entre os consumidores e os seus credores**. Pretende-se evitar a inclusão dos consumidores na lista pública de execuções ou facilitar a sua remoção da mesma.

O número de processos de intervenção recebidos no Gabinete de Proteção Financeira manteve-se globalmente estável, registando-se este ano **2724**. Este valor confirma a tendência de estabilidade observada ao longo da última década, apesar das variações do contexto económico, nomeadamente o aumento das taxas de juro, a pressão inflacionista e as alterações nas condições de acesso ao crédito.

Essa estabilidade pode indicar que, apesar do aumento de contactos, muitas famílias conseguem já enfrentar as suas dificuldades sem a obrigação de uma intervenção formal, devendo-se tal ao **reforço da informação e aconselhamento preventivo**.

Anos	Número de contactos
2021	2744
2022	2700
2023	2734
2024	2701
2025	2724

As principais causas das dificuldades das famílias:

Desemprego

Em 2025, registou-se um novo aumento do desemprego para 20%, o que teve impacto direto na capacidade de cumprimento das obrigações financeiras.

Divórcio / Separação

Este fator representa 6% dos casos, valor idêntico a 2024, confirmando uma diminuição face aos 10% registados em 2019 e 2020.

Doença

Voltou a assumir maior relevância, mantendo-se um valor elevado - 18%, confirmando que os encargos com saúde e a perda de capacidade laboral continuam a constituir um fator estrutural de vulnerabilidade financeira para muitas famílias.

Perda de Rendimentos

Fixou-se em 18%, em 2025, o que indicou uma recuperação parcial dos rendimentos das famílias, ainda que sem eliminar situações de fragilidade financeira acumulada.

Aumento do Custo de Vida

Em 2025, apesar de uma redução para 25%, continuou a representar um dos principais fatores de pressão sobre os orçamentos familiares, mantendo-se como uma preocupação central para os consumidores acompanhados pela DECO.

De acordo com a análise dos dados do CRM (Customer Relationship Management), em 2025 o tempo médio decorrido entre o início do processo e o seu arquivamento foi de **51 dias, refletindo uma melhoria face a 2024**, ano em que esse período se situava nos 60 dias.

As variações no tempo médio de duração dos processos decorrem essencialmente de dois fatores:

- a disponibilização atempada e completa de informação por parte dos consumidores;
- a demora na obtenção de resposta por parte dos credores, nomeadamente no âmbito da renegociação de créditos.

Relativamente ao **NPS** - Net Promoter Score - mantem-se no **97%** registado no ano anterior.

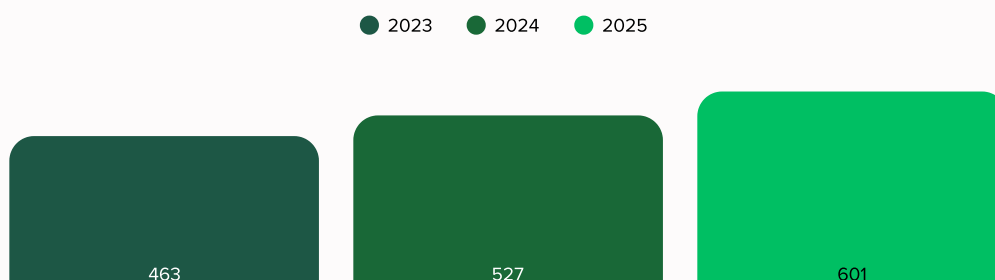
Gabinete Finanças Saudáveis

A atividade do Gabinete Finanças Saudáveis, parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, iniciada em 2023, demonstra um crescimento sustentado da procura pelos serviços disponibilizado, sendo, também, crescente a perceção da utilidade e eficácia do apoio prestado no contexto da gestão financeira pessoal e familiar.

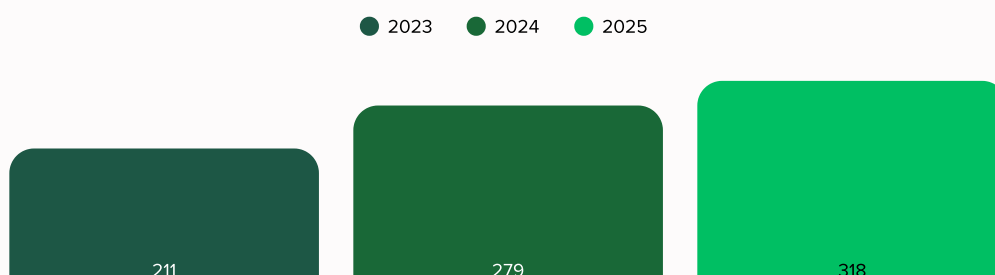
Em 2025 foram recebidos os seguintes pedidos de apoio e aconselhamento:

2025	Número de contactos
Informação Telefónica	601
Atendimento Presencial	318
Processos de Intervenção	92

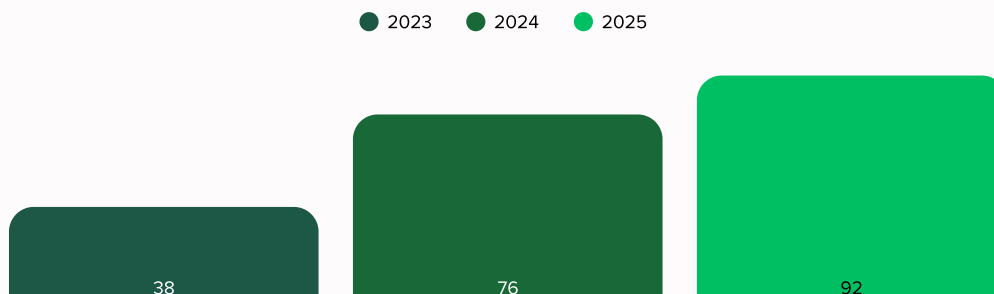
Evolução do atendimento telefónico realizado pelo Gabinete Finanças Saudáveis:



Evolução do aconselhamento presencial realizado pelo Gabinete Finanças Saudáveis:



Evolução do número de processos de intervenção acompanhados pelo Gabinete Finanças Saudáveis:



Protocolo com o Mediador do Crédito

A DECO celebrou um Protocolo de Cooperação com o Mediador de Crédito, reforçando a proteção financeira dos consumidores. Esta parceria visa:

- Encaminhamento coordenado de casos de endividamento;
- Promoção da literacia financeira e decisões mais conscientes;
- Contribuição em propostas legislativas e regulamentares;
- Partilha de informação e trabalho colaborativo para respostas mais eficazes.

O acordo fortalece a atuação conjunta, especialmente junto dos consumidores mais vulneráveis, promovendo um mercado de crédito mais justo, transparente e centrado nas pessoas.



REPRESENTAÇÃO COLETIVA

REPRESENTAÇÃO NACIONAL

A DECO representa os consumidores em **diversos organismos, fóruns nacionais e internacionais**, procurando dinamizar medidas que permitam, simultaneamente, alterar normas e sensibilizar os consumidores para os problemas e desafios e promover esta alteração junto dos decisores políticos e económicos.

Em 2025, a DECO enquanto entidade com estatuto de parceiro social, emitiu **466 pareceres, dos quais 105 corresponderam a iniciativas da Associação**. Destacamos as áreas do digital, designadamente, o quadro para uma nova regulação digital dos direitos dos consumidores, da proteção financeira e serviços financeiros, da energia e da habitação.

Dos pareceres emitidos, **mais de 50% cumpriram os objetivos da Associação**, designadamente, a **resposta às reivindicações da DECO e o debate sobre as propostas emergentes apresentadas pela Associação**.

Destaca-se, também, a elaboração de **relatórios técnicos e estudos de acompanhamento do mercado, com particular incidência em temas com impacto direto no orçamento e na segurança financeira das famílias**.

- Relatórios periódicos sobre o impacto da evolução da Euribor no crédito à habitação;
- Análise do fenómeno Buy Now, Pay Later (BNPL);
- Estudos sobre o Direito ao Esquecimento no Seguro de Vida;
- Análise de novos modelos de negócio e soluções financeiras com impacto nos consumidores.

Estes trabalhos constituíram uma base fundamental para a intervenção pública da DECO, para a produção de conteúdos informativos e para o apoio técnico ao consumidor.

A DECO participou também em **cinco audições públicas**, mantendo a sua cooperação institucional com os decisores políticos, designadamente, a Assembleia da República.

A equipa da DECO assegurou, ao longo do ano, a participação, como oradora, em **38 seminários e conferências, inclusivamente internacionais**.



REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A DECO assegurou a representação dos consumidores em **108 entidades a nível nacional, num total de 92 reuniões.**

A Associação assegurou presença nos seguintes Conselhos Consultivos: **ERSE, ERSAR, Banco de Portugal, RTP, Órgãos Sociais dos Centros de Arbitragem, ERS, CES, Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), GPEARI, Autoridade da Concorrência, Mediador de Crédito.**

Deve ser sublinhada a representação da DECO na **Entidade Reguladora dos Serviços de Energéticos (ERSE)**, enquanto membro integrante do Conselho Consultivo e dos Conselhos Tarifários de Energia Elétrica e Gás Natural, tendo contribuído ativamente para a elaboração de todos os pareceres destes Conselhos.

A DECO destaca ainda a sua presença no âmbito do Conselho Nacional de Consumo e no Conselho Nacional de Habitação.

Em 2025 foram asseguradas **329 representações nacionais e internacionais.**



Eventos, Seminários e Encontros

Participação no 1.º Encontro do Mediador do Crédito

A DECO participou no **1.º Encontro do Mediador do Crédito** subordinado ao tema **“A mediação e a literacia financeira nas relações de crédito”**.

O evento reuniu representantes do Banco de Portugal, instituições de crédito, universidades, entidades públicas, associações do setor financeiro e de defesa do consumidor, proporcionando um espaço de reflexão e partilha sobre os desafios da mediação de crédito e da promoção da literacia financeira em Portugal.

A intervenção da DECO no painel **“Literacia financeira em matéria de crédito: o papel das redes de apoio na prevenção e gestão do incumprimento”**, reforçou a relevância de iniciativas que promovam o diálogo e a cooperação entre todos os agentes do sistema financeiro e reconheceu o papel do Mediador do Crédito.



Impacto da literacia financeira no consumidor e como capacitá-lo para uma vida mais próspera

A DECO esteve presente neste evento dirigido a 1 200 formandos do IEFP, dedicado ao tema **“Impacto da literacia financeira no consumidor e como capacitá-lo para uma vida mais próspera**, tendo sido destacada a importância da prevenção, do planeamento financeiro e da tomada de decisões conscientes num contexto de crescente digitalização, euro digital e influência das redes sociais. Alertaram-se, também, todos os formandos do IEFP para as grandes vantagens de planear e melhor gerir as suas finanças pessoais, construindo um património sólido e promovendo uma vida melhor..



Debate “Revisão do RJIC: que mudanças são necessárias?”

A DECO participou no debate promovido pela ANICA - Associação Nacional Intermediários de Crédito Autorizados, dedicado à revisão do Regime Jurídico dos Intermediários de Crédito (RJIC). O momento de diálogo reuniu representantes da supervisão, associações do setor e do Parlamento, permitindo uma troca enriquecedora de perspetivas sobre o futuro da intermediação de crédito.

A intervenção da DECO centrou-se na defesa dos interesses e direitos dos consumidores, destacando a importância de garantir maior transparência, equilíbrio e proteção efetiva para os cidadãos na contratação de crédito. O debate reforçou a necessidade de um enquadramento regulatório que promova o desenvolvimento do setor, sem comprometer a segurança e a informação dos consumidores.



Participação no Almoço-Debate com Eurodeputados Portugueses (EAPN Portugal)

A DECO participou, a convite da EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza, no Almoço-Debate com Eurodeputados Portugueses, uma iniciativa destinada a reforçar o diálogo entre representantes nacionais no Parlamento Europeu, organizações da sociedade civil e cidadãos em situação de pobreza e exclusão social.

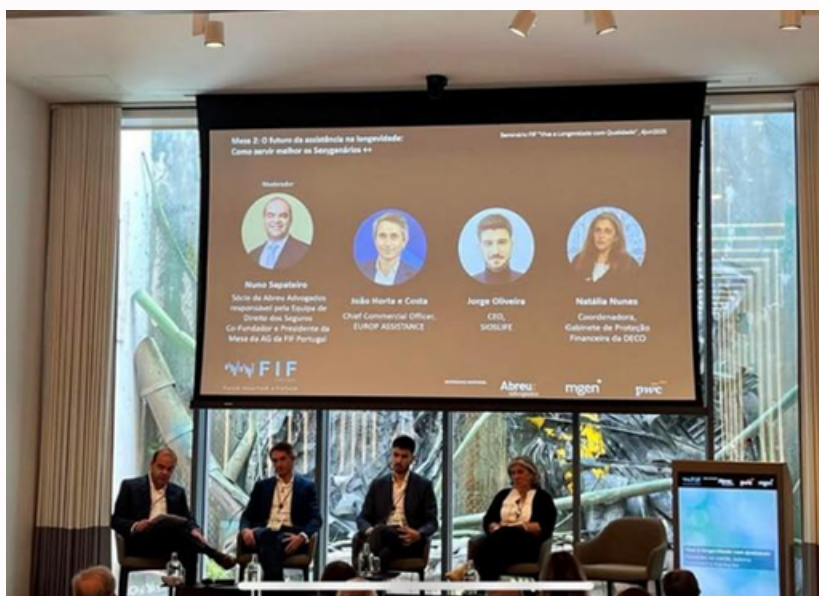
A intervenção da DECO sublinhou a crescente problemática da pobreza laboral, sublinhando-se as dificuldades dos trabalhadores em assegurar despesas essenciais como habitação, alimentação e energia. Foi reforçada a necessidade urgente de medidas preventivas, que evitem a entrada de famílias em situações de pobreza, contribuindo para a construção de uma Europa mais justa, inclusiva e solidária.



Seminário “Viva a Longevidade: Com Qualidade” (FIF – Fórum Insurtech e Fintech Portugal)

A intervenção da DECO neste evento focou-se nas preocupações relativas à situação financeira dos consumidores com mais de 65 anos, destacando os desafios associados a baixos rendimentos, dificuldades no pagamento de despesas do dia a dia e reduzidas competências de literacia financeira e digital.

Foi sublinhada a necessidade de respostas urgentes e coordenadas para assegurar que a longevidade seja vivida com qualidade, dignidade e acesso a serviços essenciais, reforçando o carácter coletivo e responsável desta questão.



ÁREAS EM DESTAQUE

Inteligência Artificial (IA) e Direito à Informação

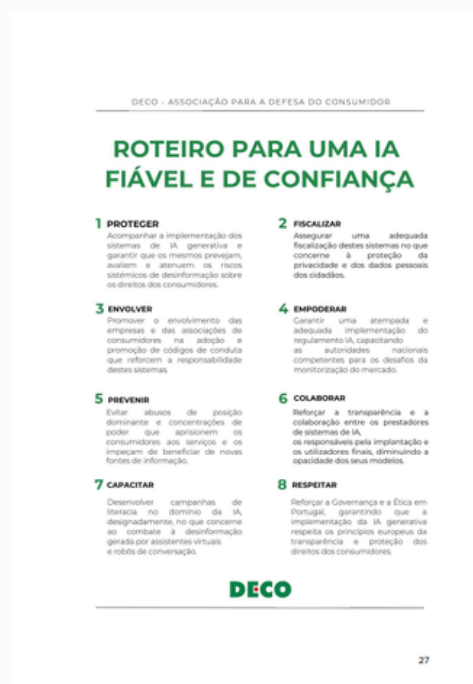
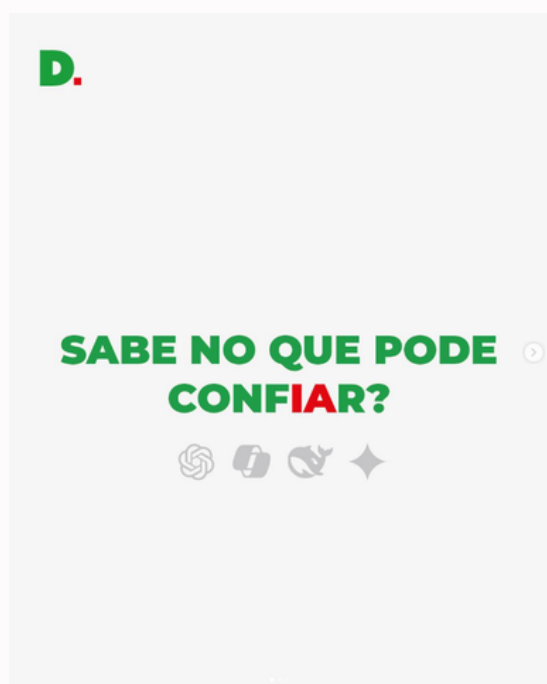
A DECO antecipou a celebração do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, 15 de março, frisando a importância crucial do Direito à Informação.

Reconhecendo o potencial transformador da Inteligência Artificial IA — quer na dinamização da sociedade da informação, quer na melhoria da relação entre consumidores e empresas — a DECO elegeu o tema por considerar que essas tecnologias devem ser desenvolvidas e implementadas em estrita observância dos princípios da transparência, rigor e proteção dos direitos dos consumidores.

Realizou-se uma análise a quatro assistentes virtuais amplamente utilizados pelos consumidores:

- OpenAI (ChatGPT)
- Microsoft (Copilot)
- Google (Gemini)
- High-Flyer (DeepSeek)

Avaliou-se se estes sistemas informavam de forma correta, completa e rigorosa sobre alguns direitos fundamentais dos consumidores. Para além da completude da informação, foi analisada a sua fidedignidade, atualidade e conformidade com a legislação em vigor. Concluiu-se que, embora os assistentes abordassem genérica e factualmente os direitos dos consumidores, as respostas apresentavam lacunas relevantes e, em vários casos, incorreções face ao enquadramento legal aplicável.



Entre os principais problemas identificados destacaram-se:

- Ausência de identificação clara das fontes ou reprodução incorreta das mesmas;
- Combinação de elementos verdadeiros com informações incorretas ou desatualizadas;
- Inclusão de conteúdos adicionais não solicitados, potencialmente geradores de desinformação;
- Referências expressas à DECO como fonte originária da informação, sem que tal correspondesse à realidade;
- Omissão de direitos relevantes, como o direito de rejeição no âmbito da garantia, o prazo de 30 dias para livre resolução em contratos celebrados ao domicílio ou a identificação completa dos serviços públicos essenciais.

Face a estas conclusões a DECO apresentou ao Governo um conjunto de recomendações para uma IA fiável e de confiança, considerando urgente:

- A implementação efetiva da Estratégia Digital Nacional e a rápida aprovação da Agenda Nacional de Inteligência Artificial;
- A monitorização contínua dos sistemas de IA generativa, assegurando a identificação, avaliação e mitigação de riscos de desinformação;
- A fiscalização adequada em matéria de proteção da privacidade e dos dados pessoais;
- O envolvimento das empresas e das associações de consumidores na adoção de códigos de conduta responsáveis;
- A implementação atempada do Regulamento Europeu da IA, com capacitação das autoridades nacionais para a monitorização do mercado;
- A prevenção de abusos de posição dominante e concentrações de poder que limitem a liberdade de escolha dos consumidores;
- O reforço da transparência e da colaboração entre prestadores, responsáveis pela implementação e utilizadores;
- O desenvolvimento de campanhas de literacia digital e em IA, com especial enfoque no combate à desinformação.



Serviços Financeiros

Fraudes nos pagamentos

Com o aumento das fraudes e burlas associadas a meios de pagamento, a DECO acompanhou a situação junto das entidades competentes, reforçando mecanismos que permitam uma melhor defesa e proteção dos consumidores, contribuindo para a denúncia dos casos que os consumidores fizeram chegar à Associação e na implementação de estratégias que permitam a prevenção das fraudes.

A DECO estabeleceu **um acordo com a SIBS para partilha de informação quanto a fraudes nos pagamentos**, prevendo-se a troca de informação quanto a reclamações para identificar tendências e antecipar necessidades de intervenção.

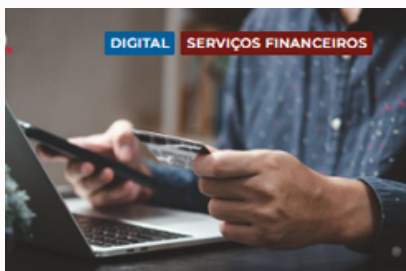
A DECO deu o seu contributo para a definição da **Nova Estratégia de Pagamentos de Retalho – 26-30**, no âmbito da sua participação no Fórum de Sistemas de Pagamento, dinamizado pelo Banco de Portugal. A Associação identificou os temas de fraudes e burlas, exclusão financeira e transparência nas formas de autenticação como temas essenciais para a Estratégia.

A DECO garantiu a integração no **Observatório para a Fraude**, dinamizado pelo Banco de Portugal e que deverá ser lançado em 2026.

Economia

Tribunal declara nula cláusula do cartão Universo que responsabilizava consumidor por pagamentos fraudulentos

Segundo a Deco, o tribunal considerou que "esta cláusula contrariava o princípio da boa-fé e colocava também o consumidor numa posição de desequilíbrio contratual".



23/05/2025

DECO reforça as suas propostas
na prevenção da fraude nos
pagamentos

DECO Deco Alerta (Colaborador do Idealista news)
20 Maio 2025, 8:44

io consultar os movimentos do teu **cartão de crédito** apercebeste-te de algo estranho: pagamentos que nunca fizeste. Não foste a nenhuma loja, não ompraste nada online, e ainda assim, o dinheiro desapareceu. A explicação? 'rovavelmente foste vítima de uma **fraude bancária** — um fenómeno que ontinua a afetar milhares de consumidores em Portugal. Sabe como te podes roteger e o que fazer em caso de clonagem ou utilização indevida do teu cart? Este artigo da Deco Alerta.

rubrica semanal **Deco Alerta** é assegurada pela Deco – Associação Portuguesa ara a Defesa do Consumidor* para o idealista/news e destina-se a todos os onsumidores em Portugal.

io consultar os meus movimentos bancários, deparei-me, recentemente, om pagamentos indevidos com o meu cartão de crédito. Não fiz qualque novimento nas últimas semanas com esse cartão, nem em loja física, nem através da internet. Consultei o banco que me informou que, certamente, erei sido alvo de "esquemas fraudulentos". Perante esta situação, o que s leve fazer ou acautelar?

Regulamentação do Direito ao Esquecimento

Na sequência da Queixa apresentada à Provedora de Justiça em 2024, conjuntamente com outras organizações, a DECO conseguiu **colocar a regulamentação do Direito ao Esquecimento na Agenda Política**. Em 2025, o Governo fez constar do seu Programa a aprovação da regulamentação, constituiu um Grupo de Trabalho para o efeito e abriu uma fase de auscultação pública para a receção de contributos, em paralelo à elaboração do projeto de decreto-lei.

A DECO deu os seus contributos e continuou a acompanhar esta matéria, para que os direitos dos consumidores não ficassem esquecidos e todos aqueles que, por superação ou mitigação de doença ou incapacidade, pudessem finalmente ver concretizados os direitos que a lei lhes confere, nomeadamente, a não discriminação na contratação de seguros e créditos.



25/07/2025

DECO reforça necessidade de regulamentar Lei do Direito ao Esquecimento



Mobilidade e Transportes

Um novo modelo para a Mobilidade Elétrica

A DECO conseguiu que a **revisão do regime jurídico da mobilidade elétrica** viesse responder a várias das reivindicações apresentadas à Secretária de Estado da Mobilidade no final de 2024.

Para os consumidores, o carregamento de veículo elétrico na rede pública era muito complicado, sendo preciso contratar previamente um comercializador de energia elétrica, esperar por uma fatura, tentar compreender um tarifário extremamente complexo e fazer inúmeras contas para antecipar quanto se paga.



03/04/2025

Apoio à compra de veículos elétricos já abriu



27/02/2025

Mobilidade Elétrica mais amiga dos Consumidores



16/01/2025

DECO defende reformulação dos requisitos para apoio à compra de veículos elétricos

O modelo estabelecido veio responder a alguns dos problemas dos consumidores:

1. A obrigatoriedade da opção de carregamento ad hoc nos pontos de carregamento, possibilitando aos utilizadores de veículos elétricos a utilização destes pontos sem necessidade de contrato;
2. A eliminação da figura do comercializador de eletricidade para a mobilidade elétrica;
3. A eliminação da gestão centralizada da rede de mobilidade elétrica em Portugal.

A DECO congratulou-se com estas alterações, por si reivindicadas, que trazem **inúmeras vantagens para o consumidor**.

Energia

Taxa de IVA na fatura de eletricidade

Logo em janeiro de 2025, a taxa reduzida de IVA passou a ser aplicada a um consumo maior (200 KWh e 300kWh no caso de famílias numerosas).

No entanto, a DECO considerou que esta medida **não satisfazia plenamente os interesses dos consumidores** e continuou ao longo do ano a defender a aplicação da taxa mínima de IVA (6%) em todas as componentes da fatura de eletricidade, sem limitação de consumo.

Repercussão dos custos com o financiamento da tarifa social na fatura dos consumidores

Com a alteração ao modelo de financiamento da tarifa social de eletricidade, que passou a prever que, além dos titulares dos centros electroprodutores, também os comercializadores de energia elétrica financiassem essa tarifa, **o consumidor viu-se prejudicado**.

A DECO apresentou à **ERSE e ao Ministério do Ambiente e da Energia** as suas preocupações quanto ao facto de os consumidores estarem a suportar um custo de uma medida de política social de proteção dos consumidores economicamente vulneráveis. Obteve resposta do referido Ministério que esclareceu estar a equacionar potenciais alterações a esse modelo de financiamento da tarifa social, procurando torná-lo mais justo (com especial atenção à proteção dos consumidores finais).

Diário de Notícias

Edição Diária Últimas Opinião Guerra no Irão Vídeos DN Sport Dinheiro Vivo DN Brasil DN LAB Classificados Jogos DN

Economia

Deco reclama medidas urgentes para baixar preço da eletricidade

O setor da energia "continua a ser um problema para as famílias portuguesas", que se queixam sobretudo de faturação excessiva, diz a associação, que, em 2024, recebeu um total de 6.258 reclamações

Artigos Relacionados



Taxa Euribor sobe a três, a seis e a 12 meses
DN/Lusa · 2 Horas



Combustíveis sobem a abrir a semana. Cada litro de gasóleo custa mais 19 cêntimos
Tomás Gonçalves Pereira · 2 Horas

Água

Compensações previstas no Regulamento de Qualidade de Serviço dos setores de águas e resíduos

Em abril de 2025 os consumidores passaram a poder exigir compensações pelos incumprimentos das Entidades Gestoras.

Ao longo dos anos, a DECO reivindicou a necessidade de se criar um Regulamento que obrigasse ao cumprimento de níveis mínimos da qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras de água e resíduos e que previsse compensações automáticas pagas aos consumidores em caso de incumprimento, à semelhança do que já existe no setor da energia.

Embora o Regulamento tenha sido finalmente publicado, a DECO considerou que ficava aquém das expectativas dos consumidores e discordou da necessidade de se apresentar reclamação escrita para ter direito à compensação.

Assim, a DECO desenvolveu e continuará a desenvolver todos os esforços para informar os consumidores e prestar auxílio na reclamação junto das entidades gestoras.

Regulamento Tarifário dos Serviços das Águas

No último trimestre de 2025, a ERSAR iniciou a **abertura do procedimento de elaboração do Regulamento Tarifário dos Serviços das Águas**, tendo apresentado, no final do ano, o projeto de Regulamento para consulta pública, estando a Associação enviar os seus contributos e reivindicação para Regulamento Tarifário que responda às necessidades dos consumidores.



ÁGUA

DECO defende atribuição automática da tarifa social da água

A DECO exige medidas urgentes para garantir a acessibilidade económica aos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos a todos os portugueses.

Num balanço divulgado, a associação de defesa dos consumidores defende a atribuição automática da tarifa social da água, à semelhança do que já acontece com a eletricidade e o gás natural. Apesar de cada vez mais municípios terem tarifa social, persistem "desigualdades significativas".

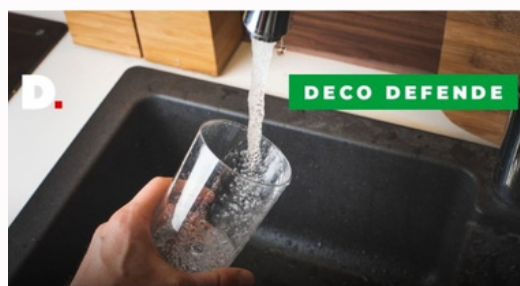
"A tarifa social do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos urbanos é uma ferramenta valiosa, que permite a muitas famílias carenciadas pouparem significativamente nas suas despesas mensais. Este importante apoio contribui para um maior equilíbrio financeiro nos lares com menores rendimentos, garantindo o acesso a serviços essenciais", refere a DECO, em comunicado.

A maioria dos municípios já aderiu à tarifa social para o abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos, mas muitos continuam a praticar preços acima do recomendado, alerta a DECO, que defende a atribuição automática do apoio.

Salienta que "o seu pleno potencial ainda não está a ser alcançado. Algumas famílias enfrentam dificuldades em aceder a este benefício devido a fatores como a sua ausência em alguns municípios, a falta de informação clara e acessível sobre como requerer o apoio e a diversidade de critérios de elegibilidade, que podem gerar confusão e dificultar o processo".

Entre os 231 municípios com tarifa social para o abastecimento de água, 149 praticam preços acima da taxa de esforço de 1% recomendada pela Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR) e, por isso, "mesmo para aqueles que beneficiam daquele apoio não está garantida a acessibilidade económica".

A adesão à tarifa social da água não é obrigatória e, segundo a DECO, há ainda 47 autarquias que não a praticam no abastecimento de água, uma falha que a organização diz contribuir para a "persistência de desigualdades significativas".



TARIFA SOCIAL ÁGUA

Atribuição obrigatória e sem depender da adesão dos municípios.

DECOMUNICA.

Intervenção sobre a Estratégia “Água que Une”

A DECO assinalou o Dia Mundial da Água com a divulgação da sua posição sobre a Estratégia “Água que Une”. A intervenção enquadrou-se no contexto da situação hídrica no Algarve, onde, apesar da melhoria verificada nos níveis de armazenamento das albufeiras, a pressão sobre os recursos hídricos se mantém significativa, sendo a gestão eficiente da água um desafio estrutural, conforme dados da Agência Portuguesa do Ambiente.

A posição da DECO destacou a **necessidade de políticas públicas** orientadas para a eficiência e redução do desperdício, nomeadamente através da diminuição das perdas nas redes de abastecimento, bem como para a equidade no acesso à água, salvaguardando os consumidores face a aumentos tarifários desproporcionados.

Foi igualmente sublinhada a importância da **sustentabilidade e da inovação**, promovendo soluções que reforcem a resiliência hídrica e assegurem uma gestão responsável de um recurso essencial.



Marketing de Influência e Publicidade Digital

A DECO publicou um **dossiê de reivindicações destinadas à revisão do Código da Publicidade**, com o objetivo de o adaptar às novas realidades digitais e às transformações profundas no paradigma comunicacional.

A presença constante das redes sociais no quotidiano dos consumidores e o crescimento exponencial do marketing de influência vieram alterar de forma definitiva o modo como a publicidade é concebida, difundida e percecionada, sendo o marketing de influência uma das formas mais eficazes de publicidade em linha. Contudo, a sua implementação tem evidenciado fragilidades regulatórias e desafios significativos para a proteção dos consumidores.

Perante este contexto, a DECO defendeu, no âmbito da sua publicação, a necessidade urgente de:

- Proceder a uma revisão do Código da Publicidade, adaptando-o às especificidades da economia digital e das novas formas de comunicação comercial;
- Introduzir restrições mais claras quanto ao objeto da publicidade, especialmente em setores sensíveis;
- Densificar as regras aplicáveis ao marketing de influência, reforçando a obrigação de identificação inequívoca de conteúdos publicitários;
- Simplificar o regime processual aplicável à fiscalização e sancionamento de infrações;
- Estabelecer limites mais rigorosos com vista à proteção de consumidores vulneráveis.

Alimentação

Mesa-redonda sobre acrilamida na cadeia alimentar

A DECO participou numa mesa-redonda promovida pela ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, por ocasião do **Dia Mundial da Segurança Alimentar (#WFSD2025)**. O debate incidiu sobre a presença de **acrilamida na cadeia alimentar, reunindo diferentes perspetivas técnicas, regulatórias e do setor alimentar, com enfoque na proteção da saúde pública e na informação ao consumidor.**

A participação da DECO permitiu sublinhar a **importância de uma comunicação clara e equilibrada dirigida aos consumidores**, evitando alarmismos, bem como o papel central da indústria alimentar na mitigação deste contaminante. Foi igualmente destacada a relevância da atuação das autoridades públicas, nomeadamente através da aplicação do princípio da precaução, reforçando a necessidade de uma abordagem articulada entre reguladores, operadores económicos e organizações de defesa do consumidor.

Promoção da Estratégia Nacional para a Proteína Vegetal

A DECO associou-se à iniciativa conjunta da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável e da ProVeg Portugal, que culminou na **entrega ao Ministério da Agricultura e Pescas, de uma carta** a sublinhar a necessidade de implementação da Estratégia Nacional para a Proteína Vegetal e Promoção das Leguminosas em Portugal.

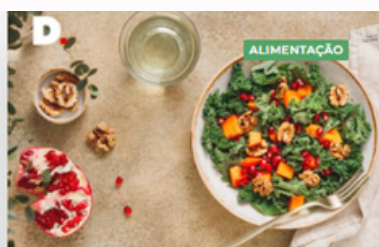
A participação da DECO nesta iniciativa reforçou o **seu compromisso com a promoção de políticas públicas que incentivem escolhas alimentares mais sustentáveis, equilibradas e acessíveis aos consumidores.**



11/02/2025

Dia Mundial das Leguminosas: Organizações recordam compromisso do Governo português com a proteína vegetal

No Dia Mundial das Leguminosas as organizações ProVeg Portugal, DECO e ZERO...



23/01/2025

DECO subscreve Carta Europeia sobre Alimentos de Base Vegetal

A DECO subscreveu, com diversas organizações europeias, uma carta aberta dirigida à...

NACIONAL

Associações querem estratégia nacional para o consumo de leguminosas

Lecture 2 min 30 de fevereiro, 2025 de 10:29



A produção nacional de leguminosas caiu nos últimos anos.
Foto: Adriano Mendes/Reportagem

A DECO, a associação ambientalista Zero e a ProVeg Portugal sublinharam esta segunda-feira a importância do consumo de leguminosas e o seu papel na agricultura sustentável e defenderam uma estratégia nacional para o consumo de proteína vegetal.

IN 24 [IN 24 Notícias](#)

"A valorização das leguminosas não é apenas um investimento na economia agrícola e na inovação e desenvolvimento, mas também uma aposta na segurança e soberania alimentar, na saúde pública

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2025 a DECO continuou a reforçar a sua parceria estratégica com entidades públicas e privadas internacionais.

A DECO respondeu a **75 solicitações por parte do BEUC**, em especial nas áreas dos **serviços financeiros, digital, sustentabilidade e energia**, destacando-se, ainda, a resposta a **29 solicitações por parte da Comissão Europeia**.

A DECO integra, atualmente, os seguintes grupos internacionais:

- ANEC - European consumer voice in standardisation
- BEUC - Bureau Européen des Unions de Consommateurs
- Comissão Europeia: CPAG - Consumer Policy Advisory Group
- Financial Services User Group (FSUG) – Comissão Europeia, DG FISMA e DG JUST
- Payment Systems Market Expert Group (PSMEG) – Comissão Europeia, DG FISMA
- European Banking Authority – Banking Stakeholders Group (EBA_BSG) – Autoridade Bancária Europeia
- EIOPA - European Insurance and Occupational Pensions Authority
- IRSG - Insurance and Reinsurance Stakeholder Group
- EUIPO - European Union Intellectual Property Office
- Grupo de partes interessadas da Autoridade Bancária Europeia (EBA).



Enforcement: uma nova área estratégica da DECO

O ano de 2025 marcou a consolidação do **Enforcement** como uma nova área estratégica da DECO, estruturada e assumida como pilar autónomo da intervenção associativa.

O Enforcement afirmou-se como instrumento estruturante da missão da DECO, complementando a gestão de reclamações, a ação de regulação e a atividade de representação institucional, através de:

- Participação ativa em redes europeias de enforcement;
- Emissão de alertas formais às autoridades nacionais e europeias;
- Interpelações diretas a operadores económicos;
- Envio de cease and desist letters;
- Apresentação de denúncias às entidades competentes;
- Propositura e avaliação de ações judiciais estratégicas.



Dimensão europeia e coordenação internacional

No plano internacional, a DECO reforçou a sua intervenção no quadro da cooperação europeia, designadamente através da participação na RAD Clinic e nos fóruns de enforcement do BEUC, bem como em ações coordenadas com a Euroconsumers e outras organizações congéneres.

Foram emitidos alertas à **Comissão Europeia e à Rede CPC** relativamente:

- À política de bagagens de transportadoras aéreas;
- À práticas da plataforma Shein, com especial enfoque na utilização de padrões obscuros.



P Assinar 

BEM-ESTAR ALIMENTAÇÃO RELAÇÕES MODA BELEZA CASA PESSOAS PARES MAIS ▾

Com o apoio 

CONSUMO

Deco apresenta queixa contra Shein a Bruxelas por práticas enganosas

Em causa está o uso de técnicas enganosas, como “promoções relâmpago”, que levam os consumidores a comprar mais e agravam problemas ambientais e sociais associados à *fast fashion*.

Digital

A DECO continuou a acompanhar e participar na **BEUC ACTION “vídeo games coordinated action”**.

A ação “Game Over” é uma ação de enforcement, lançada em 12 de setembro de 2024, pelo BEUC juntamente com 22 outras organizações de consumidores. O alerta destacou várias práticas comerciais injustas utilizadas pelas principais empresas de videogames (Activision Blizzard, Electronic Arts, Epic Games, Mojang Studios, Roblox Corporation, Supercell and Ubisoft), que comercializavam jogos populares (como o Fortnite, EA Sports FC 24, Minecraft, Clash of Clans e outros), afetando milhões de consumidores europeus.

Em consequência deste alerta, em 2025, a rede CPC estabeleceu contactos e formas de colaboração com o BEUC e membros participantes na ação, tendo em vista a proteção dos consumidores.

Sustentabilidade e Alimentação

Participação no estudo EU Ecolabel Mystery Shopping

A DECO participou no **estudo EU Ecolabel Mystery Shopping**, promovido pela **BEUC e pelo European Environmental Bureau**, tendo sido apresentadas as suas conclusões no evento #REUE25, organizado pela Direção-Geral da Economia e pelo IPDJ. O estudo avaliou a presença, visibilidade e preços de produtos com o Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE) no retalho, permitindo enquadrar a realidade portuguesa no contexto europeu.

Os resultados referentes a Portugal evidenciaram uma presença ainda limitada de produtos com rótulo ecológico (17 % dos produtos analisados), mas revelaram que esses produtos eram, **em média, cerca de 17 % mais baratos do que as alternativas convencionais**.

Esta conclusão reforçou a importância de promover a expansão da oferta, a melhoria da visibilidade no ponto de venda e o compromisso dos operadores económicos, contribuindo para tornar a sustentabilidade uma opção mais acessível aos consumidores.

Acompanhamento das Políticas Europeias de Alimentação e Agricultura

A Associação **acompanhou a definição das orientações estratégicas da Comissão Europeia para o Horizonte 2040**, avaliando o seu impacto potencial nos direitos e interesses dos consumidores. Foram reconhecidos avanços relevantes, nomeadamente ao nível da transparência na formação de preços e do reforço das exigências em matéria de bem-estar animal, enquanto elementos fundamentais para um sistema alimentar mais responsável.

Contudo, a DECO sublinhou que a acessibilidade a uma alimentação saudável permanece um desafio central para os consumidores, num contexto em que os preços dos produtos frescos continuam a aumentar, ao passo que os produtos ultraprocessados se mantêm financeiramente mais acessíveis e fortemente promovidos.

Esta realidade evidenciou a necessidade de políticas públicas mais ambiciosas e coerentes, que assegurem um equilíbrio efetivo entre sustentabilidade, saúde pública e acessibilidade económica para todos os consumidores.

REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

Ações Coletivas

Destaca-se a propositura de uma **ação judicial coordenada contra a Apple**, com vista à compensação de consumidores que suportaram preços mais elevados em serviços de streaming de música, em resultado de condutas lesivas do direito da concorrência. Esta ação encontra-se em curso e constitui um marco relevante na afirmação da capacidade de private enforcement da DECO em contexto europeu.

Foram igualmente desencadeadas iniciativas relevantes, nomeadamente:

- Denúncia formal da plataforma Viagogo por infrações ao Regulamento dos Serviços Digitais;
- Interpelação a empresas para remoção de anúncios enganosos;
- Interpelação a fabricantes tendo em vista a retirada de produtos perigosos;
- Interpelação a plataformas por práticas fraudulentas e falhas de cibersegurança.



27/10/2025

DECO apresenta posição sobre Digital Fairness Act: Pede-se ambição



PAÍS

PSP e Deco alertam para uso de números falsos em fraudes e recomendam precauções

A PSP e a Deco alertam para o crescimento do fenómeno do "spoofing", técnica usada em burlas informáticas que falsifica números de telefone para enganar as vítimas, e pedem reforço da proteção legal e maior consciencialização dos consumidores.

Lusa / 20 Julho 2025, 08:56



Intervenção Nacional: Denúncias e Ações Inibitórias

Desenvolveu-se um conjunto alargado de denúncias e iniciativas junto de entidades administrativas e reguladoras, designadamente **ASAE, DGC, ERSE, ERS, ANAC, ERSAR e Ministério Público**.

Entre as matérias objeto de intervenção destacam-se:

- Práticas de redução de preços e publicidade enganosa;
- Mensagens publicitárias no setor da energia;
- Práticas publicitárias no setor da saúde;
- Cobrança de taxas indevidas e falta de transparência por companhias aéreas, incluindo a Ryanair;
- Alterações contratuais e imposição de cartões de embarque exclusivamente digitais;
- Práticas especulativas e enganosas da plataforma Viagogo;
- Incumprimento de obrigações relativas ao Livro de Reclamações eletrónico;
- Irregularidades na faturação de comercializadores de energia;
- Cobrança indevida de tarifas de saneamento por entidades municipais.

No âmbito do protocolo existente com o Ministério Público, foi apresentada denúncia com vista à **propositura de ação inibitória destinada a prevenir e fazer cessar práticas abusivas no contrato de transporte aéreo**.

Paralelamente, foram enviadas cease and desist letters a diversos operadores do setor do retalho e da saúde. Destaca-se, neste contexto, que a interpelação dirigida à **Amplifon produziu o efeito pretendido, conduzindo à cessação da prática lesiva identificada**.

Contudo, na generalidade dos casos, os operadores mantiveram as práticas ilícitas ou adotaram interpretações restritivas da legislação aplicável, o que poderá justificar no futuro o recurso a ações inibitórias judiciais adicionais.

A DECO apresentou **denúncias** baseadas em reclamações de consumidores junto das seguintes entidades: **AMT, ANACOM, ASAE, ASF, Banco de Portugal, ERS, ERSAR, ERSE, IGAC, IHRU, IMPIC e IMT**. Estas denúncias evidenciaram a proatividade da DECO e a transversalidade setorial da atividade de enforcement.

SEMPRE CONSIGO
NAS REGIÕES

PARCERIAS

Em 2025, desenvolveram-se atividades, iniciativas de apoio à comunidade com **81 entidades, 57 municípios, 16 freguesias e 8 entidades institucionais, abrangendo 3 831 976 consumidores e famílias.**

Em termos geográficos, a distribuição dos protocolos é a seguinte:

Região	N.º Parceiros
Minho	6
Norte	17
Centro	6
Ribatejo e Oeste	9
Alentejo	20
Algarve	7
Sede	12
Madeira	4

No ano de 2025, realizaram-se **75 reuniões com Municípios, Juntas de Freguesia e diversas entidades institucionais**, incluindo entidades privadas. Destaca-se, a título exemplificativo, o Hospital de Braga, a IKEA e a Fidelidade, reforçando-se, assim, o objectivo de aproximação e colaboração com entidades do setor privado.

No decorrer deste ano, a DECO dedicou-se à **definição e implementação de estratégias de colaboração com os programas Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS**, assegurando que estas parcerias se alinhavam com os objetivos estratégicos da DECO e respondiam de forma eficaz às necessidades dos consumidores e das comunidades locais.



Dinamização da Rede

Newsletter Rede de Parceiros

Em 2025, a DECO continuou a promover a partilha de informação e boas práticas junto das entidades parceiras através da sua newsletter quinzenal, divulgando, assim, novas iniciativas, atividades desenvolvidas em colaboração com a rede e atualizações jurídicas e regulamentares relevantes para a defesa dos consumidores. Foram publicadas **16 edições, distribuídas a um total de 217 contactos** no final de 2025, reforçando o vínculo com os parceiros e consolidando um canal de comunicação contínuo, transparente e orientado para a partilha de conhecimento e experiências.

Formação para a Rede de Parceiros

Em 2025 demos continuidade ao ciclo de formação dedicado exclusivamente à Rede de Parceiros DECO, tendo sido concebidos webinars com o propósito de dotar os técnicos com competências especializadas nos domínios dos direitos e interesses dos consumidores:

- O Provedor do Cliente das Agências de Viagens e Turismo
- Masterclass: Proteção Financeira que Cresce Consigo



Encontro da Rede de Parceiros

O Encontro Anual da Rede de Parceiros realizou-se em dois locais distintos — Maia, no Norte, e Mora, no Sul — e foi marcado por sessões temáticas dedicadas ao consumo, ao arrendamento, aos investimentos, às boas práticas e ao apoio local aos cidadãos.

O programa incluiu momentos de partilha de experiências, troca de conhecimentos e a apresentação dos Prémios DECO 2025, que distinguem iniciativas de relevo na defesa dos direitos dos consumidores.



DECO
PROGRAMA
ENCONTRO REDE DE PARCEIROS

18. nov. 2025 | Terça-feira
10:30 - 16h
Quinta da Grota, Maia

Receção e Boas-vindas Inêsadora Maria Pereira, Câmara Municipal de Maia André Regueira, DECO	10:30
Chave Mestre: Arrendamento e Boas Práticas Teresa Simões, DECO	11:45
Coffee Break	12:00
Na Linha do Consumidor: CIRC e Apoio Local Silvia Pereira, DCC - Direção Geral do Consumidor	13:30
Almoço	12:45
Investir Bem: Produtos, Serviços e Sustentabilidade Vitor Pinheiro, DECO	14:30
Prémios DECO 11 de Maio 2025 André Regueira e Teresa Simões, DECO	15:30
Encerramento	16h

Programa



Balcão de Habitação e Energia

Em 2025, a DECO deu continuidade à expansão das suas valências de Habitação e Energia através do Balcão de Habitação e Energia (BHE). Este serviço atua de forma integrada com os Espaços Energia, numa articulação estreita com a ADENE, potenciando sinergias ao nível da prestação de serviços, do acompanhamento técnico e da capacitação local.

Esta colaboração revelou-se estratégica, não só pela complementaridade das respostas disponibilizadas aos consumidores, mas também por constituir uma fonte de rendimento imediato, através do apoio ao desenvolvimento de candidaturas aos programas financiados pelo Fundo Ambiental, no âmbito dos Espaços Energia.

Esta atuação integrada tem contribuído para uma intervenção mais eficaz, localizada e sustentável, **alinhada com os objetivos do Plano Municipal de Ação Climática** e com o enquadramento definido pelo Despacho n.º 7100/2024, reforçando o **papel da DECO enquanto parceiro estratégico dos municípios e agente ativo na promoção da transição energética e da proteção dos consumidores**.

No seguimento deste trabalho, a DECO apoiou ativamente os municípios parceiros na preparação, submissão e acompanhamento de candidaturas a programas de financiamento, em particular ao Fundo Ambiental.

Alargamento de cinco parcerias:

1. Câmara Municipal da Entroncamento
2. Câmara Municipal de Rio Maior
3. Câmara Municipal da São João da Madeira
4. Câmara Municipal de Amarante
5. CIMAL (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines)

Aproximação nestas valências a:

- Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso
- Câmara Municipal de Alcanena

Estado de desenvolvimento de cada processo, o grau de envolvimento dos parceiros e os principais objetivos associados.

Estrutura	Entidade	Estado-Fundo Ambiental	Estado
Norte	Lamego	Aprovada	Adjudicado
Norte	Macedo de Cavaleiros	Aprovada	Por adjudicar
Centro	Penela	Aprovada	Por adjudicar
Alentejo	Portel	Aprovada	Por adjudicar
Sede	Sacavém	Aprovada	Adjudicado
Sede	Loures	Aprovada	Adjudicado

Apoio à Divulgação

Cartazes de Divulgação dos Atendimentos, posts, Flyers e Roll Ups

Os posts temáticos disponibilizados regularmente pela DECO permitiram não só aprofundar a dimensão da informação ao consumidor, útil para a sua qualidade de vida, como explorar uma nova forma de comunicar.

Desta forma, a DECO atingiu novos públicos na comunidade e divulgando o protocolo de colaboração de forma cativante, inovadora e alinhada com a atualidade.



Redes Sociais das Entidades Parceiras

Através das equipas regionais, a DECO tem incentivado as entidades parceiras a utilizar as suas redes sociais e meios digitais para publicar informações sobre o protocolo de colaboração (cartazes de anúncio do atendimento, divulgação de webinars, conteúdos informativos digitais, etc.).



Prémio Amigo do Consumidor & Distinção Freguesia + Próxima do Consumidor

A 2ª edição do Prémio Município Amigo do Consumidor e Freguesia + Próxima do Consumidor recebeu **69 candidaturas**, apresentadas por 20 municípios e 25 freguesias de todo o país que se encontravam a implementar medidas que promotoras da qualidade de vida dos cidadãos alinhadas com as atuais prioridades da Defesa do Consumidor.

No que diz respeito ao Prémio Município Amigo do Consumidor, receberam-se 44 candidaturas distribuídas pelas diferentes categorias: Digital, Diversidade e Inclusão, Neutralidade Carbónica, Novas Gerações e, Turismo.

Por parte das Freguesias, foram 25 as que responderam ao desafio lançado pela DECO, com o propósito de enaltecer a importância de uma governação de particular proximidade para os consumidores nas áreas da família, do apoio social, da sustentabilidade, da intervenção comunitária, recreativa e cultural, entre outras.

A seleção das autarquias premiadas foi realizada por um Júri composto por personalidades e organizações de reconhecido mérito que se associaram à DECO: Mariana Almeida - DECO; Cláudia Monteiro - Revista Smart Cities, Maria do Rosário Palha - Fundação Calouste Gulbenkian; Tânia Gaspar - ANIMAR; Alexandre Nilo Fonseca - MUDA; Pedro Horta - Universidade de Évora; Vítor Baltazar Dias - IPDJ e Roberta Medina - Rock in Rio.

A Cerimónia de Entrega de Prémios teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e reuniu mais de **130 participantes**. Foram então divulgados os vencedores:

CATEGORIA	VENCEDOR	MENÇÕES HONROSAS
DIGITAL	Leiria	Amarante Castelo Branco
DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Miranda do Corvo	Felgueiras São João da Madeira
NEUTRALIDADE CARBÓNICA	Braga	Amarante Fornos de Algodres
NOVAS GERAÇÕES	Angra do Heroísmo	São João da Madeira
TURISMO	São João da Madeira	Loures e Portel

Foram reconhecidas como Freguesias Mais Próximas do Consumidor:

JF Alcântara; JF Arroios; JF Cacia; JF Encosta do Sol; JF Fornos de Algodres; JF Gondar; JF São Gonçalo de Lagos; JF Meirinhas; JF Odivelas; JF Olivais; JF Portimão; JF Santo António; JF Serro Ventoso; JF Souselo; JF Vila Franca; UF Almada, Cova da Piedade, Pregal e Cacilhas; UF Cascais e Estoril; UF Fânzeres e São Pedro da Cova, UF Faro; UF N. Sra. da Vila, N. Sra. da Bispo e Silveiras; UF Santa Maria, São Pedro e Matacães; UF Massarelos e Lordelo do Ouro.

Parceiros de Prata

A DECO atribuiu, pela primeira vez, o Prémio Parceiro de Prata prestando louvor e reconhecimento às câmaras municipais que, há mais de 25 anos, caminham em parceria com a DECO, pelo seu compromisso, dedicação e visão pioneira da Defesa do Consumidor em proximidade: Arganil, Gondomar, Entroncamento, Maia, Rio Maior e Santarém.



RELATÓRIO DE CONTAS

Apresentação das contas

No ano de 2025, a DECO desenvolveu internamente todas as tarefas administrativas necessárias, incluindo o processamento de vencimentos e respetivos impostos, assim como o processamento das vendas, com exceção do tratamento contabilístico e do trabalho realizado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que continua a auditar as suas contas. O ano de 2025 não apresentou também novidades de carácter contabilístico, final ou declarativo, pelo que não se verificaram mudanças substanciais nos métodos de trabalho contabilístico e na apresentação de resultados.

Resultados do Exercício

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2025	2024	DIFERENÇA
Resultado líquido	-95 624,32 €	-143 755,98 €	48 131,66 €
Fundos Patrimoniais	2 445 020,05 €	2 540 644,37 €	-95 624,32 €
Passivo	639 737,20 €	627 112,20 €	12 625,00 €

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO apresentou em 2025 um Resultado Líquido do Exercício no valor de -95 624,32 €, o que em comparação com o Resultado Líquido do Exercício de 2024, de -143 755,98 €, corresponde a uma diferença de 48.131,66 €, evidenciando assim uma evolução favorável, ainda que o resultado líquido se mantenha negativo.

Com efeito, embora ainda negativo, o resultado obtido demonstra uma trajetória de recuperação operacional e uma progressiva aproximação ao ponto de equilíbrio financeiro, tanto mais que o exercício apresentaria já um resultado positivo de 4 375,68 €, não fosse a necessidade de reconhecer uma imparidade de 100 000,00 € relativa a dívidas a receber da entidade Euroconsumers AISBL, a qual penaliza os resultados do exercício de 2025.

Nessa medida, os fundos patrimoniais diminuem em linha com o resultado líquido, atingindo os 2 445 020,05 €, em virtude da incorporação do resultado negativo, enquanto que o passivo se mantém bastante estável, em 639 737,20 €, o que revela que a recuperação tem vindo a ser alcançada sem recurso a um aumento relevante do endividamento.

Esta evolução, que ocorre apesar da diminuição das quotas dos associados e do aumento dos gastos com o pessoal do quadro, explica-se, em grande medida, pelo acréscimo das vendas e serviços prestados, em particular dos protocolos com Câmaras Municipais, assim como, pela redução dos Fornecimentos e Serviços Externos e do IVA suportado.

No passivo, assinala-se ainda a diminuição das dívidas a fornecedores e ao Estado, embora se verifique um aumento dos adiantamentos de projetos e dos encargos com o pessoal, associados a direitos adquiridos em 2025 cujo gozo ocorrerá apenas no ano subseqüente.

Despesas do Exercício

DESPESAS CORRENTES RELEVANTES	2025	2024	DIFERENÇA
Água, Eletricidade e Combustíveis	25 225,75 €	29 566,59 €	-4 340,84 €
Comunicações	24 943,07 €	27 632,39 €	-2 689,32 €
Rendas, alugueres e condomínios	79 378,82 €	126 740,16 €	-47 361,34 €
Despesas de representação	92 349,51 €	127 666,57 €	-35 317,06 €
Assistência Técnica e reparações	20 485,66 €	22 303,75 €	-1 818,09 €
Licenças de software e comunicação digital	75 476,97 €	108 662,28 €	-33 185,31 €
Contabilidade e Auditoria	26 400,00 €	28 275,00 €	-1 875,00 €
Publicidade e outros serviços	69 903,49 €	80 132,73 €	-10 229,24 €
Materiais, ferramentas e outros	7 056,33 €	10 425,70 €	-3 369,37 €
Serviços bancários, seguros e contencioso	14 438,41 €	13 684,67 €	753,74 €
Limpeza, higiene e conforto	27 471,01 €	34 186,60 €	-6 715,59 €
Produtos alimentares	9 871,42 €	8 187,73 €	1 683,69 €
Prémios e patrocínios	8 708,59 €	9 436,03 €	-727,44 €
Outros serviços	4 171,63 €	6 760,82 €	-2 589,19 €
Taxas e Impostos	81 051,72 €	105 068,70 €	-24 016,98 €
TOTAL DESPESAS CORRENTES RELEVANTES	566 932,38 €	738 729,72 €	-171 797,34 €

As despesas correntes relevantes registam reduções significativas nas principais rubricas de gastos, contribuindo de forma decisiva para a melhoria do resultado do exercício. Entre 2024 e 2025 destacam-se as quebras em rendas, alugueres e condomínios (menos cerca de 47 mil €), em despesas de representação (menos cerca de 35 mil €), em licenças de software e comunicação digital (menos cerca de 33 mil €, sobretudo devido ao menor volume de gastos com projetos e em comunicação digital) e em taxas e impostos (menos cerca de 24 mil €). Em conjunto, estas reduções permitem que o total das despesas correntes relevantes desça de 738 729,72 € para 566 932,38 €, refletindo uma política consistente de controlo de custos que tem vindo a ser implementada.

Os Ativos Fixos

ATIVOS FIXOS (IMOBILIZADO)	2025	2024	DIFERENÇA
Terrenos e edifícios	3 268 320,45 €	3 268 320,45 €	0,00 €
Mobiliário	158 507,29 €	158 073,55 €	433,74 €
Equipamento informático	143 360,68 €	140 268,67 €	3 092,01 €
Programas de computador	95 749,37 €	95 749,37 €	0,00 €
Equipamento de comunicação	2 480,85 €	2 480,85 €	0,00 €
Equipamento básico	51 336,74 €	47 739,74 €	3 597,00 €
Equipamento diverso	17 827,28 €	17 827,28 €	0,00 €
TOTAL ATIVOS FIXOS	3 737 582,66 €	3 730 459,91 €	7 122,75 €

Ao nível dos ativos fixos observa-se uma base estável, muito concentrada em terrenos e edifícios, cujo valor se mantém em 3 268 320,45 € em 2025. Regista-se, saliente-se, um ligeiro aumento nas restantes categorias de ativos face a 2024, em resultado de pequenos investimentos efetuados em mobiliário, equipamento informático e equipamento básico, necessários para a manutenção e modernização das condições de funcionamento.

Custos com o Pessoal

CUSTOS COM PESSOAL	2025	2024	DIFERENÇA
Vencimentos	1 125 571,44 €	1 115 683,68 €	9 887,76 €
Subsídios de refeição	116 959,36 €	105 362,79 €	11 596,57 €
Subsídios de Natal e Férias	175 100,85 €	169 670,25 €	5 430,60 €
Abonos para falhas	1 104,72 €	1 081,36 €	23,36 €
Prémios e gratificações diversas	596,25 €	0,00 €	596,25 €
Encargos Sociais	299 777,12 €	291 412,51 €	8 364,61 €
Seguro acidentes trabalho	7 808,75 €	6 694,82 €	1 113,93 €
Seguros de saúde	38 079,41 €	49 837,48 €	-11 758,07 €
Medicina no trabalho	3 323,53 €	3 422,33 €	-98,80 €
Indemnizações e compensações	0,00 €	1 849,06 €	-1 849,06 €
Outros custos com pessoal	27 632,62 €	4 294,32 €	23 338,30 €
TOTAL CUSTOS PESSOAL QUADRO	1 795 954,05 €	1 749 308,60 €	46 645,45 €
TOTAL CUSTOS PESSOAL QUADRO	1 795 954,05 €	1 749 308,60 €	46 645,45 €
Avenças e honorários	197 737,26 €	263 658,22 €	-65 920,96 €
TOTAL CUSTOS COM PESSOAL	1 993 691,31 €	2 012 966,82 €	-19 275,51 €

No que respeita aos custos com pessoal, verifica-se um aumento dos custos com trabalhadores do quadro, simultaneamente com uma diminuição do total de custos com pessoal, decorrente da expressiva redução em avenças e honorários.

Os custos com pessoal do quadro sobem assim de 1 749 308,60 € em 2024 para 1 795 954,05 € em 2025, refletindo aumentos em vencimentos, subsídios e encargos sociais, bem como um acréscimo em outros custos com pessoal, associado à especialização e adequada imputação dos encargos com remunerações. Esta evolução ocorre apesar da descida em avenças e honorários, em parte resultante de uma maior internalização do trabalho antes assegurado por prestadores externos, nomeadamente no domínio das representações internacionais, designadamente no contexto da representação no BEUC.

Apesar do aumento dos custos com o pessoal do quadro, decorrente do respetivo reforço com a contratação de um técnico na área da energia e do aumento dos subsídios de refeição atribuídos aos trabalhadores, os acréscimos foram parcialmente atenuados pelo turnover de RH, sendo sintomática a diminuição dos encargos com o seguro de saúde, explicada precisamente pela redução do número de trabalhadores abrangidos, em resultado desse mesmo turnover.

As Contas de Proveitos

QUOTAS DE ASSOCIADOS	2025	2024	DIFERENÇA
Quotas de associados	2 051 043,29 €	2 170 130,26 €	-119 086,97 €
TOTAL QUOTAS DE ASSOCIADOS	2 051 043,29 €	2 170 130,26 €	-119 086,97 €

Do lado dos proveitos, observa-se uma redução das quotas dos associados, correspondente a um decréscimo de 5,5%, o que continua a pressionar aquela que constitui a principal fonte de receitas da DECO. As quotas descem de 2 170 130,26 € em 2024 para 2 051 043,29 € em 2025 (menos cerca de 119 mil €), prolongando a tendência de decréscimo gradual que se verifica desde 2020.

OUTRAS RECEITAS	2025	2024	DIFERENÇA
Projetos nacionais*	160 199,26 €	221 225,95 €	-61 026,69 €
Projetos comunitários	199 537,84 €	228 867,32 €	-29 329,48 €
Ações de formação	51 119,90 €	56 029,32 €	-4 909,42 €
Senhas de presença	26 180,70 €	15 110,70 €	11 070,00 €
Atendimentos	31 664,58 €	24 767,35 €	6 897,23 €
Protocolos com Câmaras Municipais	364 486,08 €	274 742,07 €	89 744,01 €
Checked by Deco	9 094,02 €	14 196,00 €	-5 101,98 €
Rendas	89 250,00 €	0,00 €	89 250,00 €
TOTAL OUTRAS RECEITAS	931 532,38 €	834 938,71 €	96 593,67 €

No que se refere às outras receitas, o conjunto de receitas complementares mantém-se globalmente estável, embora com variações relevantes entre rubricas. Destaca-se, em particular, o incremento de 89 250,00 € resultante do arrendamento das instalações do 5.º piso do edifício sede, em Lisboa. Assim sendo, o total de outras receitas aumenta de 834 938,71 € em 2024 para 931 532,38 € em 2025, apesar das quebras registadas em projetos nacionais e comunitários, as quais foram compensadas por acréscimos nos protocolos com Câmaras Municipais, assim como, pelas receitas dos atendimentos e de senhas de presença.

Estas receitas complementares assumem um papel cada vez mais relevante na diversificação das fontes de financiamento, contribuindo para mitigar a redução das quotas dos associados.

Importa, portanto, sublinhar que a melhoria do resultado do exercício face a 2024 não resulta de um reforço das quotas, mas antes do ajustamento dos custos, da gestão mais eficaz das restantes fontes de rendimento e da criação de uma nova fonte de receita decorrente do arrendamento referido, sendo que o resultado apenas se mantém negativo em virtude do reconhecimento da referida imparidade registada.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício é de - 95 624,32 €.

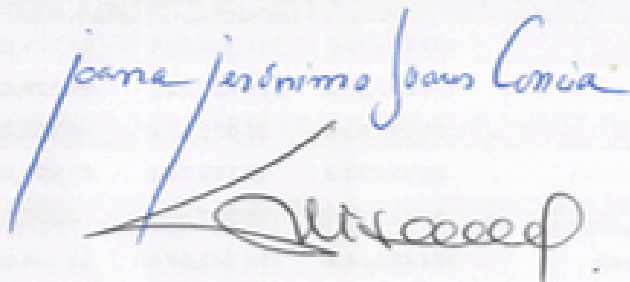
Propõe-se a transferência para Resultados Transitados no montante de - 95 624,32 €.

Considerações Finais

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO tem a sua situação fiscal totalmente regularizada, sendo que todos os impostos e contribuições para a Segurança Social estão integralmente pagos e em dia. O processamento de salários e pagamento de impostos é efetuado por pessoal interno e a contabilidade é assegurada por um Contabilista Certificado externo. As suas Contas são analisadas pelo Conselho Fiscal e auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas, conforme parecer e certificação que se anexam ao presente relatório.

Lisboa, 17 de março de 2025

A Direção



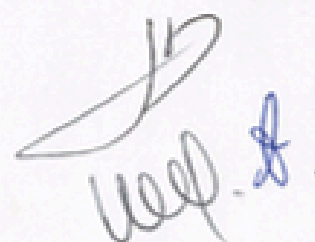
João Jerónimo João Louca

BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

BALANÇO INDIVIDUAL

31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
ACTIVO			
<i>Activo não corrente:</i>			
Activos fixos tangíveis	8	2 257 466,33 €	2 320 437,57 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Goodwill		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis	7	12 542,07 €	15 590,23 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros métodos	9	62 500,00 €	62 500,00 €
Fundadores/Beneméritos/Associados		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		8 254,96 €	8 299,96 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		2 340 763,36 €	2 406 827,76 €
<i>Activo corrente:</i>			
Inventários	10	0,00 €	0,00 €
Activos biológicos			
Clientes	13.2	158 118,12 €	195 417,83 €
Adiantamentos a fornecedores	13.2	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	13.3	17 653,40 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Associados	13.2	153 843,38 €	150 772,28 €
Outras contas a receber	13.2	145 261,53 €	88 356,14 €
Diferimentos	13.4	35 425,66 €	29 241,65 €
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	13.5	233 691,80 €	297 140,91 €
		743 993,89 €	760 928,81 €
Total do Activo		3 084 757,25 €	3 167 756,57 €



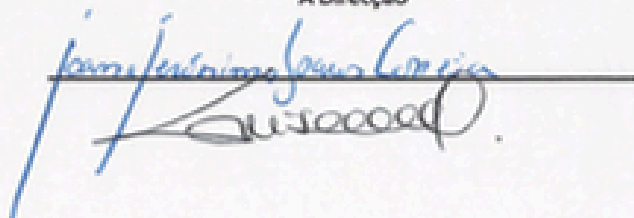
BALANÇO INDIVIDUAL

31 DE DEZEMBRO DE 2025

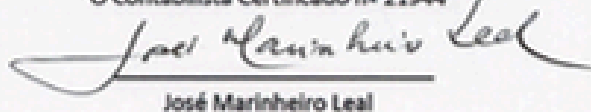
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	13.7	49 879,79 €	49 879,79 €
Excedentes Técnicos			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados	13.7	1 353 363,47 €	1 497 119,45 €
Ajustamentos em activos financeiros	13.7	1 137 401,11 €	1 137 401,11 €
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		2 540 644,37 €	2 684 400,35 €
Resultado líquido do período	13.7	-95 624,32 €	-143 755,98 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		2 445 020,05 €	2 540 644,37 €
Passivo :			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos	13.6	0,00 €	22 020,17 €
Passivos por Impostos Diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	13.2	0,00 €	2 649,48 €
		0,00 €	24 669,65 €
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.2	34 791,51 €	63 831,91 €
Estado e outros entes publicos	13.3	82 112,52 €	104 702,08 €
Fundadores/Beneméritos/Associados	13.2	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	13.6	21 863,60 €	20 811,20 €
Outras contas a pagar	13.2	460 046,26 €	370 641,04 €
Diferimentos	13.4	40 923,31 €	42 456,32 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		639 737,20 €	602 442,55 €
TOTAL DO PASSIVO		639 737,20 €	627 112,20 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3 084 757,25 €	3 167 756,57 €

Página 2 de 2

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 21944



José Marinheiro Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

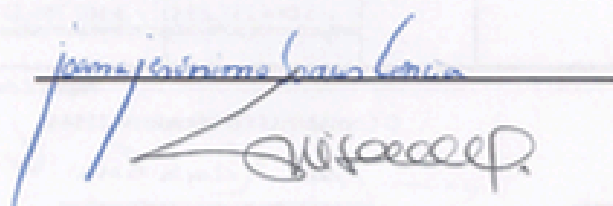
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		484 248,32 €	429 367,93 €
Quotizações de Associados		2 051 043,29 €	2 170 130,26 €
Subsídios à exploração e Projectos		361 975,44 €	472 220,42 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	6 e 9	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-688 827,91 €	-909 490,95 €
Gastos com o pessoal		-1 802 182,49 €	-1 749 308,60 €
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)	10	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-99 930,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortiz.(perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		93 280,08 €	20 140,07 €
Outros gastos e perdas		-411 089,66 €	-471 259,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-11 482,93 €	-38 199,87 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-73 833,47 €	-90 189,69 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortiz.(perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-85 316,40 €	-128 389,56 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-1 398,82 €	-3 032,48 €
Resultado antes de impostos		-86 715,22 €	-131 422,04 €
Imposto sobre o rendimento do período	13.3	-8 909,10 €	-12 333,94 €
Resultado líquido do período		-95 624,32 €	-143 755,98 €

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 21944




José Marinho Leal

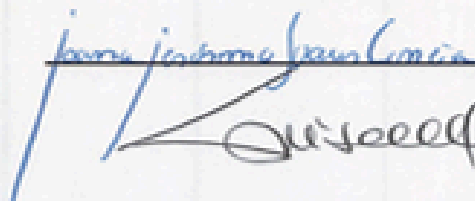
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025


RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		2 535 291,61 €	2 599 498,19 €
Custos das vendas e dos serviços prestados		0,00 €	0,00 €
Resultado bruto		2 535 291,61 €	2 599 498,19 €
Outros rendimentos		455 325,52 €	492 360,49 €
Gastos de distribuição		-239 922,82 €	-251 179,36 €
Gastos administrativos		-928 931,93 €	-972 514,97 €
Gastos de investigação e desenvolvimento		-307 593,35 €	-322 024,82 €
Outros gastos		-1 599 485,44 €	-1 674 529,08 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-85 316,40 €	-128 389,56 €
Gastos de financiamento (líquidos)		-1 398,82 €	-3 032,48 €
Resultados antes de impostos		-86 715,22 €	-131 422,04 €
Imposto sobre o rendimento do período		-8 909,10 €	-12 333,94 €
Resultado líquido do período		-95 624,32 €	-143 755,98 €

A Direcção



 [Illegible handwritten text]

O Contabilista Certificado nº 21944



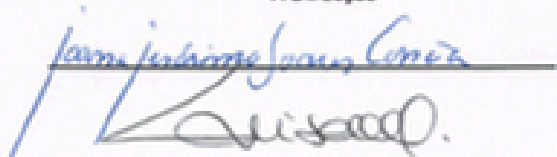
 José Marinho Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

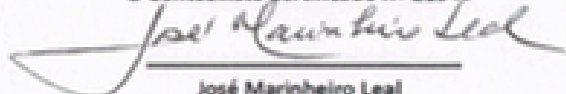
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2 404 003,71 €	2 685 194,34 €
Pagamentos a fornecedores		-637 785,71 €	-795 391,89 €
Pagamentos ao pessoal		-1 753 122,32 €	-1 429 141,20 €
Caixa gerada pelas operações		13 095,68 €	460 661,25 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-12 333,94 €	-16 943,05 €
Outros recebimentos/pagamentos		-34 030,19 €	-439 914,99 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-33 268,45 €	3 803,21 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-7 814,07 €	-3 419,04 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			90 000,00 €
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-7 814,07 €	86 580,96 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-20 967,77 €	-19 668,63 €
Juros e gastos similares		-1 398,82 €	-3 032,48 €
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-22 366,59 €	-22 701,11 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-63 449,11 €	67 683,06 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		297 140,91 €	319 457,85 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		233 691,80 €	297 140,91 €

A Direcção


João José Gomes

O Contabilista Certificado nº 21944


José Marinheiro Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Múltiplos	Reservas	Resultados Transições	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações dos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		49 879,79 €	0,00 €	0,00 €	1 497 119,45 €	1 137 401,11 €	0,00 €	0,00 €	-143 755,98 €	2 140 644,37 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					0,00 €	0,00 €				0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas										0,00 €
Diferenças convertidas demonstrações financeiras										0,00 €
Realização excedente de revalorização activos fixos										0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos										0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	-143 755,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	143 755,98 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
									-95 824,13 €	-95 824,13 €
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										0,00 €
Subsídios, doações e legados										0,00 €
Outras operações										0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		49 879,79 €	0,00 €	0,00 €	1 353 363,47 €	1 137 401,11 €	0,00 €	0,00 €	-95 824,13 €	2 445 820,05 €

A Direcção

João Filipe Sousa Loureiro
António

O Contabilista Certificado nº 21944

João António Leal
 José Marinho Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2024

DISCÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações dos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		49 879,79 €	0,00 €	0,00 €	1 871 008,43 €	1 117 403,11 €	0,00 €	0,00 €	-375 888,98 €	2 684 403,35 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas										0,00 €
Diferenças com o demonstração financeira										0,00 €
Reavaliação recedente de revalorização activos fixos										0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos					0,00 €					0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	-375 888,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	375 888,98 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										0,00 €
Subsídios, doações e legados										0,00 €
Outras operações										0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		49 879,79 €	0,00 €	0,00 €	1 497 119,45 €	1 117 403,11 €	0,00 €	0,00 €	-143 755,98 €	2 560 644,37 €

A Direcção

Joana Patrícia Gomes
Quisoooo

O Contabilista Certificado nº 21944

Joel Marinho Leal
 José Marinho Leal

ANEXO

ANEXO

1. Identificação da entidade

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR – DECO, NIF 500 927 693, é uma associação constituída em 12-02-1974, com sede em Lisboa, na Rua de Artilharia Um, n.º 79, 4.º, 1269-160 Lisboa, dispondo de delegações regionais e representações em Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Santarém, Évora, Faro e na Região Autónoma da Madeira, exercendo a atividade de Associação sem fins lucrativos, dedicada à defesa dos direitos e dos legítimos interesses dos consumidores em geral.

A Associação encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob a matrícula n.º 500 927 693, dispondo de um fundo associativo no montante de 49 879,89 euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com as disposições em vigor em Portugal, constantes do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, assim como, em conformidade com a Estrutura Conceptual (EC) e com a Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), prevista no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, na Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, e no Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho.

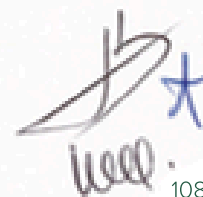
2.2. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL divulgação transitória:

Em 31 de dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras passou a ser efetuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 01 de janeiro de 2009, foram efetuados de acordo com a NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, ou, se apropriado, noutro item do Fundo associativo, conforme estabelece esta norma.

Em 2012 e 2016 foram regularizadas as normas da NCRF-ESNL não havendo necessidade de se procederem a quaisquer correções ou ajustamentos pelo que os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2012.

2.3. - Reconciliação do Fundo associativo

Não foi necessário proceder a qualquer ajustamento ou reconciliação



3- Principais políticas contabilísticas

3.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais é provável que o ativo criado venha a gerar benefícios futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método de linha reta em conformidade com período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 01 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 01 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 01 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. De qualquer modo não foram celebrados novos contratos de empréstimos que exigissem a sua capitalização e integração nos custos de aquisição, construção ou produção de um novo ativo.

d) Propriedades de Investimento

A Associação não possui ativos fixos tangíveis classificados como propriedades de investimento destinados a valorização do capital ou à obtenção de rendas.



e) Investimentos em Associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou de primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quando a entidade associada apresenta Capital próprio negativo ou nulo o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

f) Inventários

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição.

g) Impostos sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Associação de acordo com a regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Fundos, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

h) Instrumentos Financeiros

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii. Fornecedores e outras dívidas a terceiro

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

iv. Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

i) Benefícios dos Empregados

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: ordenados, salários, subsídio de alimentação, abonos para falhas de caixa, contribuições para a segurança social e gratificações por desempenho.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A contabilização dos gastos com as contribuições é efetuada no mesmo momento em que os empregados prestam serviço, não existindo outras responsabilidades para a Associação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das Demonstrações financeiras a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As Demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a Associação necessidade ou intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1. - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa - Sede		1 411,97	
Caixa - D.R. Viana Castelo		146,51	
Caixa - D.R. Norte		1 343,54	
Caixa - D.R. Coimbra		659,89	
Caixa - D.R. Santarém		559,82	
Caixa - D.R. Évora		18,38	
Caixa - D.R. Faro		38,20	
Caixa - D.R. Madeira		204,77	
Caixa - Coroa - Dinamarca		13,39	
Caixa - Leves - Bulgária		0,00	
Total de Caixa		4.396,47	
B.P.J. - Coimbra	5-5114621.000.001	25 326,79	
B.P.J. - Évora	6-6755043.000.001	4 948,22	
B.P.J. - Faro	8-5110574.000.001	40 772,73	
B.P.J. - Lisboa	9-5029985.000.001	107 238,64	
B.P.J. - Porto	0-5104795.000.001	28 662,45	
B.P.J. - Santarém	5-2563685.000.001	3 289,98	
B.P.J. - Viana do Castelo	0-5117885.000.001	6 007,11	
Banco BIC	60454231.10.001	0,00	
Banco BIC - Dep. Prazo	60454231.10.001	0,00	
Banco Popular - Dep Prazo	0027670000707	0,00	
Banco Popular - Lisboa	0020600031123	0,00	
Abanca - Lisboa	00413027101.35	65,45	
BNP Paribas - Lisboa	001090703040169	0,00	
Millennium - Dep. Prazo	108184586	0,00	
Millennium - Lisboa	108184586	1 686,99	
Millennium - Lisboa	580194597	11 296,97	
Millennium - Porto	3480248999	0,00	
Total de Depós. Bancários		229 295,33	



5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

5.1 - Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Nada a assinalar

6 - PARTES RELACIONADAS

6.1. - Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Associação detinha as seguintes participações em entidades associadas:

Entidades Associadas	Sede	% de Participação	
		2025-12-31	2024-12-31
DECOPROTESTE - Editores, Lda.	Av. Eng.ª Arantes de Oliveira, 13 - 1.º B - 1900-221 Lisboa	15%	15%

6.2.- Transações e saldos pendentes

i) Quantia das transações: 3.203,05

ii) Quantia dos saldos pendentes devedores: 153.843,38

iii) Quantia dos saldos pendentes credores: 21.863,60

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Em: 31-12-2025							
Empresas Associadas	Inventários		Ativos Fixos		Outras Contas	Serviços	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas		Obtidos	Prestados
DecoProteste-Editores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,20	3 191,85
Total	419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,20	3 191,85

Em: 31-12-2024							
Empresas Associadas	Inventários		Ativos Fixos		Outras Contas	Serviços	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas		Obtidos	Prestados
DecoProteste-Editores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,97	4 391,10
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,97	4 391,10

7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 01 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 01 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 01 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Programas de computador: 3 anos

Ativos Fixos Intangíveis	2024-12-31	Adições	Alienações e Abates	Ativos det. para venda	Outras Alterações	2025-12-31
Descrição						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	95 749,37	0,00	0,00	0,00	0,00	95 749,37
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso - A. Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Intangível bruto	95 749,37	0,00	0,00	0,00	0,00	95 749,37
Amortizações acumuladas	80 159,14	3 048,16	0,00	0,00	0,00	83 207,30
Perdas por imparidade e reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações acumuladas	80 159,14	3 048,16	0,00	0,00	0,00	83 207,30
Ativo Intangível líquido	15 590,23	-3 048,16	0,00	0,00	0,00	12 542,07

8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 01 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 01 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 01 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 50 anos

Equipamento básico: Entre 5 e 8 anos

Equipamento Administrativo: Entre 3 e 8 anos

Outros ativos fixos tangíveis: Entre 4 e 8 anos

Ativos Fixos Tangíveis	2024-12-31	Adições	Alienações e Abates	Transferências	Outras Alterações	2025-12-31
Descrição						
Terenos ou recursos naturais	723 217,54	0,00	0,00	0,00	0,00	723 217,54
Edifícios e outras construções	2 545 102,91	0,00	0,00	0,00	0,00	2 545 102,91
Equipamento Básico	47 739,74	3 597,00	0,00	0,00	0,00	51 336,74
Equipam. Administrativo - Mobiliários	158 073,55	433,74	0,00	0,00	0,00	158 507,29
Equipam. Administrativo -EQ. Informático	140 268,67	3 783,33	-691,32	0,00	0,00	143 360,68
Equipam. Administrativo- EQ. Comunicação	2 480,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2 480,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	17 827,28	0,00	0,00	0,00	0,00	17 827,28
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo tangível bruto	3 634 710,54	7 814,07	-691,32	0,00	0,00	3 641 833,29
Depreciações acumuladas	1 314 272,97	70 785,31	-691,32	0,00	0,00	1 384 366,96
Perdas por imparidade e reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	1 314 272,97	70 785,31	-691,32	0,00	0,00	1 384 366,96
Ativo tangível líquido	2 320 437,57	-62 971,24	0,00	0,00	0,00	2 257 466,33



9 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1 A informação financeira das associadas disponível à data do Balanço resume-se como segue:

Entidades	Data do Relato	% da Participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos	Resultado Líquido
Deco Proteste-Editores, Lda. *	2025-12-31	15%						
Deco Proteste-Editores, Lda.	2024-12-31	15%	16 840 571,99	11 638 379,45	5 202 192,54	49 764 890,96	49 419 830,69	-345 060,27

* Nesta data ainda não são conhecidos os resultados da DecoProteste-Editores, Lda referentes ao exercício de 2025.

9.2 Detalhe dos Investimentos Financeiros:

Investimentos Financeiros	2024				
	Rubricas	Saldo Inicial		Redução/ Reforço	Saldo Final
Investimentos-Subsidiárias - Outros Métodos					
DecoProteste-Editores, Lda		62 500,00		0,00	62 500,00
Outros Investimentos financeiros					
FCT-Fundo Compensação de Trabalhadores		8 299,96	0,00	-45,00	8 254,96
TOTAL		70 799,96	0,00	-45,00	70 754,96

Investimentos Financeiros	2024				
	Rubricas	Saldo Inicial	MEP	Redução/ Reforço	Saldo Final
Investimentos em Subsidiárias - MEP					
DecoProteste-Editores, Lda		62 500,00	0,00	0,00	62 500,00
Outros Investimentos financeiros					
FCT-Fundo Compensação de Trabalhadores		8 488,66	0,00	-188,70	8 299,96
TOTAL		70 988,66	0,00	-188,70	70 799,96

10 - INVENTÁRIOS

10.1. - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

10.2. - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Inventários	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Mercadorias	29 056,67	29 056,67	0,00	29 056,67	29 056,67	0,00
Matérias-primas, subsidiár. e consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	29 056,67	29 056,67	0,00	29 056,67	29 056,67	0,00

10.3. - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	Mercadorias
Saldo Inicial	29 056,67
Compras	0,00
Regularizações	0,00
Saldo Final	29 056,67
Gastos no Exercício	0,00

10.4. - Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como gasto durante o período

Em 31-12-2024					
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67
	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67

Em 31-12-2025					
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67
	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67

11 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 17 de março de 2026, a fim de serem apresentadas à Assembleia Geral de Associados, marcada para o dia 20 de abril de 2026.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12- IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se sujeita parcialmente a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nas operações não destinadas exclusivamente aos associados, nas operações que revelem carácter lucrativo (como por exemplo venda de livros e publicações) e todas as outras operações que estejam igualmente sujeitas ao Imposto sobre o valor acrescentado. A matéria coletável apurada em cada exercício está sujeita a uma taxa de 20%, estando totalmente isenta da taxa municipal de Derrama.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente despesas com aluguer de viaturas e com deslocações em viatura própria dos colaboradores, às taxas previstas no art.88º do respetivo Código.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

A Direção entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. - Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas imparidades acumuladas.

13.2 - Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 a rubrica de Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Clientes/Fornecedores/Outras Contas	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Clientes	264.330,48	0,00	264.330,48	201.700,19	0,00	201.700,19
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Associados	153.843,38	0,00	153.843,38	150.772,28	0,00	150.772,28
Outras contas a receber	145.261,53	0,00	145.261,53	88.356,14	0,00	88.356,14
Perdas por Imparidade - Clientes	-106.212,36	0,00	-106.212,36	-6.282,36	0,00	-6.282,36
Total do Ativo	457.223,03	0,00	457.223,03	434.546,25	0,00	434.546,25
Passivos:						
Fornecedores	34.791,51	0,00	34.791,51	63.831,91	0,00	63.831,91
Passivos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	460.046,26	0,00	460.046,26	370.641,04	2.649,48	373.290,52
Total do Passivo	494.837,77	0,00	494.837,77	434.472,95	2.649,48	437.122,43
Total Ilíquido	-37.614,74	0,00	-37.614,74	73,30	-2.649,48	-2.576,18

No exercício de 2025 foi criada uma imparidade para dívidas a receber da Euroconsumes, no valor de 100.000€ e uma reversão de imparidades de 70€.

Os projetos são registados apenas na medida dos gastos reais incorridos anualmente, independentemente do total do subsídio atribuído (exceto Projeto Sitestar que são reconhecidos diretamente), conforme se evidencia no seguinte mapa

Rubricas	Acertos	Executado no Exercício	Taxa de financiamento	Valor Imputado	Saldo em: 2024-12-31	Adiantamentos/Pagamentos	Subsídios reconhecidos	Saldo em: 2025-12-31
Projetos								
PSLifestyle	0,00	41.245,06	100%	41.245,06	10.088,90	0,00	41.245,06	51.333,96
EVA - Energy Virtual Assistant	0,00	15.845,75	94%	14.895,00	6.057,83	0,00	14.895,00	20.952,83
Sobreviver à Inflação	0,00	0,00	80%	0,00	5.205,48	-5.205,48	0,00	0,00
CML-Finanças Saudáveis	0,00	92.793,41	100%	92.793,41	0,00	-85.070,00	92.793,41	7.723,41
Watson	0,00	45.820,39	100%	45.820,39	-50.640,10	-24.812,50	45.820,39	-29.632,21
RAISE	0,00	48.517,38	95%	46.091,51	17.625,90	-79.541,12	46.091,51	-15.823,71
ICCO-RED Transf.	0,00	36.682,05	75%	27.511,54	36.962,79	-9.864,16	27.511,54	54.610,17
ECHO	0,00	12.356,96	100%	12.356,96	-77.712,40	0,00	12.356,96	-65.355,44
Consumidores à beira de ataque digital	0,00	20.344,88	80%	16.275,90	-7.060,42	-9.413,89	16.275,90	-198,41
Contas Connosco - Fundação LaCaixa	0,00	1.709,87	71,64%	1.224,95	0,00	-38.800,00	1.224,95	-37.575,05
All the Rights you Have	0,00	17.122,80	85%	14.554,38	0,00	-88.244,53	14.554,38	-73.690,15
Natureza Morta	0,00	0,00	100%	0,00	0,00	-3.500,00	0,00	-3.500,00
Totais	0,00	332.438,55		312.769,10	-59.472,02	-344.451,68	312.769,10	-91.154,60

13.3 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Imposto sobre o rendimento	17 653,40	0,00	17 653,40	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para outros regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	17 653,40	0,00	17 653,40	0,00	0,00	0,00
Passivos:						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	12 333,94	0,00	12 333,94
Retenção de impostos s/rendimentos	15 061,92	0,00	15 061,92	12 653,94	0,00	12 653,94
Imposto sobre o valor acrescentado	34 395,39	0,00	34 395,39	51 310,50	0,00	51 310,50
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	32 655,21	0,00	32 655,21	28 403,70	0,00	28 403,70
Contribuições para outros regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	82 112,52	0,00	82 112,52	104 702,08	0,00	104 702,08

13.4 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Gastos a reconhecer - Seguros	27 588,19	0,00	27 588,19	21 372,97	0,00	21 372,97
Gastos a reconhecer -Rendas antecipad	600,00	0,00	600,00	600,00	0,00	600,00
Gastos a reconhecer-Caupões	4 775,00	0,00	4 775,00	4 775,00	0,00	4 775,00
Gastos a reconhecer-Medicina Trabalho	2 462,47	0,00	2 462,47	2 493,68	0,00	2 493,68
Gastos a reconhecer-Outros gastos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	35 425,66	0,00	35 425,66	29 241,65	0,00	29 241,65
Passivos:						
Rendimentos a reconhecer - Quotas	40 923,31	0,00	40 923,31	42 456,32	0,00	42 456,32
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	40 923,31	0,00	40 923,31	42 456,32	0,00	42 456,32

13.5 – Caixa e Depósitos Bancários

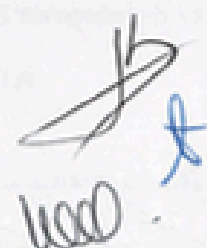
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Caixa	4 396,47	0,00	4 396,47	3 108,99	0,00	3 108,99
Depósitos à ordem	229 295,33	0,00	229 295,33	294 031,92	0,00	294 031,92
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	233 691,80	0,00	233 691,80	297 140,91	0,00	297 140,91
Passivos:						
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.6 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias e associadas	21 863,60	0,00	21 863,60	20 811,20	22 020,17	42 831,37
Outros financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21 863,60	0,00	21 863,60	20 811,20	22 020,17	42 831,37



13.7 - Fundos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

FUNDO	Em 2025-12-31	Em 2024-12-31
Descrição		
Fundo Associativo	49 879,79	49 879,79
Ações (quotas) próprias		
Outros instrumentos do Fundo associativo		
Prémios de emissão		
Reservas Legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	1 353 363,47	1 497 119,45
Ajustamentos em ativos financeiros	1 137 401,11	1 137 401,11
Excedentes de revalorização		
Outras variações do Fundo		
Sub-total	2 540 644,37	2 684 400,35
Resultado líquido do exercício	4 375,68	-143 755,98
Total	2 545 020,05	2 540 644,37

14 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os membros dos órgãos diretivos, eleitos para o triénio 2025/2027 foram nove, com início de mandato em 13 de fevereiro 2025.

Os órgãos sociais não são remunerados no âmbito do exercício das funções para as quais foram eleitos.

15 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

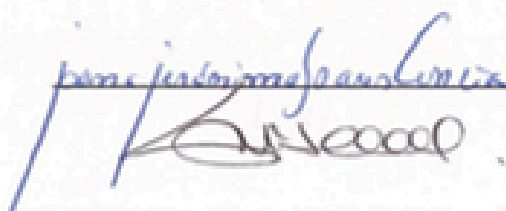
A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO informa, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO declara que a sua situação contributiva perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Lisboa, 17 de março de 2026

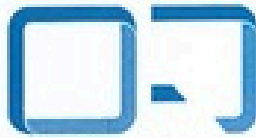
A Direção

O Contabilista Certificado n.º 21944



José Marinheiro Leal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAYO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO MANTE RAQUELA
MÓNICA SÓFIA CUNHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.084.757 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.445.020 euros, incluindo um resultado negativo de 95.624 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de DECO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1 de 3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2026
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056,
Registado na CMVM sob o n.º 20160668

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATORIO DE ATIVIDADES E CONTAS | 2025

PARECER DO CONSELHO FISCAL

I. INTRODUÇÃO E ÂMBITO DO PARECER

- 1- É da responsabilidade da Direção a preparação anual do Relatório de Atividades e demonstrações financeiras da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO, apresentando de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno ajustado.
- 2- A responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em expressar uma opinião independente, baseada no exame do Relatório de Atividades, das demonstrações financeiras e, de um modo geral, do acompanhamento da atividade da Associação.
- 3- Assim, em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 14º dos Estatutos da DECO, procedeu este Conselho Fiscal ao exame da seguinte documentação:
 - a. Relatório de Atividades e Contas do ano de 2025, complementado com um anexo descritivo das principais referências e políticas contabilísticas que serviram à preparação das demonstrações financeiras e patrimoniais.
 - b. Demonstração individual dos resultados por natureza e por funções, demonstração individual de fluxos de caixa bem como a demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais, no período findo em 31 de dezembro de 2025.
 - c. Balanço individual reportado a 31 de dezembro de 2025.
 - d. Balancete do razão e balancete analítico, antes e após apuramento de resultados, relativos ao ano de 2025.
 - e. Certificação legal das contas do ano de 2025 pelo ROC “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.”
- 4- A consulta do Relatório de Atividades do ano de 2025 e uma análise à documentação de suporte financeira proporcionaram ao Conselho Fiscal uma base consolidada para emissão do seu parecer.

II. ANÁLISE DA ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

- 5- No que diz respeito às atividades desenvolvidas no exercício de 2025, a DECO reafirmou a sua posição de liderança como a maior associação de defesa do consumidor em Portugal. O Relatório de Atividades de 2025 evidencia que a organização manteve uma vitalidade operacional notável, demonstrando que a sua utilidade social permanece, sem prejuízo dos ajustamentos financeiros em curso. A Associação soube posicionar-se como um interlocutor indispensável entre os cidadãos e os diferentes *stakeholders* e parceiros, procurando que os direitos dos consumidores fossem salvaguardados num período de particular pressão económica.

A título de mero exemplo, uma nota para a vitória judicial contra as operadoras de telecomunicações bem como a rápida e incisiva intervenção da DECO durante o apagão energético de 2025. Dois exemplos que revelam a capacidade de resposta da Associação em situações de crise e defesa dos direitos dos consumidores.

- 6- Destaca-se, com particular relevância, a consolidação da DECO no ecossistema digital. Uma aposta na literacia e direitos digitais revela uma visão de futuro, procurando posicionar a DECO na vanguarda da defesa do 'consumidor tecnológico' e assegurando a relevância da sua missão perante as gerações mais jovens.
- 7- No domínio da Sustentabilidade e Transição Energética, 2025 marcou um salto qualitativo com o reforço dos projetos de apoio direto à eficiência energética doméstica. A DECO soube aproveitar a urgência climática e a pressão dos custos da energia, transformando-se num agente ativo na promoção de comunidades de energia e no combate à pobreza energética. Estes projetos, que combinam o aconselhamento técnico com a defesa política (*advocacy*), demonstram que a vitalidade da Associação reside na sua capacidade de apresentar soluções práticas para os problemas estruturantes da atualidade.
- 8- É de salientar a intervenção incisiva em pilares sociais críticos como a Habitação e a Proteção Financeira das Famílias. Perante o cenário de volatilidade do mercado habitacional e do custo de vida, a DECO intensificou a sua atividade de mediação e apoio ao sobreendividamento, atuando como uma rede de segurança indispensável. Esta dinâmica operativa, aliada a uma presença mediática e a campanhas de segurança alimentar e saúde, confirma que, independentemente dos desafios financeiros em curso, o valor intangível e a utilidade social da DECO saíram reforçados no exercício de 2025.

9- A atividade da Associação em 2025 caracterizou-se também por uma forte capilaridade e descentralização, mantendo uma boa cobertura e presença de Norte a Sul do território nacional. Através de ações de proximidade — como sessões de esclarecimento em municípios do interior, workshops de literacia financeira e balcões de atendimento itinerantes — a DECO reforçou o seu compromisso de estar presente onde o consumidor mais necessita. Esta estratégia robustece o valor de proximidade da Associação.

10- Por fim, importa sublinhar que a dimensão internacional da DECO não esmoreceu, mantendo-se como um pilar estratégico da sua presença e influência. Mesmo num ano marcado por forte contenção de custos, a cooperação técnica e a partilha de projetos transfronteiriços continuaram a garantir que a voz dos consumidores portugueses tenha eco nas decisões tomadas em Bruxelas, alimentando a projeção da (missão da) DECO num mercado de consumo globalizado.

III. PERFORMANCE FINANCEIRA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

11- **Evolução das Receitas e Despesas Correntes:** O exercício de 2025 revelou uma gestão ativa na procura de maior sustentabilidade, marcada por um rebalanceamento das fontes de receitas e um esforço de contenção de gastos que merece destaque.

	%	2025	2024
Quotização associados	-5.5%	2,051,043 €	2,170,130 €
Outras receitas correntes	11.6%	931,532 €	834,939 €
Total Receitas correntes	-1%	2,982,576 €	3,005,069 €
Despesas correntes	-23.3%	566,932 €	738,730 €
Custos com Pessoal	-1.0%	1,993,691 €	2,012,967 €
Total Despesas correntes	-7%	2,560,624 €	2,751,697 €

Observa-se, com agrado, o caminho percorrido numa estratégia de **diversificação de receitas alternativas** que permitiu compensar a erosão noutras rubricas. Destacam-se, pela sua materialidade, o impulse demonstrado pelos protocolos estabelecidos com diversas Câmaras Municipais, focados em áreas de elevada procura social como

os balcões de apoio à Habitação e Energia, bem como ações de formação em literacia financeira. Adicionalmente, a rentabilização do património imobiliário da Associação, através do arrendamento do 5º piso da sede, constituiu um contributo relevante para a estabilidade dos fluxos de rendimento correntes.

O expressivo decréscimo de **23,3% nas despesas correntes** é o resultado de uma contração transversal em quase todas as rubricas de despesas. O Conselho Fiscal assinala, em particular, as reduções obtidas em:

- Rendas e alugueres, fruto da renegociação de contratos e otimização de espaços;
- Comunicação digital, com um investimento mais cauteloso e uma gestão mais eficiente dos canais de divulgação;
- Despesas de representação, que conheceram um ajuste rigoroso à realidade da organização.

Relativamente aos **Custos com Pessoal**, a rubrica com maior peso na estrutura, identificam-se duas tendências estratégicas: por um lado, o aumento dos custos com o quadro interno, visando melhorar as condições dos seus recursos humanos para combater a elevada taxa de rotatividade (cerca de 30% em 2025) e reter/atrair talento numa estrutura que enfrenta sérios desafios de competitividade face ao mercado. Por outro lado, este investimento foi compensado por uma **drástica redução em avenças e honorários externos**, fruto de uma política de internalização de competências (*insourcing*), reduzindo a dependência de consultoria e serviços externos, otimizando a capacidade técnica própria.

Esta política de maior rigor reflete-se na solidez do Balanço. O Ativo Fixo manteve-se estável assegurando a continuidade da infraestrutura necessária à missão da DECO. No que respeita ao Passivo, a redução das despesas correntes e a internalização de serviços externos permitiu uma gestão mais controlada das responsabilidades de curto prazo. O rácio de **Solvabilidade em 3,82** (ver ponto 12) confirma que a Associação detém uma estrutura de capitais próprios robusta para enfrentar as suas obrigações apesar da pressão sobre os fluxos de caixa operacionais como desenvolvido mais à frente neste parecer.

Contudo, apesar da expressiva contração das despesas — que consolida a trajetória de inversão iniciada em 2024 — o Conselho Fiscal considera fundamental reiterar o alerta quanto à sustentabilidade a médio e longo prazo.



Como se observa no gráfico acima, mantém-se a persistente dificuldade de impulsionar positivamente as receitas provenientes das quotizações, que representam, materialmente, a mais relevante fonte de receitas da Associação, com uma quebra média anual de 3,5% nos últimos 5 anos.

Em 2025, esta rubrica recuou 5,5%, atingindo os 2,05 milhões de euros. Tão ou mais relevante é igualmente a contínua perda do número de associados que, em 2025, totalizaram 254.121 refletindo uma **redução de 8,9%** face ao ano anterior.

Esta evolução representa uma deterioração gradual do ativo mais valioso da DECO: a sua base de suporte e representatividade social. O Conselho Fiscal reitera a sua recomendação para uma análise profunda aos fatores de mudança que possam explicar esta tendência, instando a Direção a rever a sua proposta de valor e modelo de negócio para travar esta erosão.

12- Desempenho financeiro e operacional: o Conselho Fiscal retoma e atualiza, de seguida, alguns indicadores chaves apresentados nos seus pareceres de anos anteriores.

No que diz respeito às demonstrações financeiras, quando analisadas as contas ao nível do Balanço ⁽¹⁾, a DECO apresenta os seguintes rácios comumente escrutinados:

¹ O balanço reproduz uma fotografia necessariamente estática por reportar-se à situação no final do ano de 2025.

2025							
Autonomia financeira	79.3%	Endividamento	20.7%	Solvabilidade	3.8	Liquidez geral	1.16
	80.2% (2024)		19.8% (2024)		4.1 (2024)		1.26 (2024)
Capital próprio	2,445,020 €	Passivo	639,737 €	Capital próprio	2,445,020 €	Ativo corrente	743,994 €
Ativo	3,084,757 €	activo	3,084,757 €	Passivo	639,737 €	Passivo corrente	639,737 €

2025/2024	
Capital próprio	-3.8%
Ativo	-2.6%
Passivo	2.0%
Ativo corrente	-2.2%
Passivo corrente	6.2%

Em 2025, os indicadores revelam uma organização que, embora ainda sólida em termos de solvabilidade, está a operar com margens de manobra mais estreitas do que no passado, refletindo a continuidade de um ciclo de contração.

- **Autonomia Financeira (79,3%):** Continua a ser o ponto forte da associação embora apresente uma ligeira erosão face a 2024 (80,2%). Esta variação decorre de uma redução do Capital Próprio (-3,8%) superior à queda do Ativo Total (-2,6%), sinalizando que a organização continua a absorver perdas acumuladas através das suas reservas. Ainda assim, quase 80% do ativo, essencialmente ativos fixos de terrenos e edifícios, é suportado por capitais próprios. Para a DECO, este é um nível de segurança elevado, indicando baixa dependência de credores externos.
- **Rácio de Endividamento (20,7%):** O peso das responsabilidades perante terceiros na estrutura do balanço aumentou ligeiramente face a 2024 (19,8%). Embora o endividamento permaneça em níveis controlados, o facto de o Passivo ter subido cerca de 2% enquanto o Ativo caiu 2,6% explica este aumento percentual.
- **Solvabilidade (3,8):** A DECO ainda tem quase 4 vezes mais capital próprio do que dívida total, garantindo a capacidade de cumprimento das obrigações a médio/longo prazo, apesar da pressão na liquidez de curto prazo.
- **Liquidez Geral (1,16):** Este é o indicador mais sensível de 2025. Um rácio de 1,16 significa que por cada 1 euro de dívida a pagar a curto prazo, a DECO tem 1,16

euros em ativos líquidos ou convertíveis ⁽²⁾. Registou-se uma descida face a 2024 (1,26) e uma queda mais acentuada face a 2022 (1,88). A margem de segurança para honrar compromissos de curto prazo está cada vez mais estreita e foi de apenas 16% em 2025, o que exige um controlo rigoroso da tesouraria.

A título complementar, o rácio de **Liquidez Imediata**, medido pelas disponibilidades em "caixa e depósitos bancários" face ao passivo corrente, regista o **nível historicamente mais baixo de 0,37** (face aos 0,49 em 2024). Este valor indica que, por cada euro de dívida exigível no curto prazo, a organização dispõe apenas de 37 cêntimos em tesouraria direta e imediata para o seu pagamento. A trajetória descendente deste rácio (que em 2022 se situava em 1,22) revela um consumo progressivo da margem de tesouraria, aumentando a dependência de recebimentos futuros e reduzindo a resiliência da DECO perante eventuais atrasos em subsídios ou quebras imprevistas na quotização.

13- A conta de resultados, que reflete a saúde financeira e operacional de uma organização, apresenta um **resultado líquido global negativo de 95.624,32€ para o exercício de 2025**.

Nota: O resultado líquido da DECO, em 2025, não foi novamente sujeito à inclusão do resultado da sua participação na "DECO PROTESTE, Editores Lda.", pelo método de equivalência patrimonial (MEP), uma vez que, no final do ano de 2025, a sua participação social correspondia apenas a 15% do capital social ⁽³⁾ da participada.

	2021	2022	2023	2024	2025
Resultado Líquido Global (Incorporando a participada)	-365,870 €	-734,874 €	-	-	-
Resultado Líquido da DECO (sem a participada)	31,306 €	15,224 €	-375,889 €	-143,756 €	-95,624 €

Embora o resultado líquido continue negativo, é de assinalar o claro sentido de **desagravamento do défice face a 2023 (-375.889 €) e 2024 (-143.756 €)**, o que deve ser positivamente registado.

² A redução do Ativo Corrente (-2,2%) acompanhada de um aumento do Passivo Corrente (+6,2%) demonstra que o problema da liquidez não é apenas "ter menos dinheiro", mas também "ter menos recursos" para pagar mais obrigações imediatas.

³ A DECO está sujeita à incorporação dos resultados dos seus investimentos financeiros decorrentes de aquisições de partes de capital societárias quando as respetivas percentagens de participação no capital social forem, direta ou indiretamente, superiores ou iguais a 20%, nos termos previstos nas NCRF - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, nomeadamente a NCRF nº 13.

Relativamente às contas de 2025, o Conselho Fiscal tomou boa nota da decisão da direção de "(...) reconhecer uma imparidade no valor de 100.000 € relativa a uma dívida da Euroconsumers AISBL que, embora devida desde 2023, não foi paga, facto que penalizou de forma direta e extraordinária o resultado do exercício (...)".

Sobre este ponto, importa referir:

- a) A imparidade teve origem numa entidade parceira (Euroconsumers AISBL), configurando-se, assim, como um ajuste de natureza excecional e não recorrente face à atividade operacional corrente.
- b) O valor agora reconhecido como incobrável corresponde a rendimentos registados em anos anteriores que não se converteram em fluxos de caixa efetivos, o que significa que os resultados líquidos de exercícios passados estavam, por via desse diferimento, contabilisticamente sobreavaliados.
- c) Observa-se que, expurgado este efeito, a atividade corrente apresenta um resultado positivo de 4.375,68 €. Este indicador é relevante pois confirma uma trajetória de recuperação e a eficácia das medidas de contenção de custos implementadas pela Direção.
- d) O Conselho Fiscal entende que o reconhecimento desta imparidade, em 2025, embora penalize o resultado do ano, é um ato de rigor e transparência financeira. Esta medida de prudência permite sanear o balanço e garantir que a sustentabilidade futura da organização assenta na qualidade real dos seus ativos (contas a receber), eliminando sobreavaliações herdadas de exercícios anteriores.

14- É possível observar pela análise da evolução do EBITDA (*), em percentagem do volume de receitas, como medida de rentabilidade e indicador da capacidade em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional, que a mesma volta a assumir um valor negativo em 2025 (-0.4%), embora bem menos expressivo do que nos anos anteriores (-1.2% e -8.5% para os anos de 2024 e 2023 respetivamente).

	2021	2022	2023	2024	2025
Rentabilidade operacional (sem participada)	4.0%	4.0%	-8.5%	-1.2%	-0.4%
EBITDA (sem participada)	120,910 €	121,534 €	-256,776 €	-38,200 €	-11,483 €
Vendas e serviços prestados+ Quotas de associados+subsidios e projetos	2,997,793 €	3,069,304 €	3,034,725 €	3,071,719 €	2,897,267 €

* EBITDA = Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (Resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortizações). Disponível na Demonstração de resultados.

Apesar da associação ter um estatuto de entidade sem fins lucrativos, não deixa de ser extremamente importante ter a capacidade de libertar fundos que permitam cobrir as suas atividades correntes, bem como gerar meios adicionais para acomodar os investimentos que são necessários para o desenvolvimento da associação.

15- Nessa linha de raciocínio, o Conselho fiscal chama a atenção para a demonstração financeira relativa aos fluxos de caixa. Este documento mostra não só quanto dinheiro foi gasto, mas também onde foi gasto, dando maior contexto às informações que podem não aparecer noutras demonstrações financeiras como o balanço e a demonstração de resultados.

Por outras palavras, fornece uma imagem de como a empresa gera liquidez para cumprir as suas obrigações em matéria de dívidas e para financiar, em particular, os seus custos operacionais.

O Conselho fiscal procedeu à elaboração da seguinte tabela com base nos dados disponibilizados:

	2021	2022	2023	2024	2025
Fluxo operacional: [(1)+(2)] / (3)	1.00	-2.72	(1.33) (*)	(0.34) (*)	(3.97) (*)
Fluxo caixa operacional (1)	124,737 €	-319,899 €	-324,880 €	3,803 €	-33,268 €
Impostos pagos (2)	-3,965 €	-10,336 €	-16,894 €	-16,543 €	-12,334 €
EBITDA (sem participada) (3)	120,910 €	121,534 €	-256,776 €	-38,200 €	-11,483 €
Cobertura passivo: (1) / (4)	0.17	-0.62	-0.47	0.01	-0.05
Passivo corrente (4)	722,688 €	512,286 €	697,473 €	602,443 €	639,737 €

(*) EBITDA e (Fluxo caixa operacional + impostos) negativos

Considerando a associação como uma instituição de elevada maturidade, é expectável que os seus fluxos operacionais sejam positivos e expressivos o suficiente para suportar uma estratégia sólida de crescimento. O Conselho Fiscal regista, contudo, um regresso a um saldo de caixa operacional negativo no final do exercício de 2025, embora de reduzida expressão.

Por consequência, o rácio de cobertura do passivo corrente pelo fluxo de caixa operacional acompanha essa ligeira degradação do desempenho operacional comparativamente ao ano de 2024. Note-se que este rácio é um complemento ao índice de liquidez geral extraído do balanço (recorde-se, também com sinal de agravamento – ver ponto 12) uma vez que as exigibilidades são pagas preferencialmente com dinheiro sem recorrer a outros ativos existentes. A literatura sugere que este rácio deve ser superior a 0,20 para organizações de media dimensão, o que continua a não se verificar para a associação.

Em síntese e no que diz respeito à análise das contas da associação, o Conselho Fiscal elenca as seguintes ideias principais:

- a) O resultado líquido obtido no exercício de 2025 demonstra uma trajetória de recuperação operacional e uma progressiva aproximação ao ponto de equilíbrio financeiro, mas mantém-se, factualmente, numa zona de desequilíbrio.
- b) No imediato, a atividade operacional da DECO continua a ter dificuldades em entregar os fundos necessários para fazer face aos seus compromissos no curto prazo pelo que a situação financeira da organização exige vigilância e acompanhamento.
- c) A estratégia de "limpeza" do balanço através do reconhecimento de imparidades em 2025 é adequada, permitindo que as contas de 2026 partam de uma base mais realista e menos inflacionada por ativos de cobrança duvidosa.
- d) É recomendado que a Direção foque esforços na estabilização dos rendimentos (quotizações e projetos) e prossiga com o controlo rigoroso dos gastos operacionais, de forma a interromper o ciclo de consumo de capitais próprios que se verifica desde 2022.

IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Face à análise detalhada do Relatório de Atividades e Contas de 2025, o Conselho Fiscal apresenta as seguintes conclusões e recomendações estratégicas:

A. **Estrutura patrimonial e solidez financeira**

A organização conseguiu manter uma saúde financeira global que se pode classificar como estável mas em **processo de erosão**. Embora a elevada Autonomia Financeira afaste o risco de insolvência imediata, a estrutura patrimonial reflete a continuidade de um ciclo de contração do ativo e dos fundos próprios (queda sucessiva do Capital Próprio de 3,06M€ para 2,45M€ num período de quatro anos), confirmando que a DECO tem vindo a consumir as suas reservas para financiar o défice das operações correntes, uma tendência que urge inverter para garantir a viabilidade a medio e longo prazo.

B. Pressão na liquidez e capacidade operacional

O Conselho Fiscal manifesta preocupação com a diminuição da Liquidez Geral (que recuou de 1,88 em 2022 para 1,16). Esta **redução da folga financeira** de curto prazo indica que a capacidade de cumprir compromissos imediatos sem recorrer a financiamento externo ou alienação de património está a estreitar-se. Adicionalmente, a diminuição constante do Ativo Total sugere uma redução na escala de investimento em novas infraestruturas e projetos estruturantes, o que poderá condicionar o futuro da Associação.

C. O desafio estratégico do número de associados

A contínua degradação do número de associados - que no final de 2025 se fixou no patamar de 254.121 (queda de 8,9%) - constitui o risco estratégico mais premente. Dada a relevância crítica deste ativo para a representatividade e independência financeira da DECO, o Conselho Fiscal renova o desafio à Direção para a elaboração de um **Plano Estratégico com horizonte a 5 anos**. Este plano deve obrigatoriamente visitar, entre outros, a proposta de valor e o modelo de negócio, adaptando-os às novas exigências e perfis de consumo.

D. Gestão de projetos e capital humano

A elevada densidade de iniciativas e projetos cofinanciados, embora vital para a visibilidade da DECO, exige um escrutínio financeiro rigoroso para garantir que o retorno social não compromete a margem operacional. Paralelamente, a gestão do capital humano enfrenta um contexto adverso: num mercado de trabalho com o desemprego em níveis baixos (~ 6,0% em 2025) e pressão de subida salarial, a **retenção de talento** no setor social torna-se mais complexa e onerosa. É imperativo atuar contra a volatilidade interna (taxa de rotatividade de 30%) através de novas soluções organizativas que reforcem a cultura da organização e garantam a continuidade da excelência técnica que caracteriza a DECO.

Em face do exposto, o Conselho Fiscal considera que, apesar dos sinais de melhoria no resultado operacional fruto do rigor na contenção de despesas em 2025, o atual modelo de financiamento e operação permanece numa zona de desequilíbrio que exige medidas corretivas e estratégicas imediatas para assegurar a sustentabilidade futura da Instituição.

V. PARECER FINAL E RECOMENDAÇÃO DE VOTO

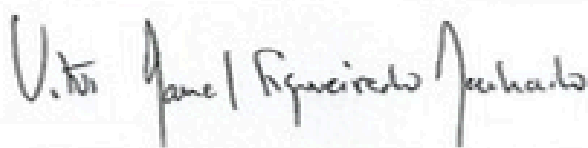

As demonstrações financeiras apresentadas pela Direção, referentes ao exercício de 2025, retratam, na opinião do Conselho Fiscal, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da DECO em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com os princípios contabilísticos em vigor para Entidades do Setor Não Lucrativo.

O Conselho Fiscal recomenda a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2025, apresentado pela Direção, incluindo a proposta de transferência do resultado líquido apurado para a conta de “Resultados Transitados”.

O Conselho fiscal agradece a colaboração e regularidade da informação prestada pela DECO para o cumprimento das suas competências atribuídas estatutariamente.

LISBOA, 08 de abril de 2026

O CONSELHO FISCAL

Vitor Manuel Figueiredo Machado – Presidente	
Egídio Sacramento de Lima Ramos	
Joaquim Manuel Silva Neves	



Telefone
21 371 0200



Email
deco@deco.pt



Website
deco.pt

